

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**MIRIAN PEREIRA LIMA**

**O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
DO *CAMPUS* RECIFE**

MACEIÓ

2011

**MIRIAN PEREIRA LIMA**

**O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
DO *CAMPUS* RECIFE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Brasileira.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira**

MACEIÓ

2011

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale**

- L732i Lima, Mirian Pereira.  
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco: a construção da identidade do *Campus* Recife / Mirian Pereira Lima. – 2011.  
115 f. : il.
- Orientadora: Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira.  
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Maceió, 2011.
- Bibliografia: f. 95-104.  
Apêndices: f. 105-108.  
Anexos: f. 109-115.
1. Educação Profissional Tecnológica. 2. Ifetização. 3. Mudanças Educacionais. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. I. Título.

CDU: 373.6

Universidade Federal de Alagoas  
Centro de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

O Instituto Federal de Pernambuco: a construção da identidade do *Campus*  
Recife.

**MIRIAN PEREIRA LIMA**


Dissertação submetida à banca examinadora, já referendada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 22 de setembro de 2011.

Banca Examinadora:



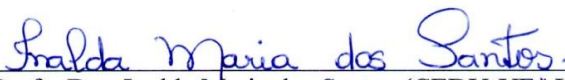
---

Profa. Dra. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira  
(orientadora - CEDU-UFAL)



---

Prof. Dr. Moacir Martins Machado (IFPE)  
(Examinador Externo)



---

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (CEDU-UFAL)  
(Examinadora Interna)

Dedico esta Dissertação à memória dos meus pais Vivaldo e Maria José, que foram mestres na educação dos seus quatorze filhos, ensinando-lhes que em todos os caminhos da vida, a cada momento temos uma escolha a fazer e às minhas filhas Sabine, Soraya e Kelle, por me mostrarem como viver uma vida aberta, cheia de entusiasmo, respeito e amor e serem motivos de orgulho em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

A Deus,

por sempre me conduzir vitoriosamente em busca do conhecimento criando oportunidades para construir e partilhar uma vida melhor com o próximo;

À CAPES,

por custear esse mestrado, dentro do programa MINTER IFPE/UFAL, tornando possível sua realização;

Aos que fazem o IFPE,

que no dia-a-dia vivenciam cada mudança da Instituição, em especial, aos Servidores que participaram como sujeitos respondentes e compartilharam comigo suas angustias e expectativas quanto ao processo de “ifetização”; durante as entrevistas que abrilhantaram os dados desta pesquisa.

A minha orientadora, Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira,

pela orientação deste trabalho e respeito ao meu processo de maturação acadêmica;

A minhas filhas, Sabrine, Soraya e Kelle,

pelo carinho e força que sempre me deram, mostrando sempre que somos capazes;

Aos meus irmãos e irmãs,

pelo apoio e amor compartilhado sempre em todos os momentos de nossas vidas;

A minha cunhada Márcia,

que com sua competência e paciência realizou leituras críticas significativas e a revisão não só a este como a outros trabalho meus, minha profunda admiração.

A minha tia Valdice e toda sua família,

pelo apoio constante envolvido no amor e respeito para que a conclusão deste trabalho fosse possível com tranquilidade;

A todos os professores do mestrado – Minter IFPE/UFAL,

que se esforçaram para propor o conhecimento necessário na realização deste estudo;

A todos os administrativos da UFAL/IFPE, em especial, Rosemeire e Isabella,

pela dedicação com os trâmites burocráticos nas nossas vidas acadêmica;

Às Coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em Educação/MINTER: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Laura Cristina V. Pizzi, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Neiza de Lourdes F. Fumes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Edna Guedes de Souza e a Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação do IFPE Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Sofia Suely F. Brandão Rodrigues,

que trabalharam em prol da realização do Edital deste mestrado. Sem a sua paciência e dedicação, esse objeto de estudo não existiria;

À prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Inalda Maria dos Santos,

por sua orientação no meu Estágio Docência proporcionando-me uma prática docente sobre as quais incidem questões, com destaque para a dimensão ética, procedimentos didáticos, pedagógicos e metodológicos, medidas que contribuíram para o meu aperfeiçoamento no exercício da docência em nível superior de ensino;

À Direção Geral do IFPE - *Campus* Recife, na pessoa do professor Francisco de Melo Granata, em especial, aos professores Moacir Martins Machado – Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação e Valbérico de Albuquerque Cardoso – Diretor de Ensino,

pelo apoio total e irrestrito para que eu pudesse vivenciar o ambiente acadêmico *in loco*, no *Campus* da UFAL/CEDU, no período de agosto a dezembro de 2010, e por terem compreensão e respeito quanto às minhas ausências no setor de trabalho durante a construção desta dissertação.

Aos colegas da primeira turma do Minter UFAL/IFPE: Ana Patrícia, Daricson, Denise, Eliane, Elizete, Eraldo, Gerline, Ivon, Lucivanda, Maria de Fátima, Maria Zivaneide, Roberto Tigre, Rosely, Ruth, Severino Felisberto, Silvio e Wilson,

pelas pessoas que são e pela rica troca de conhecimentos que compartilhamos durante a nossa convivência neste mestrado, em especial, às colegas Ana Patrícia, Denise, Eliane e Maria de Fátima, pela experiência de aprendemos a respeitar e conviver com nossas diferenças durante a residência em Maceió;

A todos,

que colaboraram de alguma forma, direta ou indiretamente, e que eu não pude citá-los, minha eterna gratidão.

É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserva sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo.

(Paulo Freire, 1996, p. 35)



## RESUMO

Este estudo analisa as implicações do processo de “Ifetização” no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), *Campus Recife* e avalia as repercussões na ótica de seus gestores, docentes e técnico-administrativos. Adota-se uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória sob a forma de análise documental e entrevista semiestruturada. Da análise documental os resultados afirmam que: a “Ifetização” institucionalizou-se por força política, através de uma nova lei que repercute nas ações pedagógicas e na gestão da Instituição; a gestão não se instrumentalizou de documentos institucionais para a mudança. Das entrevistas semiestruturadas os resultados apontaram que: a “Ifetização” proporcionou ao IFPE um novo *status*, uma nova identidade e mudanças educativas. Conclui-se que na visão dos entrevistados a “Ifetização” teve importância para a sociedade, fato que se reflete no histórico evolutivo da Educação Profissional Tecnológica (EPT), no Brasil e no Estado de Pernambuco, em especial no IFPE *Campus Recife*.

**Palavras-chave:** Educação Profissional Tecnológica. “Ifetização”. IFPE. Mudanças Educativas.

## ABSTRACT

This study examines the implications of the process of "ifetização" in the Federal Institute for Education Science and Technology of Pernambuco (IFPE), Campus Recife, and it assesses the effects from the perspective of their managers, teachers and technical administrators. It adopts a qualitative approach as methodology and uses document analysis and semi-structured interviews as methods. From the document analysis findings, it is possible to affirm that: "ifetização" was institutionalized by political force, through a new law that affects the pedagogical actions and management of the institution; the findings also shows that the management was not instrumentalized through documents of the institution for the process of the change to happen; the "ifetização" also provided the IFPE a new status, identity and educational changes. From the semi-structured interviews, the findings shows that the 'ifetização "was of major importance for society, a fact reflected in the historical evolution of the Professional Education Technology (EPT), in Brazil and Pernambuco state, especially in Recife IFPE *Campus*.

Keywords: Professional Education Technology. "Ifetização". IFPE. Educational Change.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantitativo de servidores do <i>Campus Recife</i> . .....	21
Quadro 2 – Perfil de lotação dos entrevistados. ....	22
Quadro 3 – Etapas distintas da educação no Brasil. ....	33
Quadro 4 – Áreas Profissionais e cargas horárias mínimas dos cursos Tecnólogos. ....	41
Quadro 5 – Expansão da Rede Federal de EPT, no Brasil.(2009).....	43
Quadro 6 – Estrutura comparativa do CEFET/IFET .....	47
Quadro 7 – Avanços de Titulação dos servidores. ....	56
Quadro 8 – Cursos oferecidos pelo IFPE – Campus Recife - 2008. ....	60
Quadro 9 – Infraestrutura do IFPE - <i>Campus Recife</i> . ....	67

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ADAP** – Assistente de Administração da DAP;
- ANPEd** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- APQ** – Auxílio a Projeto de Pesquisa
- BIA** – Bolsa de Incentivo Acadêmico.
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BPQ** – Bolsa de Produtividade e Pesquisa.
- CAAD** – Coordenação de Apoio Administrativo;
- CACDG** – Coordenação Acadêmica do Curso de Design Gráfico;
- CACE** – Coordenadoria Administrativa de Comunicação e Eventos;
- CACET** – Coordenação Acadêmica do Curso Técnico de Eletrônica/Telecomunicações;
- CACPC** – Coordenação acadêmica dos Cursos de Edificações e Engenharia de Produção Civil;
- CACSR** – Coordenação Acadêmica do Curso Superior em Radiologia;
- CACST** – Coordenação Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental;
- CACTE** - Coordenação Acadêmica do Curso Técnico de Eletrotécnica
- CACTM** – Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Mecânica;
- CACTQ** – Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Química Industrial;
- CACTR** – Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Refrigeração;
- CACTS** – Coordenação Acadêmica do Curso Técnico de Saneamento Ambiental;
- CACST** - Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Segurança do Trabalho
- CAD2** – Coordenadoria de Apoio Disciplinar 2;
- CAEL** – Coordenadoria de Esportes e Lazer;
- CALM** – Coordenação de Almoxarifado;
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;
- CASP** – Coordenadoria de Assistência Social e Psicologia;
- CBIB** – Coordenação de Biblioteca;
- CCHL** – Coordenação de Ciências Humanas e Línguas;
- CCNM** – Coordenação de Ciências da Natureza e Matemática
- CCON** – Coordenação de Contratos;
- CD** – Cargo de Comissão;
- CDIS** – Coordenação de Disciplina;

**CEB** – Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação;

**CEDU** – Centro de Educação;

**CEEG** – Coordenação de Estágios e Egressos;

**CEFET** – Centro(S) Federal (is) de Educação Tecnológica;

**CEFET-CE** – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará;

**CEFET-MG** – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais;

**CEFET-PE** – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco;

**CEFET-RJ** – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro;

**CEOF** – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira;

**CES** – Câmara de Educação Superior

**CFAC 1** – Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos 1;

**CGCA** Coordenação de Gestão do Controle Acadêmico;

**CGCR** – Chefia de Gabinete da Direção do *Campus* Recife;

**CIENTEC** – Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidade do IFPE

**CMME** – Coordenadoria de Manutenção de Materiais e Equipamentos;

**CMR** – Colégio Militar do Recife

**CNE** – Conselho Nacional de Educação

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**CONAE** – Conferência Nacional de Educação

**CONCEFET** – Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica

**CONDIR** – Conselho Diretor

**CONSUP** – Conselho Superior;

**CONT** – Coordenação de Contabilidade;

**CPAT** – Coordenação de Patrimônio;

**CPI** – Coordenação de Pesquisador Institucional;

**CPM-PE** – Colégio da Polícia Militar de Pernambuco;

**CPRO** – Coordenadoria de Administrativa do Protocolo;

**CRAD** – Coordenação de Registro Acadêmico e Diplomação;

**CRCN** – Centro Regional de Ciências Nucleares;

**CRDI** – Coordenadoria de Recursos Didáticos;

**CSMO** – Coordenadoria de Serviço Médico-odontológica;

**CSPA** – Coordenadoria de Segurança Patrimonial;

**CTRA** – Coordenadoria de Transporte;

**CTUR** – Coordenadoria de Turnos;

**D** - Docente

**DACI** – Departamento Acadêmico de Sistemas, Processos e Controles Industriais;

**DAFG** – Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão;

**CCNM** – Coordenação de Ciências da Natureza e Matemática;

**DAIC** – Departamento Acadêmico de Infra-Estrutura e Construção Civil;

**DAP** – Diretoria de Administração e Planejamento;

**DASE** – Departamento Acadêmico de Sistemas, Processos e Controles Eletro-Eletrônicos;

**DASS** - Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança;

**DCLI** – Departamento de Compras e Licitações;

**DEN** – Diretoria de Ensino;

**DEX** – Diretoria de Extensão;

**DGCR** – Direção Geral do Campus Recife;

**DGPE** – Diretoria de Gestão Pessoal

**DGTI** – Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação;

**DIAM** – Divisão de Administração e Manutenção;

**DIAP** – Divisão de Administração de Pessoas;

**DIEL** – Divisão de Esporte e Lazer;

**DIEN** – Divisão de Apoio ao Ensino;

**DIES** – Divisão de Esporte e Lazer; Divisão de Assistência ao Estudante;

**DIEX** – Divisão de Extensão;

**DINTER** – Doutorado (s) Interinstitucional (is)

**DOU** – Diário Oficial da União

**DPP** – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação;

**EAA** – Escola(s) de Aprendiz (es) de Artífice(s)

**EAF** – Escola(s) Agrotécnica(s) Federal (is)

**EAFB** - Escola Agrotécnica Federal de Barreiros

**ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio

**EPT** – Educação Profissional Tecnológica

**ETVU** – Escola Técnica Vinculada à Universidade

**ETF** – Escola(s) Técnica(s) Federal(is)

**ETF-PE** – Escola Técnica Federal de Pernambuco

**FAT** – Fundo de Amparo ao trabalhador

**FACEPE** – Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco

**FG** – Função Gratificada

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso;

**FINEP** – Financiadora de Estudos e Projetos;

**FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco;

**GD** – Gestor Docente;

**GTA** – Gestor Técnico-administrativo;

**IEF** – Instituição de Ensino Superior;

**IF** – Instituto Federal;

**IFET** – Instituto(s) Federal(is) de Educação, Ciência e Tecnologia;

**IFPE** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco;

**IFS** – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe;

**ITEP** – Instituto de Tecnologia de Pernambuco;

**LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

**LI** – Liceu(s) Industrial(is);

**MCT** – Ministério de Ciência & Tecnologia;

**MEC** – Ministério da Educação;

**MINTER** – Mestrado (s) Interinstitucional(is);

**MP** – Medida Provisória

**NAPNE** – Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais;

**PDE** – Plano de Desenvolvimento da Educação;

**PDI** – Plano de Desenvolvimento Institucional;

**PIBEX** – Programa Institucional de Bolsas de Extensão;

**PIBIC** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica;

**PIBITI** – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;

**PL** – Projeto de Lei;

**PPPI** – Projeto Político Pedagógico Institucional;

**PROEJA** – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

**PROEP** – Programa de Expansão da Educação Profissional;

**PROEXT** – Pró-Reitoria de Extensão

**PROINFRA** - Programa de Financiamento à Infra-Estrutura Complementar da Região Nordeste;

**PROPESQ** – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

**RBEP** – Revista Brasileira de Educação Profissional Tecnológica

**REP** – Rede de Ensino Profissional;

**RFEP** – Rede Federal de Educação Profissional;

**RFEPCT** – Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

**SEMTEC** – Secretaria de Educação Média e Tecnológica

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;  
**SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;  
**SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;  
**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;  
**TA** – Técnico-Administrativo;  
**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;  
**TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação;  
**UFAL** – Universidade Federal de Alagoas;  
**UFBA** - Universidade Federal da Bahia;  
**UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande;  
**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco;  
**UFRPE** - Universidade Federal Rural de Pernambuco;  
**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina;  
**UNED** – Unidade(s) Descentralizada(s);  
**UTF** - Universidade Tecnológica Federal;  
**UTFPR** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná;



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1 FORMAÇÃO DO HOMEM PARA O TRABALHO: RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO</b> .....	25
<b>1.1 Educação e trabalho: produção escravista e servil</b> .....	25
<b>1.2 Educação e Trabalho: modos de produção capitalista</b> .....	29
<b>1.3 Educação e Trabalho no Brasil</b> .....	31
<b>2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL E O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO</b> .....	45
<b>2.1 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.</b> .....	45
<b>2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE.</b> ....	54
<b>2.3 Estruturação do <i>Campus</i> Recife: Processo de “Ifetização”.</b> .....	57
<b>3 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO CONTEXTO DA “IFETIZAÇÃO”</b> .....	68
<b>3.1 Repercussões do Processo de “Ifetização” na visão dos sujeitos entrevistados</b> .....	68
<b>3.2 Interpretações e Perspectivas na ótica dos entrevistados</b> .....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	90
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>APÊNDICES</b> .....	105
<b>APENDICE A – Proposta de roteiro de entrevista.</b> .....	105
<b>APENDICE B – Carta aos Entrevistados</b> .....	106
<b>APENDICE C – Calendário para entrevistas</b> .....	107
<b>APÊNDICE D – Ficha Cadastro dos Professores</b> .....	108
<b>ANEXOS</b> .....	109
<b>ANEXO A – Dados Gerais sobre o IFPE <i>Campus</i> Recife.</b> .....	109
<b>ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFAL.</b> ....	110
<b>ANEXO C – Resposta ao Comitê de Ética</b> .....	111
<b>ANEXO D – Continuação da Resposta ao Comitê de Ética. (08/07/2012)</b> .....	112
<b>ANEXO E - Continuação da resposta ao Comitê de Ética em Pesquisa - UAFAL</b> .....	113
<b>ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética (16/12/2011).</b> .....	114
<b>ANEXO G – Ata da defesa emitida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Alagoas.</b> .....	115

## INTRODUÇÃO

Inicia-se a construção de uma instituição inovadora, ousada, com um futuro em aberto e, articulando-se com as redes públicas de educação básica, capaz de ser um Centro irradiador de boas práticas. [...] Com os Institutos Federais iniciamos uma nova fase, abandonando o hábito de reproduzir modelos externos e ousando a inovar a partir de nossas próprias características, experiências e necessidades. (PACHECO<sup>1</sup>, 2008, p. 2-3).

A epígrafe sinaliza que várias peculiaridades inerentes à criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET)<sup>2</sup> influenciaram no contexto histórico da Educação Profissional Tecnológica (EPT), demonstrando, na visão do autor, o caráter inovador de sua proposição.

No Brasil, a EPT vem passando por várias mudanças, há mais de um século, tendo recebido diferentes nomes, atribuições e abrangências enquanto instituição de ensino. Esta, centrada na perspectiva de proporcionar aos cidadãos habilidades específicas e importantes ao seu papel na sociedade, se torna capaz de fazer a diferença como um canal de possibilidades que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento social que busca formar cidadãos integrais.

A cada dia torna-se mais evidente a necessidade de que a educação deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, ao interesse social e ao dos indivíduos. Da combinação desses interesses emergem os princípios que norteiam a elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade e com o mundo. Considerando que o papel da educação abriga a ideia de manter a identidade nacional, dar continuidade à nação e estimular a vontade de progredir, essa área permanece em constante transformação. Dessa forma, o contexto histórico acaba por ser determinante nos conteúdos da educação, mesmo que os princípios fundamentais permaneçam intocados ao longo do tempo.

Assim, torna-se necessário o aprofundamento a cerca do conhecimento de todo o processo que envolve a implantação dos Institutos Federais e os efeitos decorrentes dessa mudança no histórico dessas instituições.

Este trabalho situa-se no âmbito da educação profissional tecnológica. Mais especificamente, no processo de elaboração e efetivação das idéias que culminaram na

---

<sup>1</sup> Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação - SETEC, 2008.

<sup>2</sup> *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* nomeados apenas de *Institutos Federais*, por muitos profissionais e gestores nesse âmbito de educação.

instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), e criação dos Institutos Federais – “ifetização<sup>3</sup>” - mediante a Lei nº 11.892/2008, do Ministério da Educação – (MEC).

A constituição do IFPE se deu mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE) - Unidade Sede do Recife, Unidade Descentralizada de Pesqueira e Unidade Descentralizada de Ipojuca - e das Escolas Agrotécnicas Federais (EAF) - Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão. Mediante o processo de integração, cada uma das Unidades do CEFET-PE e Escolas Agrotécnicas Federais passaram a condição de *Campus* do IFPE, na forma da Lei. Nesse contexto, a pesquisa é despertada dois meses após o processo de “Ifetização” do IFPE *Campus* Recife, em um período no qual ainda se torna difícil definir a sua identidade e compreendê-la em sua totalidade, natureza e finalidade.

Esse estudo apresenta alguns aspectos estruturantes dos Institutos Federais (IF) pertencentes, hoje, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) do Brasil. Tem como objeto de pesquisa o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE) Unidade Sede Recife no processo de “ifetização”. A partir dessas perspectivas delineadas, a pesquisa busca especificamente levantar elementos para responder os seguintes questionamentos:

- Como se dá a construção de uma nova identidade institucional?
- Que forças políticas atuam nesse projeto de mudança?
- Qual a repercussão desse fato no cotidiano dos gestores, docentes e técnico-administrativos do IFPE *Campus* Recife?
- Que contribuições a “Ifetização” traz para a ampliação dos níveis de melhoria de ensino, pesquisa e extensão e para a gestão no IFPE *Campus* Recife?

Dessa forma, o objetivo da pesquisa consiste em analisar o processo de integração por meio de adesão do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco – CEFET-PE ao modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, especificamente, o *Campus* Recife.

Neste sentido o estudo tem como finalidade analisar as repercussões dessa mudança, nas ações do ensino, pesquisa e extensão da gestão educacional na ótica de seus gestores, docentes e técnico-administrativos, bem como contribuir com a proposição e constituição de elementos de análise que permitam compreender o processo histórico da desconstrução e

---

<sup>3</sup> A esse processo de criação dos Institutos Federais utiliza-se a expressão “ifetização”.

construção das identidades institucionais do IFPE *Campus* Recife a partir do surgimento de uma nova ordem institucional.

Tornou-se fundamental o esforço para a realização desta pesquisa, principalmente, pelo desafio quanto à escassez de outros estudos nessa área de educação, viabilizando, assim, investigar, junto ao IFPE *Campus* Recife o papel e a importância da Rede Federal de EPT na reconfiguração dos CEFET, Escolas Técnicas – vinculadas às Universidades Federais – e Escolas Agrotécnicas Federais em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, analisando a dinâmica e a gestão instaurada por essas mudanças.

Definiu-se como periodização da pesquisa os quatro últimos anos vivenciados por esta instituição, ou seja, de 2007 a 2010, tendo como marco inicial a instituição do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007 – documento de referência oriundo da manifestação “dos debates no âmbito do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET), que antecederam a apresentação da proposta de criação dos Institutos Federais” (RBEPT, v.1, n.1, jun., 2008).

Cabe destacar que as motivações da pesquisadora para este estudo emergem de sua experiência durante os 15 anos de atuação como servidora do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e IFPE, nos quais lhe foi possível acompanhar as diferentes mudanças ocorridas no histórico da EPT até chegar o processo de “ifetização”. Em Pernambuco, especificamente no IFPE *Campus* Recife, durante essa época atuou no exercício de diversas funções administrativas junto a gestores nos processos que culminaram na criação do IFPE.

A pesquisadora mantém fortes laços com a comunidade interna do antigo CEFET-PE, ao ponto de compreender as inquietações e questionamentos suscitados no decorrer do processo de transformação do CEFET-PE Unidade Sede Recife em IFPE *Campus* Recife. Logo após a publicação do Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007, que apresentava em seu escopo a nova estrutura dos IF. Durante esse período vários questionamentos a respeito do processo de “Ifetização” foram levantados: Como a gestão desempenhará o seu papel diante dessa nova situação? De que maneira essas mudanças irão interferir no dia-a-dia do corpo docente? De que forma será afetada as ações voltadas para ensino, pesquisa e extensão? Como se organizará o espaço físico da Unidade Sede Recife e da nova Reitoria? Qual o papel das antigas Escolas Agrícolas diante do IFPE, visto terem atuação na área agropecuária, distintas da área industrial e de serviços dos antigos CEFET-PE?

Contemplando, ainda, as questões sociais que culminaram com o processo de expansão da Rede Federal de EPT e os desafios impostos à sociedade, em especial no tocante à educação tecnológica brasileira, o estudo apresentado fornece reflexão sobre a educação

tecnológica, considerando as novas oportunidades de empregabilidade que o contexto retrata. Nota-se que, nesse processo de profundas mudanças, a pauta da discussão sobre a educação tecnológica mudou significativamente no seu âmbito, na sua estrutura e nos atores envolvidos, e é nessa pauta que a EPT figura, conquistando sua identidade e seu espaço na sociedade brasileira.

Considerando a importância do IFPE para o Estado de Pernambuco, por ser, essa região, um centro de referência para a sociedade pernambucana frente à EPT, verifica-se a necessidade de estudos que retratem a criação do IFPE e a transformação do CEFET-PE Unidade Sede Recife em IFPE *Campus* Recife que expressem os novos olhares evidenciados em pesquisas no cenário da educação pública profissional e tecnológica a partir dessa mudança.

Nessa perspectiva, a análise da reconfiguração da EPT, no Brasil, procura clarear algumas dessas questões. Assim, as atuais políticas de educação profissional almejam uma atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional que impliquem numa expansão da Rede Federal de EPT, especialmente nos IFET.

Dessa forma, é importante investigar e analisar as mudanças que ocorreram a partir da seguinte pergunta norteadora: **Quais as implicações da transformação do CEFET-PE Unidade Sede Recife em IFPE *Campus* Recife na ótica de seus gestores, docentes e administrativos?**

O estudo contempla uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória sob a forma de análise documental e entrevista semiestruturada.

Dentre as fontes documentais, considerou-se a legislação sobre o processo de integração do CEFET-PE ao modelo de IFPE, destacando-se a Lei nº 11.892/2008; o documento referencial do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFPE, em processo de construção; o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE; o Estatuto do IFPE; entre outros.

Nesse contexto Pimentel (2001) esclarece que “[...] a análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o principal meio de caracterização do estudo” (p. 191-192). Cabe salientar que nesta pesquisa, a análise documental se caracteriza como instrumento complementar, tanto quanto as entrevistas semiestruturadas.

Como etapa exploratória dessa pesquisa realizou-se um levantamento bibliográfico, sobre as dissertações e teses, pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), desenvolvidas no campo da expansão da EPT no novo contexto dos

Institutos Federais, no período de 2007 a 2010, e não foi encontrada qualquer referência sobre o tema.

Em âmbito regional, localizou-se na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a tese de Jucá (2007), que aborda “A reestruturação da educação profissional no Brasil e o processo de metamorfose dos Centros Tecnológicos Federais: *estudo de caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas*”. No âmbito local, encontrou-se na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a tese de Guimarães (2008), que aborda sobre a “Política de ensino médio e educação profissional: *discursos pedagógicos e práticas curriculares*”. Também se buscou um diálogo com as pesquisas de mestrado de Cordeiro (2004), Gouveia (2005), Guimarães (1998), que tiveram como campo de pesquisa o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFET-PE), a Escola Agrotécnica Federal de Barreiros – PE (EAFB-PE), que hoje compõem o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE).

Um mapeamento, desenvolvido após a publicação do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, permitiu uma publicação na Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica - RBEPT (2008), parceria da Secretaria da Educação Tecnológica (SETEC) com o Ministério da Educação (MEC), que apresenta um artigo sobre a Manifestação do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação (CONCEFET) sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O referido artigo sintetiza o contexto histórico; o desenvolvimento e interiorização da EPT; o acolhimento de novos públicos; a formação em novas áreas; a formação de professores; a verticalização do ensino e acesso ao ensino superior e, finalmente, a pesquisa, inovação tecnológica e democratização do conhecimento científico, juntamente com a proposta de Projeto de Lei que originou a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Consideraram-se, também, periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) onde não foram encontradas referências relacionadas ao tema pesquisado.

Como forma de coleta de dados, aplicou-se entrevistas semiestruturadas aos três segmentos: gestores, docentes e técnico-administrativos, que segundo Lakatos (1993), mediante um referencial teórico passam a ser “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. (p.195-196).

Os saberes desses sujeitos foram gravados e posteriormente transcritos dentro dos parâmetros da análise pela prática reflexiva, atendendo ao modelo de transcrição de Szymanski (2004, p. 74), a saber:

A transcrição é a primeira versão escrita do texto da fala do entrevistado que deve ser registrada, tanto quanto possível, tal como ela se deu. Ao escrever faz-se um esforço no sentido de passar a linguagem oral para a escrita, ou seja, há um esforço de tradução de um código para outro, diferentes entre si.

Destaca-se ainda, que todos os sujeitos entrevistados preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme sugere o Comitê de Ética.

Segundo dados fornecidos pela Diretoria de Gestão Pessoal (DGPE)<sup>4</sup>, do IFPE, o *Campus Recife* possuía, no período de estudo para este trabalho, o quantitativo de servidores exposto no quadro 01:

Quadro 1 – Quantitativo de servidores do *Campus Recife*.

Nº de Servidores e ocupações de CD/FG <sup>5</sup>	2007	2008	2009	2010
Nº de Servidores sem ocupação de CD/FG	413	419	399	436
Ocupantes de CD	23	26	42	43
Ocupantes de FG	82	92	96	124
Total de Servidores	518	537	537	603

Fonte: IFPE/DGPE<sup>6</sup> (2011).

Observa-se que durante os três primeiros anos pesquisados não houve grandes mudanças das pessoas que ocupavam Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG), visto que eram os mesmos servidores de uma gestão reeleita. As mudanças significativas vieram acontecer em maio de 2010, com uma nova eleição e uma Diretoria Geral ocupada pela oposição. O que permitiu, ao estudo, estabelecer como critérios para a seleção dos entrevistados da gestão anterior e os da gestão atual.

Para mesclar as experiências de servidores que desenvolveram atividades durante esses quatro anos e por fazerem parte de diferentes momentos históricos do processo de “ifetização”, participaram da pesquisa 30 (trinta) sujeitos que atendem aos critérios estabelecidos de acordo com o marco temporal de 2007 a 2010 e o seu perfil de lotação, como pode ser observado no quadro 2:

<sup>4</sup> Considera-se que os dados tenham sido fornecidos durante a mudança da Diretoria eleita (maio de 2010), período em que houve diversas transferências, de servidores do *Campus Recife* para a Reitoria, o que justificaria o quantitativo elevado de servidores contabilizado no quadro de pessoal do *Campus Recife*.

<sup>5</sup> Cargo de Direção - CD. Função Gratificada - FG.

<sup>6</sup> Dados cedidos pela Diretoria de Gestão de Pessoa do IFPE

Quadro 2 – Perfil de lotação dos entrevistados.

Segmento	Quantidade	CD/FG	Gestão
Gestor Docente	02	CD	Anterior
Gestor Docente	04	CD	Atual
Chefes Docente e Técnico-Adm.	04	FG	Atual
Corpo Docente	12	-	Anterior/Atual
Corpo Técnico-Administrativo	08	-	Anterior/Atual
TOTAL	30	-	-

Fonte: Produção da própria Autora (2011).

- 02 (dois) diretores da gestão anterior, por terem acompanhado todo o processo de “ifetização”, sendo os mais indicados para avaliar a amplitude das repercussões deste processo, tanto aqueles responsáveis pelo processo administrativo como um todo, como os que ficaram à frente do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão do IFPE *Campus* Recife;
- 04 (quatro) diretores da gestão atual<sup>7</sup> (2010), por aglutinarem a função de gestores, possuírem formação acadêmica e experiência de docentes, como também por conviverem de perto com essas novas mudanças no corpo diretivo;
- 04 (quatro) Coordenadores/Chefes, por sua vivência no processo de “ifetização”, enquanto docentes e técnico-administrativos, na administração da gestão atual;
- 12 (doze) docentes, por estarem envolvidos com a reestruturação do ensino, terem vivenciado o processo de “Ifetização” na gestão anterior e na atual, e ainda, pertencerem ao maior segmento do quadro de servidores na instituição;
- 08 (oito) servidores administrativos que puderam acompanhar no dia-a-dia, junto aos gestores e aos docentes, todo o processo de “ifetização”, como também vivenciaram esse processo durante as duas gestões (anterior/atual).

Diante dessa compreensão, a pesquisa enfatiza que “para o entrevistado, a situação pode ser interpretada de inúmeras maneiras: uma oportunidade para falar e ser ouvido, uma avaliação, uma deferência à sua pessoa, uma ameaça, um aborrecimento, uma invasão”. (SZYMANSKI; ALMEIDA E PRANDINI, 2004. p. 16).

A caracterização geral dos entrevistados participantes desta pesquisa foi condicionada a experiência profissional dos servidores com atuação executiva como gestores, docentes e técnico-administrativos pertencentes ao quadro efetivo do IFPE *Campus* Recife, que vivenciaram o período temporal de 2007 a 2010, nesta Instituição, portadores de perfil

<sup>7</sup> Em maio de 2010, houve eleição para Diretor Geral do *Campus* Recife e uma nova diretoria assumiu o comando do IFPE *Campus* Recife, por um mandato de 12 (doze) meses.



adequado à condição de respondentes e que exerceram papel decisivo na formulação da política, na execução e na implementação da Reforma da Educação Profissional Tecnológica.

Com esse pressuposto, a pesquisa foi trabalhada da seguinte forma:

Na escolha dos dois diretores da gestão anterior, fez-se a consulta anteriormente, e após a confirmação de ambos, foi marcado o dia, local e hora de cada entrevistado.

Quanto aos diretores, Coordenadores e Chefes da gestão atual não houve dificuldades em entrevistá-los, os mesmos aceitaram de imediato, ao serem indagados para participarem como sujeitos entrevistados da pesquisa, o que foi realizado com tranquilidade em suas respectivas coordenadorias e departamentos.

Os entrevistados do corpo docente foram escolhidos aleatoriamente conforme chegavam à sala dos professores - local escolhido para entrevistas dos docentes por ter um grande fluxo de professores - onde os mesmos eram abordados e interrogados sobre a disponibilidade de poderem e desejar participar da entrevista, cuja exigência era estar enquadrados no perfil sócio-demográfico pré-estabelecido. As entrevistas foram realizadas até que se observasse um ponto de saturação nas respectivas respostas.

Assim, baseada em Prasad (2005), as pesquisas qualitativas, contam com uma forma matemática, que determina a quantidade mínima de entrevistas necessárias para o pesquisador ser capaz de generalizar as conclusões para todo o universo estudado. Dessa maneira, o autor explica que é necessário que o pesquisador realize várias entrevistas até encontrar o ponto de saturação da pesquisa – o momento em que novas entrevistas não oferecem mais nenhum novo dado e, portanto nenhuma análise pode ser expandida.

Verificou-se que à medida que os sujeitos foram sendo entrevistados surgiam mais questionamentos, modificando, assim, a estrutura das questões elaboradas inicialmente (apêndice A). Assim, observou-se que após 10 (dez) servidores docentes entrevistados, as respostas começaram a se repetir e ao final de 12 (doze) entrevistas realizadas com os docentes, reconheceu-se o ponto de saturação, dando-se por encerrada a pesquisa com os docentes. O mesmo ocorreu com os técnico-administrativos, que após 05(cinco) entrevistas realizadas, começaram a apontar respostas repetidas e ao final de 08 (oito) entrevistas reconheceu-se o ponto de saturação e finalizaram-se as entrevistas.

Entretanto, os entrevistados do corpo técnico-administrativo, apesar de também serem escolhidos aleatoriamente, a pesquisa foi efetuada *in loco* em cada setor na área administrativa da instituição, utilizando-se dos mesmos procedimentos realizados com os professores, porém, o ponto de saturação das respostas dos entrevistados técnico-administrativos foi detectado com mais rapidez que os dos docentes.

Para uma melhor visibilidade dos temas decorridos nesse estudo, optou-se por dividir o presente trabalho, além da introdução, em 03 (três) capítulos, conforme sequencia abaixo:

O primeiro capítulo visualiza-se o contexto mundial do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista e da formação profissional. Focaliza-se, ainda, um resgate da criação das Escolas Técnicas Profissionais no Brasil ao longo de 100 anos, exemplificando seus primeiros modelos até a criação dos atuais Institutos Federais.

O segundo capítulo, o estudo situa-se no contexto da formação dos Institutos Federais no Brasil e a criação do Instituto Federal de Pernambuco, delimitando-se a pesquisa na construção da identidade do IFPE *Campus* Recife.

O capítulo terceiro, a ênfase é direcionada para a pesquisa de campo sobre a percepção dos gestores, dos docentes e dos técnico-administrativos do IFPE *Campus* Recife, com uma abordagem sobre a repercussão causada por essas mudanças.

Por último encontram-se as considerações finais.

# 1 FORMAÇÃO DO HOMEM PARA O TRABALHO: RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

Efetivamente, a educação aparece como uma realidade irredutível nas sociedades humanas. Sua origem confunde-se com as origens do próprio homem. Na medida em que o homem se empenha em compreendê-la e busca intervir nela de maneira intencional, vai constituindo um saber específico que, desde a paidéia grega, passando por Roma e pela Idade Média, chega aos tempos modernos fortemente associado ao termo “pedagogia”. (SAVIANI, 2008b, p. 1).

## 1.1 Educação e trabalho: produção escravista e servil

A educação na Idade Antiga era caracterizada como sendo uma forma de transmissão de técnicas adquiridas sem nenhum caráter de ciência autônoma (LUZURIAGA, 1978; MANACORDA, 1989). Isso porque esse período é caracterizado por uma economia voltada a um modo de produção escravista, onde a ligação entre educação e trabalho era quase inexistente, sendo o aprimoramento profissional e a promoção de atividades intelectuais pouco significativos.

A antiguidade clássica tinha a Grécia e a Roma como países influenciadores de pensamentos, comportamento e educação, já que descobertas como a de Protágoras e Tales de Mileto são utilizadas na matemática até hoje, a filosofia maiêutica de Sócrates é uma maneira crítica de se ensinar, a fundação das Academias de Platão influenciaram de certa forma o nascimento das universidades nas civilizações ocidentais, o português tem sua origem na língua latina, o direito romano influencia as escolas de direito até os dias atuais, entre tantas outras influências.

No tocante ao ensino profissional, essas civilizações orientais deixam a desejar já que a sociedade sustentava-se no modo de produção escravista e o trabalho manual era desvalorizado, enquanto o intelectual era visto como um privilégio restrito à aristocracia (MARROU, 1990; GADOTTI, 2002). A educação intelectual, disponível na idade antiga, tinha como objetivo principal formar homens capazes de pensar corretamente (pensamentos aceitos pela sociedade) e expressarem-se convincentemente (GADOTTI, 2002).

Dessa forma, a educação desta época pode ser entendida como uma iniciação progressiva em um modo de vida tradicional, onde em Roma a família era a base dos ensinamentos, tendo a mãe como principal educadora, enquanto na Grécia os ensinamentos

vinham de terceiros. Após a finalização da educação familiar (aos 16 anos), os jovens (sempre pertencentes às classes altas da sociedade) poderiam optar por darem continuidade aos estudos em centros de civilizações helenísticas onde latim, grego, aritmética e matérias humanistas eram ensinadas (GADOTTI, 2002).

Ainda na civilização romana, é possível encontrar outro tipo de educação que não a intelectual (GIORDANI, 1983). Esta, conhecida como educação “*paedagogium*”, direcionada aos escravos domésticos, era responsável em prepará-los para que melhor pudessem desempenhar suas funções. Essa educação voltada ao trabalho possibilitava que os escravos em idade escolar selecionados pelos seus proprietários aprendessem boas maneiras e os bem dotados de inteligência recebiam instruções que lhes permitiam servir seus donos como secretários (GIORGANI, 1983; PILETTI, 1996).

Já a educação na Idade Média (período compreendido entre os séculos V e XV) sofreu algumas alterações com o aumento do poder e da influência da igreja sobre a sociedade (LAUAND, 1998; MONROE, 1977). Este predomínio da temática religiosa fez com que a cultura greco-romana praticamente desaparecesse, principalmente no período feudal, salvo pelos monges que conseguiram conservá-la nos mosteiros (MARROU, 1975).

Assim como na antiguidade, a educação na era medieval também não era disponível para todos. Apenas os filhos dos nobres tinham este privilégio e a mesma era marcada pela doutrina racional religiosa e a especulação filosófico-teológica, que não formava somente pensadores, mas também homens que tinham capacidade de solucionar problemas cotidianos da sociedade. Além da doutrina religiosa, a idade medieval foi marcada pela educação popular direcionada ao trabalho (NUNES, 1979; MARROU, 1975; MONROE, 1977; MANACORDA, 1989) e pela existência de trabalhos manuais, os quais a igreja e a nobreza tinham aversão e eram exercidos pelos servos - camponeses pertencentes à classe desprovida de terra. Esses trabalhos manuais eram ensinados e repassados pelos mestres, que detinham o conhecimento das artes do ofício, para aprendizes, sem embasamento teórico e de forma secreta (PRICE, 1996; LE GOFF, 1993).

De acordo com Nunes (1979), os primeiros vestígios de organização educacional curricular, denominada “*As sete artes liberais*”, surgiram por volta de 420-427 d.C., quando a primeira base do currículo medieval foi escrita, baseada na obra de Marciano Capella “*O casamento da filologia e Mercúrio*”. Influenciada pela enciclopédia de Varrão, a obra trazia sete disciplinas: 1) Gramática, 2) Retórica, 3) Dialética, 4) Aritmética, 5) Geometria, 6) Astronomia e 7) Harmonia, além dos ensinamentos bíblicos e das táticas de guerra.

A partir da criação do currículo medieval, nota-se o desenvolvimento de várias escolas no decorrer da Idade Média. As Escolas Monásticas, estabelecidas no século VI, tinham como objetivo inicial, a formação de monges e posteriormente a educação de *leigos cultos* – filhos dos reis e dos servidores. Os primeiros ensinamentos eram restritos a leitura, escrita, conhecimentos bíblicos, aritmética e canto, sendo complementados com o ensino de latim, gramática, retórica e dialética. Seguindo as Escolas Monásticas, as Escolas Palatinas foram fundadas pelo rei Carlos Magno em 787, através do *Decreto Capitular*, que visava a organização de todas as Escolas Palatinas, utilizando como base curricular as “*As sete artes liberais*”. Desenvolveram-se no século XI as primeiras escolas urbanas conhecidas como as Escolas Catedrais, instituídas por determinação do Concílio de Roma (1079). As mesmas, a partir do século XII, com o Concílio de Latrão (1179), passam a ser mantidas através da criação de benefícios para a remuneração dos mestres.

Assim, a influência do pensamento iluminista afetou várias camadas da sociedade, a partir do momento em que a razão busca se sobrepor aos ensinamentos da Idade Média como afirma Markert (1996, p. 58):

No século XIX o iluminismo penetra o pensamento pedagógico e a razão busca superar a tradição imbuída de normas religiosas e artesanais. A nova pedagogia se apresenta como um saber científico fundado nas novas ciências positivas da natureza, relegando o fundamento religioso. O discurso pedagógico se volta para os saberes positivos e o saber fazer oriundo das verificações científicas, legitimando o método em razões de autoridade, de rigor experimental. O papel do pedagogo faz do mestre “um técnico cujo saber-fazer é fundado numa ciência rigorosa” (*ibid*), aplicando na sala de aula as leis da pedagogia descobertas pela ciência.

O pensamento iluminista influenciou a sociedade coincidindo com a emergência do capitalismo, como modo de produção nos países europeus. Alguns intelectuais da época revoltados com os privilégios feudais, irracionais e opressores propuseram uma nova sociedade exigindo do governo lealdade e igualdade para todos diante da lei; repudiaram o anticlericalismo. “A razão humana seria então a ‘Luz’ – daí então o nome do movimento – capaz de esclarecer qualquer fenômeno” (PROENÇA FILHO, 1988, p.16).

Neste contexto surge a Revolução Francesa representando o fim da monarquia na França, a subida da burguesia ao poder político e a preparação para consolidação do capitalismo. No entanto a Revolução Francesa não ficou restrita na França, seus ideais foram divulgados na Europa, atravessaram o oceano e vieram para a América Latina, contribuindo para a elaboração de nossa independência política e é a partir desse marco que acontecem várias inovações tecnológicas, tais como a invenção do tear mecânico e da máquina a vapor, entre outras. Esse período é marcado pela transição do feudalismo ao capitalismo. O homem iluminista pregava a separação entre a Igreja e o Estado. “A crítica iluminista dirigiu-se contra

a tradição e a autoridade. Essa luta contra as verdades dogmáticas deu-se, na esfera política, com a oposição ao absolutismo monárquico” (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, vol. 8, p.26).

Entre os percussores da época encontram-se: René Descartes – filósofo e matemático francês, defensor do método lógico e racional para construir o pensamento científico; Isaac Newton – inglês descobridor da lei da gravidade, entre outras leis físicas; John Locke – autor da obra “Ensaio sobre o entendimento humano” – considerava a mente humana uma tabula rasa. ; Voltaire, representante do símbolo do liberalismo por criticar implacavelmente a Igreja; Montesquieu, responsável pela separação dos poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário); Jean-Jacques Rousseau, precursor das idéias socialistas, sua obra mais conhecida é “O contrato social”; Denis Diderot e Jean Le Rond d'Alembert produziram a “Encyclopedie”. (ENCICLOPÉDIA BARSA, 1997, Vol. 8 p.26).

Duas foram as correntes produzidas pelo iluminismo: A Escola Fisiocrata e a Escola do Liberalismo Econômico. Segundo Alves (2008), a Escola Fisiocrata era representada pelo francês François Quesnay, que defendia que “o capitalismo agrário, com o aumento da produção agrícola, era a única alternativa capaz de gerar riquezas para uma nação”. A Escola do Liberalismo Econômico tinha como um dos principais repercussores o economista escocês Adam Smith - pai da economia política – sua principal obra foi “o ensaio sobre a riqueza das nações”, defensor da livre iniciativa dos empreendedores. (ALVES, 2008).

As idéias racionalistas iluministas influenciaram vários absolutistas, entre eles: Frederico II (Prússia); O marquês do Pombal (Portugal); Catarina II (Rússia) e Carlos II (Espanha). Eles foram responsáveis pelas reformas que ampliaram a educação, garantiram a liberdade de culto, estimularam a economia, fortaleceram a igualdade civil, uniformizaram a administração pública e introduziram a separação dos poderes judiciário e executivo, porém mantiveram a servidão e a autocracia. Os iluministas possuíam a razão como valor supremo.

De acordo com Proença Filho (1988, p.16), o Iluminismo foi uma época em que:

[...] a aristocracia perde poder, que agora passa para as mãos da burguesia. O capitalismo ganha impulso, a tecnologia avança, a produção dos bens de consumo conhece uma aceleração sem precedentes na história. Era a Revolução Industrial a pleno vapor.

Em meio a tantas mudanças, o desenvolvimento da indústria e do fluxo do capital, as condições de trabalho são alteradas, a ciência e a tecnologia à luz da razão passam a ditar novas regras radicais levando a ambição humana às duas grandes guerras mundiais. O homem passou a assumir novos comportamentos que delinearão outra ordem social, cultural, política e econômica (ALVES, 2008).

## 1.2 Educação e Trabalho: modos de produção capitalista

Com a Idade Moderna, compreendida entre os séculos XVI e XVIII, caracterizada pela transformação da conjuntura européia, com o trabalho servil sendo substituído pelo trabalho assalariado e a formação das monarquias nacionais, iniciou-se um novo modo de produção que se consolidou com a revolução industrial. Para esse novo contexto, surge a necessidade de novamente transformar a educação para melhor adaptar-se a sociedade e ser capaz de preparar indivíduos de baixa classe para o exercício de funções de produção específicas (KOSHIBA & PEREIRA, 2004). Para um melhor entendimento, este trabalho divide a Idade Moderna em dois momentos distintos: Pré-Capitalismo e Capitalismo.

Marcada pelo renascimento urbano e comercial, o período pré-capitalista pode ser entendido como uma época em que uma nova classe social é formada, com o objetivo de enriquecer através de atividades comerciais. Nesse momento, surgem também os banqueiros e mercadores que visavam lucros, porém através do dinheiro em circulação. (BURKE, 1989). Nessa perspectiva, nascem os primeiros traços do sistema capitalista: busca de lucros, moeda substituindo o sistema de trocas, relações bancárias, fortalecimento do poder da burguesia, desigualdades sociais e mão-de-obra assalariada (HECKSCHER, 1943; DEYON, 1969).

Com o intuito de arrecadar maiores lucros, a burguesia, juntamente com o Estado, incentivou a expansão comercial, no século XVI, e a expansão marítima, nos séculos XVI e XVII (ENGUIA, 1989). O desenvolvimento de novas tecnologias e o constante investimento em profissionais possibilitou as grandes navegações (DEYON, 1969).

É nesse momento histórico que é possível notar uma transformação na educação, em que não somente conhecimentos científicos são oferecidos, mas também técnicos, com o objetivo de preparar os trabalhadores para os ofícios específicos, principalmente na arte náutica, construções de embarcações e desenvolvimento de instrumentos náuticos.

No final do período Pré-Capitalista, é possível notar um forte incentivo do governo, apoiado pela burguesia – que até então havia acumulado uma grande riqueza proveniente da revolução comercial e da expansão marítima – no desenvolvimento de manufaturas. Esse estímulo de produtos manufaturados visava aumentar as exportações e produzir uma balança comercial favorável, o que posteriormente resultaria na Revolução Industrial (ENGUIA, 1989; KOSHIBA & PEREIRA, 2004).

Iniciada na Inglaterra no século XVIII, a Revolução Industrial foi impulsionada pela burguesia industrial, que se encontrava ávida por maiores lucros, menores custos e eficiência na produção. Para que essa eficácia fosse possível, foram necessárias novas tecnologias no

processo produtivo, onde máquinas a vapor passavam a exercer os trabalhos antigamente realizados pelo homem. Esse fato, associado ao rápido crescimento da Europa, fez com que a demanda por empregos passasse a ser maior que a oferta de empregos em indústria. Devido a essa disparidade em demanda e oferta de emprego, as indústrias começavam a oferecer salários baixos e submetiam os trabalhadores a jornadas de trabalho que chegavam até a 80 horas por semana. (GALLINDO 2005).

Outra característica que marca a revolução industrial é o distanciamento do trabalhador do produto final, resultando na aceleração do processo de manufatura. Desta maneira, com a divisão de etapas da produção, cada empregado ficava responsável em realizar apenas uma atividade específica, de uma parte da produção. Estas transformações no âmbito do trabalho social, político e econômico também provocaram uma mudança na direção da educação, (GALLINDO, 2005).

Uma das principais mudanças educacionais foi a criação de propostas educacionais especializadas em formar trabalhadores de funções específicas. (GALLINDO, 2005) esclarece que diante das modificações no modo de produção capitalista, a educação para as classes populares esteve intimamente voltada para o trabalho, podendo ser descrita como uma educação para formação de mão-de-obra a serviço da classe dominante visando à acumulação de capital.

O processo de urbanização atinge a indústria e a agricultura, que passam a ser mecanizadas, os sistemas de transportes e de comunicações desenvolvem-se, o uso da energia a vapor faz crescer o sistema fabril e com a expansão do capitalismo todos os ramos da atividade econômica passam a ser controlados. É nessa perspectiva que a necessidade por mão de obra qualificada foi intensificada e os primeiros indícios de investimentos na área de educação profissionalizante começaram a surgir. Ribeiro (*In: STEPHANOU & BASTOS, 2005, p.210*) define trabalhadores qualificados da seguinte forma:

Entende-se por trabalhadores qualificados aqueles trabalhadores que aperfeiçoaram a habilidade manual e a precisão na execução e na concepção do trabalho, não somente com prática, mas com os conhecimentos técnicos e científicos adquiridos de maneira formal, fora da fábrica, nos cursos industriais.

Não há dúvida de que as transformações nas estruturas produtivas e as mudanças tecnológicas passam a permitir que a educação seja regulada pelo mercado. No entanto, o mercado que é capaz de oferecer espaço para trabalhadores qualificados, é também incapaz de regular os direitos fundamentais (saúde, educação, cultura, etc.), o que ocasiona uma exclusão social e a escola passa a ser entendida como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis. O acesso a diferentes



graus de escolaridade amplia as condições de empregabilidade do indivíduo, o que, entretanto, não lhe garante emprego, pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo. É o crescimento excludente, em lugar do desenvolvimento inclusivo que se buscava atingir no período Keynesiano cuja política tinha como alicerce a intervenção do Estado na economia para assegurar os direitos fundamentais dos indivíduos. Nesse sentido, Marrach (2009, p.29) sustenta que:

“Em outras palavras, esta é a dialética do esclarecimento: a libertação da natureza e dos antigos senhores e a servidão aos novos senhores, como o mercado, a opinião pública, a publicidade, a razão fria ou a falsa clareza, própria do mundo administrado, da sociedade burocratizada, que tem medo da liberdade (Fromm, 1970), e a necessidade do espaço constante de reflexão e auto reflexão, em busca da razão libertadora, da superação dos novos mitos e da dominação.

A partir de então, começa a busca pelo desenvolvimento da educação, onde não somente trabalhadores qualificados são formados, mas também o homem que tem o poder do raciocínio, da crítica e superação dos próprios limites. Como Gaudêncio Frigotto (1995, p.26) em seu livro *Educação e a crise do capitalismo real*, afirma: “Os diferentes grupos sociais de trabalhadores devem dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital”.

Com o advento deste pressuposto liberal, novas posturas se colocam para o trabalho assim, partindo da compreensão de que o ensino das escolas profissionalizantes deveria atender as demandas produtivas e que estas são baseadas num ensino racional.

### **1.3 Educação e Trabalho no Brasil**

A história da educação brasileira se inicia<sup>8</sup> com a chegada dos primeiros Jesuítas no Brasil, em 1549, que tinha como objetivo principal a conversão dos índios ao cristianismo, além dos ensinamentos básicos da leitura, contagem e canto. Este sistema pode ser facilmente observado no trecho da primeira carta ao Brasil escrita pelo chefe da primeira missão Jesuítica à América, Nóbrega: “O irmão Vicente Rijo ensina a doutrina aos meninos cada dia, e também tem escola de ler e escrever. O colégio, contudo era o grande objetivo, porque com ele preparariam novos missionários” (LOPES, FARIA FILHO & VEIGA, 2000, p.43). Essas

---

<sup>8</sup> Nos registros oficiais embora saibamos da existência de povos indígenas no território brasileiro, quase não há referência ao modo de educação formal (a educação das crianças consiste na tradição oral dos mais velhos às gerações novas).

escolas traziam um padrão de educação próprio da Europa que contavam não somente com a moral, os costumes e a religiosidade européia, mas também, os métodos pedagógicos, o qual funcionou absoluto durante 210 anos (1549-1759). (FERREIRA, 1966; TEIXEIRA, 1976).

Como pode ser observado, o início da educação no Brasil foi marcado pelo interesse de converter, e dessa forma manter certo nível de controle sobre os índios. A princípio somente os ensinamentos bíblicos e a propagação da fé católica eram passados aos nativos, porém os Jesuítas, percebendo que os índios não poderiam ser catequizados por não dominarem a língua portuguesa, decidiram acrescentar a leitura e a escrita nos ensinamentos (TEIXEIRA, 1976; PRADO JR., 1999).

Para que os jesuítas convertessem os gentios (nativos), criaram escolas e instituíram colégios e seminários espalhando-se por todo o país e, segundo Saviani (2008a, p.26), “as idéias pedagógicas dos jesuítas no período colonial foram consideradas... na forma como se articularam as práticas educativas dos jesuítas na condição de um Brasil que se incorporava ao império português”.

Em 1564, os colégios jesuíticos passavam por privações. Desde então a Coroa portuguesa implantou o plano da redízima, o que transferia dez por cento dos impostos recolhidos da colônia brasileira à manutenção desses colégios. Nessa época, a Companhia de Jesus elaborou o *Ratio Studiorum*, um plano pedagógico dos jesuítas que possuía um conjunto de regras das atividades desenvolvidas pelos agentes ligados diretamente ao ensino. Esse plano nutria a idéia de supervisão educacional e foi implantado em todos os países que possuíam os Colégios da Ordem. (SAVIANI, 2008a).

Logo, o *Ratio Studiorum* favoreceu a inserção do Brasil no mundo ocidental considerando-se três aspectos que se entrelaçaram: a colonização, a catequese e a educação.

Para Saviani (2008a, p. 31), “há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua idéia-força”.

Nesse sentido, Romanelli (2007, p.35) comenta que “não se podem perder de vista, evidentemente, os objetivos práticos da ação jesuítica no Novo Mundo: o recrutamento de fiéis e servidores. Ambos foram atingidos pela ação educadora”. Os padres ministravam a educação elementar, para a população índia e branca em geral (com exceção das mulheres), a classe dominante recebia a educação média e na sua maioria ingressavam para a classe sacerdotal, os demais partiam para a Europa com o intuito de completar os estudos e formando assim, a classe elite no período colonial. (ROMANELLI, 2007; SAVIANI, 2008a).

As diversas fases da educação no Brasil, considerando o período Colonial até a República Velha apresenta-se no quadro 3.

Quadro 3 – Etapas distintas da educação no Brasil.

ETAPAS	PERÍODO	FATO HISTÓRICO
1ª. (1549-1570) ou (1549-1599)	Heróico	Chegada dos primeiros jesuítas, até a morte do padre Manoel da Nóbrega (1570). Saviani estende esta fase até o final do séc. XVI, com a morte de Anchieta (1597) e a promulgação do Ratio Studiorum (1599). Nesse período era utilizada a “pedagogia <sup>9</sup> brasílica” (1549-1599). (MATOS, 1958. <i>In</i> : SAVIANI, 2008a, p.31).
2ª. (1599-1759)	<i>Ratio Studiorum</i>	Marcada pela organização e consolidação da educação jesuítica centrada na “pedagogia do <i>Ratio Studiorum</i> ”. (SAVIANI, 2008a, p. 31).
1759-1808	Pombalino	Caracterizado pela utilização da educação como instrumento que serviria aos interesses da corte portuguesa. Essa época, que marca a expulsão dos jesuítas – apesar de já contarem com 17 colégios – transforma a educação brasileira e provoca uma ruptura no modelo educacional já consolidado no país. Utilizavam a “pedagogia pombalina”. Visa colocar Portugal “a altura do século XVIII”, caracterizado pelo Iluminismo. Inaugura o segundo período da história das ideias pedagógicas no Brasil. (SAVIANI, 2008a, p. 31).
1808-1822	Joanino	Escolas de diversas áreas (medicina e militar), bibliotecas e imprensa são criadas. Porém, apesar dessas intervenções que mudaram o cenário cultural no Brasil, o sistema educacional brasileiro não se consolidou e continuou a ter importância secundária. “Denominado joanino pela vinda de D. João VI”. (SAVIANI, 2008a, p. 31).
1822-1889	Imperial	Com a outorgação da primeira Constituição do Império do Brasil (1824), fortemente centralizadora, os parágrafos 32 e 33, do Art. 179, o tema educação recebe atenção do sistema político, decretando gratuidade no ensino primário para todos os cidadãos e determinando em 1826, quatro instituições: pedagogia, Liceus, ginásios e academias. (FAVERO, 2001; SAVIANI, 2008a).
1889–1929	República Velha	“O quadro político da República Velha só se alterará com a Primeira Guerra. O período que antecede a guerra representa a continuidade em relação ao Império”. Vanilda Paiva (2003, p. 89). Com a Constituição de 1891, veio à discussão o problema da instrução pública. No seu art. 35, cabia a União promover “poesia, história e filosofia” e ao Estado “letras, artes e Ciências”. A educação brasileira sofre muitas reformas, onde há acréscimo de matérias científicas às tradicionais, utilização do curso secundário como formador de cidadãos, pregação de liberdade de ensino, abolição do diploma e a introdução da cadeira Moral e Cívica. Até esse momento, a organização escolar brasileira não se via pressionada a atender de forma significativa sua clientela no sentido de prepará-la para atividades especificamente profissionais. Saviani (2008a, 2008b).

Fonte: Elaboração da pesquisadora (2011).

<sup>9</sup> Segundo Saviani (2008b) termo “pedagogia” não aparece em nenhum desses períodos, Este só irá manifestar-se após a independência.

É com o desenvolvimento do capitalismo e a inicialização do período da “República Velha” (1889-1929), onde a revolução de 30 fez com que a escola fosse valorizada como instrumento de preparação de trabalhadores para a atividade produtiva.

No final dos anos de 1910, os defensores da ordem social passaram a se preocupar com o problema educacional, especificamente no que se refere à educação rural ao ponto de unir os agraristas e industrialistas numa só luta, conforme anuncia Paiva (2003, p. 136):

[...] Entretanto, embora a causa da educação rural fosse defendida com ardor desde os anos 10 e se mantivesse durante os anos 20 (a ponto da III Conferência Nacional de Educação em 1929 tratar especificamente do assunto), é com a Revolução de 30 que ela ganha impulso definitivo, apoiada pelo governo. Tomado o poder, o aspecto educacional desta “questão” dará origem a duas frentes de luta: a educação rural, para conter a migração na sua fonte, e a educação técnico-profissional nas cidades, a fim de qualificar o trabalhador e evitar o “descontentamento social”.

Assim, torna-se necessário entender que o crescimento do ensino profissional é resultado de pressões advindas da ampliação da demanda e não de uma política educacional intencionalmente definida. Além disso, a Educação Profissional existente hoje consolidou-se a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, em meados do final do século XVIII e início do século XX, ocasião em que, conforme a Enciclopédia de Diderot e D’Alembert (2006), pela primeira vez descreveu-se o quadro de ocupações da época, bem como o que deveria ser estudado para o exercício das mesmas. (WITTACZIK, 2008).

A educação profissionalizante no Brasil inicializou-se através do Decreto nº. 7.566, em 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente da República do Brasil, Nilo Peçanha, que trouxe a implantação, inicialmente, de 19 (dezenove) “Escola de Aprendizes de Artífices” em cada uma das capitais dos Estados do Brasil, oferecendo o ensino primário e gratuito a filhos de operários que eram preparados para atuar no mercado de trabalho, no início do século XX. Essas escolas deram “origem à rede federal que culminou nas Escolas técnicas e, posteriormente nos CEFET” (MANFREDI, 2002, p.85).

Ainda no ano de 1909 foi reorganizado, também, o ensino agrícola no país - objetivando formar “chefes de cultura, administradores e capatazes” - que mais tarde formaria as Escolas Agrotécnicas Federais. A inspeção dessas Escolas ficava a cargo dos inspetores agrícolas, subordinadas ao Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, uma vez que não existia o Ministério da Educação – MEC (CEFET-PE/RELATÓRIO DE GESTÃO, 2005, p. 06).

Os Liceus Industriais (LI), criados no dia 13 de janeiro de 1937 com o advento da Lei nº 378, substituíram as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA), porém os objetivos destas não foram modificados. No dia 30 de janeiro de 1942, com a determinação constitucional relativa

ao ensino vocacional e pré-vocacional como dever do Estado<sup>10</sup>, a ser cumprido com a colaboração das empresas e dos sindicatos patronais, as Escolas Industriais e Técnicas substituíram os Liceus. Essa substituição ocorreu através da criação da Lei Orgânica do ensino Industrial (DECRETO-LEI Nº 4.073/42), que foi resultante do processo de industrialização e da ascensão da burguesia industrial e comercial, tendo como objetivo oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. (WERMELINGER, MACHADO & ARMÂNCIO FILHO, 2007).

As Leis Orgânicas da Educação Nacional também organizaram o Ensino Comercial (DECRETO-LEI Nº 6.141/43), em 1943; e o Ensino Agrícola (DECRETO-LEI Nº 9.613/46), em 1946. Como decorrente desse processo de divisão de ensino, o governo cria entidades especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, bem como a transformação das antigas escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas industriais federais. Jucá (2007).

Dessa forma, a rede federal de educação profissional foi adquirindo sua configuração, ao longo da história da educação nacional. Porém, é importante ressaltar que apesar de toda essa reorganização educacional e todas essas providências que consolidaram as escolas profissionalizantes no Brasil, as instituições de ensino profissional ainda eram consideradas, por preconceito da sociedade, como entidades que ofereciam educação de segunda categoria. Aranha (2002).

A década de 60 foi marcada por mudanças de cunho mais estrutural para as Escolas Industriais e Técnicas, como autonomia administrativa, financeira e pedagógico-didática. Elas foram transformadas em autarquias, subordinadas ao MEC e dirigidas pelos Conselhos de Representantes. Em 1965, as Escolas Técnicas passaram a denominar-se Escolas Técnicas Federais, acrescido dos nomes de seus respectivos estados, e após seis anos, com a Lei nº 5.692/71, ficou instituída a profissionalização do ensino médio (antigo segundo grau), o que proporcionou a integração do ensino propedêutico com o técnico, transformando as Escolas Técnicas Federais num modelo de excelência da educação profissional brasileira na sua época.

---

<sup>10</sup> Durante o Estado Novo (1937-1945) a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino, que estruturou o ensino industrial, reformou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, como também trouxe mudanças no ensino secundário. Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação durante o governo Getúlio Vargas, entre 1934 e 1945.

Essa visão de uma escola de modelo de excelência é vista, também, pelas autoras Santos e Neves (2005, p. 6):

Alterando profundamente o modelo existente de ensino secundário e técnico, a Lei nº. 5.692/71<sup>11</sup> buscou a integração, numa escola única, das intenções de oferecer, ao mesmo tempo, educação geral e formação especial, visando à auto-realização do educando, o seu melhor desempenho como indivíduo e como membro da sociedade e à sua preparação para o mercado de trabalho.

Assim, a lei nº 5.692/71 reconheceu nas Escolas Técnicas as condições mais favoráveis para transformá-las em Centro de aplicações da escola de 2º grau, de caráter predominantemente profissionalizante. Em 1975 o MEC “suavizou” a obrigatoriedade profissionalizante no ensino do 2º grau com a introdução das habilitações básicas<sup>12</sup>, que previam uma formação profissional genérica a ser completada nas empresas, acontecendo alguns anos depois a “revogação” da profissionalização compulsória no ensino de 2º grau<sup>13</sup>. Albuquerque Neto (1995). Cabe ressaltar que a Lei nº 7.044/82 rompe com a obrigatoriedade do ensino de 1º e 2º grau profissionalizante, alterando artigos da Lei nº 5.692/71.

A qualidade do ensino elevou a competitividade para o ingresso nas mesmas a ponto de serem consideradas escolas de elite em razão do percentual de alunos de classe média e alta matriculados. (CORDEIRO, 2004).

Pode-se dizer, que não obstante, as escolas técnicas modificaram seus currículos e deixaram de ministrar disciplinas de caráter humanístico, mantendo em suas propostas educacionais a aplicação dos conceitos fundamentais das ciências exatas, em especial, os cursos voltados à área industrial. Com isso, nas décadas de 70 e 80, essas instituições, ao lado das escolas do Sistema S, passaram a receber maiores recursos humanos e equipamentos, obtendo reconhecimento do sistema produtivo da sociedade. (SANTOS; NEVES, 2005).

O momento político e principalmente econômico que o país atravessava imprimiu uma nova perspectiva para a formação da educação. Durante o momento político conhecido como “milagre econômico”, sob o governo de Juscelino Kubitschek, (1955-1960) o governo notou que era necessário ampliar o ensino profissionalizante, e oferecer ensino básico, médio, tecnológico (superior) e pós-graduação (CORDEIRO, 2004). Por isso, em 1978 o governo deu início à política de transformar algumas escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), (OLIVEIRA, M., 2003). A Lei, nº 6.545/78, transformou

---

<sup>11</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN

<sup>12</sup> Parecer CFE nº 76/75.

<sup>13</sup> Lei Federal nº 7.044/82.

em Centros Federais de Educação Tecnológica, três Escolas Técnicas Federais nas cidades de Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná e no Art. 2º cita como objetivos dos CEFET:

- I - ministrar em grau superior (Redação dada pela Lei nº 8.711, de 1993):
  - a) de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; (Redação dada pela Lei nº 8.711, de 1993)
  - b) de licenciatura com vistas à formação de professores especializados para as disciplinas específicas do ensino técnico e tecnológico; (Redação dada pela Lei nº 8.711, de 1993)
- II - ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio; (Redação dada pela Lei nº 8.711, de 1993)
- III - ministrar cursos de educação continuada visando à atualização e ao aperfeiçoamento de profissionais na área tecnológica; (Redação dada pela Lei nº 8.711, de 1993)
- IV - realizar pesquisas aplicadas na área tecnológica, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços. (Redação dada pela Lei nº 8.711, de 1993).

No entanto, a regulamentação desses três CEFET (Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais) só seria oficializada no ano de 1982, depois de uma vasta revisão de cursos superiores que seriam incluídos na matriz curricular dos Centros e, no decorrer dos anos, seriam extintos por falta de mercado de trabalho (LIMA FILHO, 1999).

Foi somente em 1994 – através da Lei nº 8.948 – que todas as antigas Escolas Técnicas Federais, receberam o direito de tornarem-se Centros Federais de Educação Tecnológicas - CEFET, abrangendo, a partir dessa data, também o ensino superior. Os CEFET passam a autarquia federal, integrando a Rede Federal de Educação Profissional, vinculada ao Ministério da Educação – MEC, supervisionada pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica – SEMTEC, sendo detentor de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica, científica e disciplinar, compatíveis com sua personalidade jurídica e de acordo com seus atos constitutivos<sup>14</sup> (CEFET-PE/RELATÓRIO DE GESTÃO, 2005, p.5).

Apesar do reconhecimento da importância da educação profissional técnica e tecnológica no Brasil, foi somente com o a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que a educação profissional ganhou espaço na legislação brasileira (CUNHA, 2005). Essa Lei, cuja proposta era superar as rupturas na sequência da aprendizagem, transformou o ensino médio em uma das etapas da educação básica, tornando-o obrigatório independentemente da qualificação profissional.

Nesse contexto Ramal (1999, p.14) tece o seguinte comentário:

---

<sup>14</sup>Estatuto do CEFET-PE, 2007, p. 05, aprovado pela Portaria nº 53, de 15 de janeiro de 2007.

o educando poderá ser preparado para o exercício de profissões técnicas *desde que se atenda a formação geral*. [...] A desvinculação parece ter como objetivo revalorizar o ensino médio e ampliar a cultura geral do aluno, em oposição à ênfase na preparação profissional dada pela Lei 5692/71. Aquela política nem conseguiu formar técnicos qualificados para o mundo do trabalho, nem ajudou a desenvolver na juventude muitas aptidões relacionadas à formação humana e cultural. Entre as conseqüências, registramos uma grande proliferação de cursos pré-vestibulares, além da chegada à universidade de alunos despreparados para o ensino superior.

Diante do contexto histórico do ensino profissionalizante, pode-se perceber que esse modelo de separação entre o ensino técnico e o básico (ensino médio), foi alvo de críticas, principalmente com o advento do Decreto nº 2.208 de 1997, que reforçou essa idéia, sendo considerado por alguns como um retrocesso ao desmontar um modelo de sucesso que levou três décadas para ser construído. Cordeiro (2004).

Cunha (2005, p. 244) explica que essa separação foi justificada por dois argumentos que se sobressaíram na época:

[...] as escolas técnicas, especialmente as da rede federal, operam a custos muito elevados, injustificados para os efeitos correspondentes; e seus efeitos são mais propedêuticos do que propriamente profissionais, o que não se justifica numa situação de escassez de recursos para a educação, em especial para o ensino médio.

Para um melhor entendimento, faz-se necessário uma breve explanação sobre o Projeto de Lei nº 1.603/96, que praticamente serviu de base para o Decreto nº 2.208/97. Esse Projeto de Lei – PL, baseado nas orientações do Banco Mundial, tinha como fundamentos principais:

1. Separar, do ponto de vista conceitual e operacional, a parte profissional da parte acadêmica;
2. Dar maior flexibilidade aos currículos das escolas técnicas de forma a facilitar a adaptação do ensino às mudanças no mercado de trabalho;
3. Promover, à aproximação dos núcleos profissionalizantes das escolas técnicas com o mundo empresarial, aumentando o fluxo de serviços entre empresas e escolas;
4. Progressivamente, encontrar formas jurídicas apropriadas para funcionamento autônomo e responsável das Escolas Técnicas e CEFETs, e, ao mesmo tempo estimular parcerias para financiamento e gestão;
5. Estabelecer mecanismos específicos de avaliação das escolas técnicas para promover a diversificação dos cursos e a integração com o mercado de trabalho.

Para Cordeiro (2004), esses fundamentos foram bastante criticados por todos os setores envolvidos e, o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) utilizou uma manobra política e um caráter autoritário ao aprovar o Decreto nº 2.208/97, “desrespeitando a comunidade educacional que já pressionava o Legislativo por um projeto substitutivo àquele apresentado pelo PL nº 1.603/96<sup>15</sup>. Para confirmar esses fatos, Lima Filho (1999, p. 125) informa que,

---

<sup>15</sup> Para fins de aprofundamento sobre o processo histórico que culminou na promulgação da nova LDBEN em 1996, consultar Saviani (1997). Mais especificamente sobre a legislação que concerne à educação profissional ver Guimarães (1998).



Publicado em 17.04.97, o *Decreto Nº 2.208/97* é o principal instrumento jurídico-normativo da reforma da educação profissional. Este é sucedâneo do Projeto de Lei 1.603/96 que tramitou na Câmara Federal a partir de março/96, sofrendo forte oposição da comunidade educacional e da sociedade, que pressionavam o Legislativo pela rejeição ou apresentação de um substitutivo com concepção totalmente diversa daquela defendida pelo Executivo. Em fevereiro/97 o governo, estrategicamente, retira o Projeto de Lei de discussão, e a pretexto de regulamentação da LDB aprovada – na verdade extrapola a isto – baixa o Decreto 2.208, complementado pela Portaria MEC 646 e pela Medida Provisória 1.548-28. Juntos – decreto, portaria e MP – retomam integralmente os termos do PL 1.603/96 e passam a nortear as ações de implementação da reforma da educação profissional.

Nesse cenário, Manfredi (2002, p. 294) esclarece que a reforma da Educação Profissional na década de 90 legitimou “um processo não consensual” – ainda em discussão na sociedade civil – através das mudanças trazidas pelo MEC, por meio do Decreto nº 2.208/97, Medida Provisória nº 1.549/97 e Portaria 646/97, o que instigou, por um lado, “o dissenso quanto a sua implementação, e, por outro, a desestruturação das redes de ensino preexistentes”. (MANFREDI, 2002, p.294). Essa desconstrução de padrões trouxe implicações na comunidade envolvida ao defender um ensino para a mente (o pensar) e outro para as mãos (o fazer). Por um lado, os sindicatos, a classe acadêmica e os pesquisadores queriam revogar o novo Decreto 2.208/97, por outro, os gestores dos CEFET e do Sistema S<sup>16</sup> avaliavam positivamente o resultado dessas mudanças, considerando prematura essa revogação. (TAVARES, 2009).

Diante desse panorama, abre-se um leque de tendências que interferem nas políticas educacionais existentes no histórico da EPT, as quais passam a ter o apoio das agências multilaterais de fomento ao desenvolvimento. Assim, em 1999, o governo firma convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a criação do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Ressalte-se que para atender às exigências do financiamento, dentro de uma lógica neoliberal, o governo brasileiro passou a “transferir grande parte do patrimônio público nacional às iniciativas privadas a baixos custos” (MEC/SETEC - DOCUMENTO BASE, 2007). O mesmo documento analisa, ainda, duas lógicas coerentes entre a Rede de Ensino Profissional (REP) e o PROEP. A primeira é a lógica da relação entre e o PROEP x Escolas Estaduais, e o PROEP x Rede Federal de Educação Profissional – (RFEP), cuja função era estruturar toda a RFEP desde o “ponto de vista de suas ofertas educacionais, da gestão e das relações empresariais comunitárias na perspectiva de torná-la competitiva no mundo educacional”. A segunda coerência era o fortalecimento mútuo entre a LDBEN nº 9.394/96, o Dec. nº 2.208/97 e a Portaria nº 646/97,

---

<sup>16</sup> O Sistema S é composto pelo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

que regulamentava a Educação Profissional (EP) com sistemas paralelos. (MEC/SETEC - DOCUMENTO BASE, 2007).

Assim, o Decreto Federal nº. 2.208/97, ao regulamentar o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDBEN, entre outros aspectos, estabelece, que a Educação Profissional compreenderá três níveis de ensino paralelo à educação regular: Básico, Técnico e Tecnológico.

Reforçando as informações acima, resume-se no Documento Base (2007, p. 19), do Ministério da Educação, que dentre as mudanças educacionais proporcionadas pelo Decreto nº 2.208/97, e pelo PROEP, o ensino da EPT ficou da seguinte forma

o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a Sequencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica.

Os objetivos da educação profissional fixados no Decreto 2.208/97 são destacados, segundo Parecer da Câmara de Educação Superior (CES) do Conselho Nacional de Educação (CNE) Parecer CNE/CES nº 436/2001, conforme apresenta:

- promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício das atividades produtivas;
- proporcionar a formação de profissionais aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;
- especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus conhecimentos tecnológicos;
- qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Em 1999, a Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE, Resolução CNE/CEB nº 04, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a educação do nível técnico. Com a instituição do Parecer CNE/CES nº 436, de 02 de abril de 2001, o ensino superior passa a gozar das mesmas orientações da referida resolução – com os cursos tecnológicos pertencendo a educação superior – e passa a adotar as mesmas 20 áreas<sup>17</sup>, já usufruídas pelo ensino técnico, conforme quadro 4, abaixo:

---

<sup>17</sup> Consultar quadros anexos à Resolução CNE/CEB n. 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

Quadro 4 – Áreas Profissionais e cargas horárias mínimas dos cursos Tecnólogos.

ÁREA PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA MÍNIMA	ÁREA PROFISSIONAL	CARGA HORÁRIA MÍNIMA
Agropecuária	2.400	Artes	1.600
Comércio	1.600	Comunicação	1.600
Construção Civil	2.400	Design	1.600
Geomática	2.000	Gestão	1.600
Imagem pessoal	1.600	Indústria	2.400
Informática	2.000	Lazer e desenvolvimento social	1.600
Meio Ambiente	1.600	Mineração	2.400
Química	2.400	Recursos Pesqueiros	2.000
Saúde	2.400	Telecomunicações	2.400
Transportes	1.600	Turismo e hospitalidade	1.600

Fonte: MEC/Parecer CNE/CES 436/2001.

As áreas e competências foram extraídas da Resolução CNE/CEB 04/99. São relativas aos cursos técnicos e serviram de parâmetros para discussão referente aos cursos superiores tecnológicos.

Vale ressaltar que todas as modalidades de cursos superiores previstos no Art. 44 da Lei nº 9.394/96 (LDBEN) podem ter características profissionalizantes.

Com o Decreto nº 5.154/2004, o Decreto nº 2.208/1997 foi revogado e surgiu a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, e no ano de 2005, o presidente Lula anuncia em seu governo o Plano de Expansão da Rede Federal de EPT. No decurso de dois anos, é lançado no Ministério da Educação, o Plano de Desenvolvimento de Educação – PDE. (PACHECO, PEREIRA E DOMINGOS SOBRINHO, 2010, p.3).

O PDE é voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar democrática e inclusiva, respeitando os seis pilares: visão sistêmica da educação, territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social. (MEC/SETEC, 2008, p. 5). E ainda tem como razão:

necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais, na educação, exige pensá-la no plano do País. O PDE pretende responder a esse desafio através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. Não é possível perseguir a equidade sem promover esse enlace.

Para oportunizar um melhor esclarecimento, convém mencionar as discussões que antecederam o processo de “ifetização”, a partir de um manifesto do CONCEFET que propôs a criação dos Institutos Federais, o que se consolidou por meio do Decreto nº 6.095/2007, que estabelecia diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica e, posteriormente, culminou com a Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. (BRASIL, 2008).

Nesse sentido, Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010, p. 3), esclarecem que:

Em 2005, o presidente Lula anunciou o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o qual incluía a construção de 65 unidades de ensino. Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC, em 2007, a expansão passou a fazer parte das ações dele, e o governo anunciou então a construção, até 2009, de mais 150 unidades de ensino, contemplando todos os Estados e o Distrito Federal. Divulgou-se, naquele momento, que seriam investidos R\$ 750 milhões para obras e R\$ 500 milhões, por ano, para custeio e salários de professores e funcionários a serem contratados por meio de concurso público. [...] Se, de 1909 a 2002, o número de escolas destinadas a essa modalidade da educação não ultrapassou 140 unidades, até 2010 a meta é chegar a 354 unidades.

Quanto a essa expansão, saliente-se que com base nos dados ofertados pelo Ministério da Educação foi possível sistematizar e disponibilizar, o quantitativo de instituições de ensino federal, por Estados e o Distrito Federal, na modalidade da educação profissional tecnológica, conforme pode ser observado no quadro 5.

Quadro 5 – Expansão da Rede Federal de EPT, no Brasil.(2009).

Regiões + Unidade Federativa	Instituto Federal	Universidade tecnológica	Centros Federais	Escola Técnica Vinculada à Universidade	Instituição de Ensino Federal
<b>Região Norte</b>	<b>40</b>	-	-	<b>3</b>	<b>43</b>
Roraima(RR)	3			1	4
Amazonas(AM)	10				10
Acre(AC)	3				3
Rodônia(RO)	5				5
Amapá(AP)	2				2
Pará(PA)	11			2	13
Tocantis(TO)	6				6
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>35</b>	-	-	-	<b>35</b>
Mato Grosso(MT)	10				10
Mato Grosso do Sul (MS)	7				7
<b>Distrito Federal(DF)</b>	<b>5</b>				<b>5</b>
Goiás(GO) <sup>18</sup>	13				13
<b>Região Nordeste</b>	<b>114</b>	-	-	<b>12</b>	<b>126</b>
Maranhão(MA)	18			1	19
Piauí(PI)	11			3	14
Ceará(CE)	12				12
Rio Grande do Norte(RN)	11			3	14
Paraíba(PB)	9			3	12
<b>Pernambuco(PE)<sup>19</sup></b>	<b>14</b>			<b>1</b>	<b>15</b>
Alagoas (AL)	8			1	9
Sergipe(SE)	6				6
Bahia(BA) <sup>20</sup>	25				25
<b>Região Sudeste</b>	<b>76</b>	-	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>98</b>
Minas Gerais(MG) <sup>21</sup>	24		9	5	38
São Paulo(SP)	24				24
Espírito Santo(ES)	14				14
Rio de Janeiro(RJ) <sup>22</sup>	14		7	1	22
<b>Região Sul</b>	<b>49</b>	<b>11</b>	-	<b>4</b>	<b>64</b>
Paraná(PR)	7	11			18
Santa Catarina(SC) <sup>23</sup>	19				19
Rio Grande do Sul (RS) <sup>24</sup>	23			4	27
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>IF</b>	<b>UT</b>	<b>CEFET</b>	<b>ETVU</b>	<b>IEF</b>
	314	11	16	25	366

Fonte: Ministério da Educação (2009). <http://redefederal.mec.gov.br/index.php> . Acesso em: 06/09/2011.

Outro destaque inovador dessa expansão do governo Luiz Inácio Lula da Silva foi a “priorização dos critérios técnicos em detrimento aos critérios políticos”, (PACHECO, PEREIRA E DOMINGOS SOBRINHO 2010, p. 3-4), durante a execução do Plano de Expansão, no que se refere a dados estatísticos e análises, quanto à elevação da oferta de

<sup>18</sup> 8 do IFGO e 5 do IF Goiano + 5 IF do Distrito Federal - Localizado em Goiás.

<sup>19</sup> 9 + 5 IF do Sertão Pernambucano.

<sup>20</sup> 16 + 9 do IF Baiano.

<sup>21</sup> 6 do IF Minas + 7 do IF do N/MG + 4 IF do SE/MG + 3 IF do S/MG + 4 IF do Triângulo Mineiro.

<sup>22</sup> 8 IF do IFRJ + 6 IF do Fluminense.

<sup>23</sup> 13 do IFSC + 6 do IF Catarinense.

<sup>24</sup> 9 do IFRS + 7 do IF Rio Grandense + 7 do IF de Faropilhas.

matrículas, criação de instituições em Estados e Municípios antes não beneficiados, interiorização da rede, entre outros.

A partir de 2009, a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) vive um processo de expansão nunca visto antes no Brasil.

Segundo o MEC, até 2002, o país construiu 140 Escolas Técnicas, chegando em 2010 a 214 escolas entregues a sociedade e, ainda, muitas outras escolas foram federalizadas. “O MEC está investindo R\$ 1,1 bilhão na expansão da educação profissional. Atualmente (2010), são 354 unidades e quase 400 mil vagas em todo o país. Até o primeiro semestre de 2011 serão entregues 81 novas unidades”. (MEC/SETEC, 2010). Considerando-se as escolas que foram federalizadas.

Ao romper com a proposta do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>25</sup> para a EPT – que previa articulação entre o Ministério da Educação e do Trabalho e Emprego para possibilitar a oferta de cursos profissionais financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e também a realização de parcerias entre instituições públicas e privadas para a oferta de educação profissional podendo abranger empresas ou o Sistema S, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva o fez reconhecendo a relevância dessa modalidade para um desenvolvimento nacional, inclusivo e sustentável.

A esse respeito Pacheco (2008, p.4) procedeu a uma reflexão, pois considera que “a educação precisa estar vinculada aos objetivos estratégicos de um projeto que busque não apenas a inclusão na sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social”.

Pelas características demonstradas acima, os Institutos Federais podem ser definidos basicamente como entes formados “mediante a integração de duas ou mais instituições federais de educação técnica e tecnológica de um mesmo estado, tendo sua autonomia equiparada às universidades federais” (CEFETCE, 2008), o que será analisado, no próximo capítulo.

---

<sup>25</sup> Sobre o projeto do governo FHC ver OLIVEIRA (2003).

## **2 A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS NO BRASIL E O INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Os protagonistas na tarefa de educar são trabalhadores em educação sem vínculos orgânicos com a capital. Portanto, além do incontestável papel desempenhado pela educação no que diz respeito à inclusão social, nossas tarefas se relacionam também com a disputa ideológica, na disponibilização de informações e elementos de análise que permitam ao educando interpretar essa sociedade e ter condições de exercer sua cidadania na perspectiva de um projeto fundado na justiça e na igualdade. (PACHECO, 2008).

### **2.1 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil.**

A Educação Profissional no Brasil está fundamentada em uma trajetória de construção de 100 anos. Seu marco regulatório remonta a 1909, através do Decreto nº 7.566, do Presidente Nilo Peçanha, como desafio de ordem econômica e política, cuja visão inicial preservava a valorização negativa do trabalho manual, herdada do passado de escravidão.

Hoje, a Educação Profissional Brasileira configura-se como uma importante estrutura para que os indivíduos tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas, perseguindo um padrão de qualidade que a torna singular no contexto da educação profissional brasileira. (MEC/PDE, 2010).

Como referido no capítulo anterior, um dos pilares dessa estrutura está representado pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos 38 Institutos Federais. Atualmente dezenas de Instituições Federais de Ensino Médio e Tecnológico, em todo o Brasil, através da Lei nº 11.892, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 29 de dezembro de 2008, ganham uma nova denominação: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essa mudança de denominação introduz outras mudanças, em diversos níveis dentro das Instituições.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), até dezembro de 2008, a rede federal de educação profissional era formada por 36 Escolas Agrotécnicas, 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal (UTF) e 1 Escola Técnica Federal (ETF).

Conforme o art. 1º da Lei nº 11.892/2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está instituída no sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação – MEC e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Todas essas instituições possuem natureza jurídica de autarquia e são detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, de acordo com o parágrafo único do artigo supracitado. A transformação dos CEFET em IFET surge no contexto da economia globalizada e da nova sociedade de conhecimento.

Entende-se que a globalização é uma reinterpretação no mundo contemporâneo, visto que as velhas tradições e contradições não mais existem nos dias atuais. “O esquema analítico parte da premissa de que a globalização não é apenas um fenômeno econômico, mas é, sobretudo, uma manifestação cultural” (NEVES; MARTINS. 2010, p. 119).

Nesse sentido, a prática da educação evolui gradativamente em paralelo com a busca de convivência civilizada cujo alicerce se baseia em uma solidariedade social cada vez mais sofisticada. E não foi diferente com a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que inicia a construção de uma Instituição cuja proposta é inovadora por trazer novos conceitos ao padrão já utilizado, os quais favorecem sobremaneira todos os envolvidos no projeto de modernização educacional, com a utilização de incentivos à qualificação profissional e a ampliação de oportunidades no que tange à oferta de cursos.

Um aspecto importante destacado por Giddens (1996) é que a globalização seria a expressão da crise das tradições, ou ainda, a “transformação do tempo e do espaço em nossas vidas” (GIDDENS, 2001.a, p.41). Para tanto, as novas exigências oriundas das reorganizações da produção e da globalização da economia, fizeram com que os Institutos Federais abandonassem sua identidade assumindo uma nova identidade com uma nova consciência de classe.

Dessa forma, Neves; Martins (...[et. al.] 2010, p. 120, grifo do autor) conceitua que:

A globalização, em suma, é uma complexa variedade de processos movidos por uma mistura de influências políticas e econômicas. Ela está mudando a vida do dia-a-dia, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que está criando novos sistemas de forças transnacionais. Ela é mais do que um mero pano de fundo para políticas contemporâneas, tomada como um todo a globalização está transformando as instituições das sociedades em que vivemos. É com certeza diretamente relevante para a ascensão do “novo individualismo”



Falar sobre as questões das novas relações e necessidades do trabalho e de educação na sociedade globalizada implica em dizer que a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC está diretamente ligada à realidade digital e às novas habilidades impostas no dia-a-dia pelo mundo do trabalho. Nessa estratégia de desenvolvimento capitalista, Kratochvil (*In: NASCIMENTO; HETKOWSKI, 2009, p.210*) afirma que:

Não há dúvidas de que o mundo do trabalho está sofrendo transformações e podemos afirmar que o contexto social estimula muitas das mudanças das TICs e do letramento que estamos vivenciando. A palavra de ordem nos espaços de trabalho é informação: acesso e habilidade para utilizá-la de forma efetiva na resolução de problemas em uma economia globalizada. Por essas razões, várias mudanças têm ocorrido no sistema organizacional dos espaços de trabalho e das relações de produção. Abandonamos os modelos verticais em prol dos horizontais, privilegiando o trabalho em grupo.

Em sintonia com os novos rumos das mudanças educacionais no Brasil, privilegiando o trabalho em grupo, verifica-se a importância da análise e compreensão da Lei nº. 11.892/2008, que dá início ao processo de “Ifetização” e tem suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem semelhança em nenhum outro país. (PACHECO, 2008).

Os Institutos Federais foram criados pela integração/transformação de antigas instituições profissionais (Escolas Agrotécnicas, Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica) e, até a sanção da lei acima citada, o país contava com “38 Institutos, com 314 *Campi* espalhados por todo o Brasil, além de outras unidades avançadas atuando em cursos técnicos (50% das vagas), em sua maioria na forma integrada com o Ensino Médio e Licenciaturas (20% das vagas)”. (PACHECO, 2008).

A partir da criação dos Institutos Federais, as então Escolas Agrotécnicas, transformadas em Institutos Federais passam a ofertar cursos nos níveis de Graduações Tecnológicas, Especializações, Mestrados e Doutorados Profissionais. Além disso, outros diferenciais podem ser elencados entre os CEFET e os IFET, conforme demonstrativo no quadro 6, abaixo:

Quadro 6 – Estrutura comparativa do CEFET/IFET<sup>26</sup>

CEFET	IFET
Orçamento Centralizado	Orçamento Descentralizado/Autonomia Financeira
Centralização Administrativa	Autonomia Administrativa
Diretor Geral, Gerentes e Conselho Diretor	Reitor, Colégio de Dirigentes, Pró-Reitorias e Conselho Superior
Unidade de Ensino Descentralizada	<i>Campus</i>

Fonte: Elaboração da pesquisadora (2011).

<sup>26</sup> Documentos comparados: Regimento do CEFETPE e a Lei nº. 11.892/2008.

Nessa perspectiva, a Lei 11.892/2008 traz a seguinte definição para os Institutos Federais:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Assim, os Institutos Federais podem ser definidos basicamente como recém formados “mediante a integração de duas ou mais instituições federais de educação tecnológica de um mesmo estado, tendo sua autonomia equiparada às universidades federais<sup>27</sup>”.

Para Pacheco (2008, p. 3), a implantação da “Ifetização” está associada a políticas em curso para a EPT:

Para trilhar o caminho que leva a essas instituições, passamos necessariamente pela expansão da rede federal; pelas medidas que, em cooperação com estados e municípios, visam à ampliação da oferta de cursos técnicos, sobretudo na forma de ensino médio integrado, inclusive utilizando a forma de educação a distância (EaD); pela política de apoio à elevação da titulação dos profissionais das instituições da rede federal, com a formação de mais mestres e doutores, e pela defesa de que os processos de formação para o trabalho estejam visceralmente ligados à elevação de escolaridade, item em que se inclui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

Assim, essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica à educação superior, permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino.

Vários educadores e analistas estão discursando sobre o atual rompimento entre o diploma e o emprego, ou seja, que a formação técnica (ensino médio profissionalizante) ou tecnológica (ensino superior) não significa, necessariamente, a garantia de um emprego na profissão desejada e para o qual o indivíduo se preparou.

Como esse contexto é uma realidade nos países em que predomina o capital neoliberal, onde a competitividade e a qualificação da mão de obra são constantes, perguntam-se os especialistas sobre o verdadeiro papel da escola, ou seja, qual o seu significado na sociedade e quais são suas finalidades. Nesse cenário, o professor se coloca como alguém de importância fundamental num processo de transição onde novos horizontes se abrem e antigos conceitos dão lugar a novos padrões e atitudes. Sobre o assunto, Cordeiro (2004, p.177) afirma:

Qualquer reforma que envolve o processo educativo tem no professor seu ator principal, pois é na sala de aula que a química das transformações se dá; do contrário, tudo não passa de ma mudança de cenário onde os atores permanecem repetindo o mesmo *script*. Muda-se o cenário, não o *script*, a alma da instituição permanece a mesma. Os atores interpretam os mesmos textos com a mesma técnica. A maquiagem da realidade renomina e metamorfoseia conceitos de uma prática que não muda”.

---

<sup>27</sup>Disponível em [www.cefetce.br](http://www.cefetce.br). Acesso em 18.02.2009.

Ponderando sobre esses aspectos, faz-se necessária uma análise do impacto dessas mudanças no âmbito da classe docente, por meio de uma visão global das vantagens e desvantagens desse novo perfil para os profissionais do ensino, uma vez que “novos tempos requerem nova qualidade educativa, implicando mudanças no currículo, na gestão educacional, na avaliação dos sistemas e na profissionalização dos professores”. (LIBÃNEO, 2002, p.60). Todas as mudanças estabelecidas nos parâmetros educacionais certamente cobram dos professores e das próprias instituições atingidas uma postura determinada em relação aos consequentes efeitos das transformações ocorridas. E é nesse sentido que o professor e a instituição de ensino onde atua devem caminhar juntos em direção ao mesmo objetivo de se adequar aos novos paradigmas.

Em consonância com as reflexões mencionadas, Barreiro & Gebran, (2006, p. 28) afirmam que:

[...] a prática docente é constituída por um conjunto de saberes que vão além dos conhecimentos específicos, tanto no que se refere às práticas dos professores quanto às metas dos cursos que se formam. Assim, a teoria coloca-se como elemento importante na formação docente ao propiciar variados pontos de vista para uma ação contextualizada, mecanismos de análises para que os professores compreendam os contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais, e a si próprios, como profissionais.

Nas últimas décadas, os discursos referentes à questão da profissionalização docente vêm sendo abordados nas esferas educacionais com um viés de preocupação sobre as condições de especificidades e/ou limitações que ocorrem para os docentes. É desafiador refletir e debater sobre essa temática, mesmo porque muitos são os artigos publicados sobre ela em busca de caminhos que favoreçam e esclareçam uma formação de qualidade aos profissionais da educação.

Para tratar desse desafio, Pereira<sup>28</sup> (2008, p. 01) afirma que:

Se uma retrospectiva se faz das iniciativas no sentido de formar o professor para o conteúdo específico da educação profissional e tecnológica ou mesmo para esta modalidade de formação, elas vêm assinadas pela alcunha de emergenciais, fragmentárias, pouco intensivas e com um caráter bastante conservador, colocando-se distante das necessidades atuais ou até mesmo apenas em atendimentos a exigências que, muitas vezes, escapam do domínio dos interesses da sociedade como um todo.

Significa dizer que trabalhar na superação da representação existente, em que o mundo do pragmatismo triunfante é o do salve-se quem puder, do vale tudo, justificados pela busca apressada de resultados individuais, por meio de caminhos mais estreitos, é insuficiente para se compreender os elementos que condicionam a prática profissional.

---

<sup>28</sup> Luiz Augusto Caldas Pereira - Diretor de Políticas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC.

É nesse quadro de reformas educacionais, associadas à formação e à profissionalização de professores e às novas exigências oriundas das reorganizações da produção e da globalização da economia, que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia surgem com perspectivas interessantes, como demonstra resumo do PDE<sup>29</sup> (SETEC/MEC, 2008, p. 32), abaixo:

A missão institucional dos IFETs deve, no que respeita a relação entre educação e trabalho, orientar-se pelos seguintes objetivos: ofertar educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo, em todos os seus níveis e modalidades, sobretudo de nível médio; orientar a oferta de cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão. Quanto à relação entre educação e ciência, o IFET deve constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, voltado à investigação empírica; qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas escolas públicas; oferecer programas especiais de formação pedagógica inicial e continuada, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de física, química, biologia e matemática, de acordo com as demandas do âmbito local e regional, e oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica.

Verifica-se que, entre os objetivos estabelecidos pelo PDE e sua relação com a função dos Institutos Federais, está a qualificação da Instituição e, conseqüentemente, de seu corpo de atuação, com abrangência para docentes e técnico-administrativos, uma vez que todos que fazem parte da instituição são co-participantes desse processo de evolução dos padrões institucionais para um melhor atendimento à demanda da sociedade.

Nesse sentido, os projetos implementados por meio de programas de formação tem tido importância para o alcance de resultados satisfatórios. Como exemplos dessas iniciativas podem ser citados o Minter – Mestrados Interinstitucionais, Dinter – Doutorados interinstitucionais, PROEJA – Programa de EPT de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos. Além disso, vale citar outras ações importantes no âmbito da EPT, conforme Saviani (2007, p. 1.237) expressa a seguir:

- a) a ação “educação profissional” se propõe a reorganizar a rede federal de escolas técnicas, integrando-as nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), triplicar o número de vagas pela via da educação a distância nas escolas públicas estaduais e municipais e articular o ensino profissional com o ensino médio regular;
- b) a ação “novos concursos públicos” foi autorizada pelo Ministério do Planejamento, prevendo, além de um concurso para admitir 191 especialistas no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, um outro concurso destinado a preencher 2.100 vagas nas instituições federais de educação profissional e tecnológica;

---

<sup>29</sup> Plano de Desenvolvimento da Educação, SETEC/MEC, 2008.

c) a ação “cidades-pólo” prevê a abertura de 150 escolas federais, elevando para 350 o número de unidades da rede federal de educação tecnológica, com 200 mil novas matrículas até 2010.

Além dessas ações, convém mencionar iniciativas referentes a financiamento de curso, afastamento total ou parcial para formação continuada e concessão de horário especial para os servidores, como forma de apoio aos seus estudos, dentre outros projetos que foram efetuados no sentido de cumprir os objetivos do PDE, trazendo resultados significativos em relação à qualificação dos servidores.

Abre-se, portanto, um leque de oportunidades para o corpo docente, uma vez que o nível dos Institutos Federais equiparados ao das Universidades traz um *status* que, aliado às ações de formação proporcionadas pelo governo, traz um maior dinamismo às funções do profissional de educação enquanto formador de opinião, que precisa se adequar aos tempos modernos. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008).

Conforme a legislação básica do MEC/SETEC (2005, p. 112), a afirmação abaixo demonstra como é importante nesse processo a qualificação profissional dos setores envolvidos, como segue:

Num mundo caracterizado por mudanças cada vez mais rápidas, um dos grandes desafios é o da permanente atualização dos currículos da educação profissional. Para isso as competências profissionais gerais são atualizadas, pelo CNE, por proposta do MEC, que para tanto, estabelecerá processo permanente com a participação de educadores, empregadores e trabalhadores, garantida a participação de técnicos das respectivas áreas profissionais.

Um novo aspecto importante, que também merece destaque, dessa política educacional é que os Institutos Federais, de conformidade com a legislação, em cada exercício, deverão garantir o mínimo de 50% de suas vagas para “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”, com essa exigência legal, o governo contraria de vez o Decreto nº 2.208/1997, no que tange ao aspecto mais polêmico da reforma dos anos 90, que foi a separação do ensino geral/propedêutico da educação profissional. (AMORIM, 2009).

As mudanças trazidas pela implantação dos IFET não estão voltadas apenas para os professores, mas para a gestão como um todo, a começar pelo aumento de recursos disponibilizados para a gestão administrativa, quadro de pessoal, laboratórios e expansão, com o objetivo de ofertar melhor Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis e modalidades. Além disso, os IFET terão maior autonomia em relação a criar e extinguir cursos dentro de sua área de atuação e com a aprovação do seu Conselho Superior, bem como

registrar os diplomas dos cursos que oferece, conforme legislação vigente. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008).

Conforme Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2009), a partir do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os Institutos Federais passaram a receber apoio financeiro do Estado para novos investimentos nas áreas de infra-estrutura, principalmente na construção de novos *Campi*, estudos de demanda de mercado, capacitação de servidores, aquisição de equipamentos, dentre outros que justificassem a necessidade de um novo modelo de gestão, sob a confirmação previamente estabelecida para adequar suas estruturas administrativas e pedagógicas, preconizada aos ditames da reconfiguração da EPT. Isso se coaduna com o disposto no art. 9º da Lei 11.892/2008, que determina a estrutura de cada Instituto Federal em “*multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores”.

Nesse contexto, a natureza do Instituto Federal, com a implantação e acompanhamento de alguns programas que visam à consolidação do ensino, da pesquisa, da pós-graduação, inovação e extensão desses programas, fortalece a gestão, criando vínculos de forma positiva para uma gestão democrática e participativa. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008).

Quanto à estrutura organizacional dos Institutos Federais, encontra-se explícita nos parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 10 da Lei nº 11.892/2008, conforme abaixo:

Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior.

§ 1º As presidências do Colégio de Dirigentes e do Conselho Superior serão exercidas pelo Reitor do Instituto Federal.

§ 2º O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, será composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos *campi* que integram o Instituto Federal.

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica.

O art. 11 da Lei 11.892/2008, expressa que: “os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores”, estes podendo ser escolhidos dentre os servidores:

[...] ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco)

anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica. (§ 1º)

A ocupação do cargo a Reitor encontra-se determinada no art. 12 da referida Lei, conforme se apresenta abaixo:

Art. 12. Os Reitores serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade escolar do respectivo Instituto Federal, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Reitor os docentes pertencentes ao Quadro de Pessoal Ativo Permanente de qualquer dos *campi* que integram o Instituto Federal, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que atendam a, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

I - possuir o título de doutor; ou

II - estar posicionado nas Classes DIV ou DV da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, ou na Classe de Professor Associado da Carreira do Magistério Superior.

§ 2º O mandato de Reitor extingue-se pelo decurso do prazo ou, antes desse prazo, pela aposentadoria, voluntária ou compulsória, pela renúncia e pela destituição ou vacância do cargo.

§ 3º Os Pró-Reitores são nomeados pelo Reitor do Instituto Federal, nos termos da legislação aplicável à nomeação de cargos de direção.

No caso dos *Campi*, ocuparão o cargo de Diretor Geral conforme o art.13, que consta:

Art. 13. Os *campi* serão dirigidos por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, após processo de consulta à comunidade do respectivo campus, atribuindo-se o peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

§ 1º Poderão candidatar-se ao cargo de Diretor-Geral do *campus* os servidores ocupantes de cargo efetivo da carreira docente ou de cargo efetivo de nível superior da carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, desde que possuam o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica e que se enquadrem em pelo menos uma das seguintes situações:

I - preencher os requisitos exigidos para a candidatura ao cargo de Reitor do Instituto Federal;

II - possuir o mínimo de 2 (dois) anos de exercício em cargo ou função de gestão na instituição; ou

III - ter concluído, com aproveitamento, curso de formação para o exercício de cargo ou função de gestão em instituições da administração pública.

§ 2º O Ministério da Educação expedirá normas complementares dispondo sobre o reconhecimento, a validação e a oferta regular dos cursos de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

Diante do exposto, tornam-se notórias as mudanças estabelecidas no campo educacional a partir da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), que ampliou o leque de competências do EPT por meio de ações que foram criadas com o objetivo de aperfeiçoar o modelo já existente e proporcionar à sociedade alternativa para uma melhor qualificação e consequente qualidade de vida. Com o suporte necessário por meio de recursos e incentivos do governo, a valorização dessa modalidade de ensino é demonstrada, podendo atingir níveis elevados de satisfação em relação à demanda imposta pela modernidade.

## 2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE.

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFETPE se transforma automaticamente em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE. Essa nova instituição que surge após as discussões mencionadas no capítulo anterior, tem sua reitoria constituída na cidade de Recife.

A estrutura do IFPE se constituiu inicialmente (2008) de 06 (seis) *Campus* denominados da seguinte forma: *Campus* de Recife (antigo CEFETPE Unidade Sede Recife); *Campus* Pesqueira e *Campus* Ipojuca (antigas Unidades de Ensino Descentralizadas); *Campus* Barreiros, *Campus* Belo Jardim e *Campus* Vitória de Santo Antão (antigas Escolas Agrotécnicas). No decorrer do processo de transição (2009-2010), foram acrescentadas a esse quantitativo mais 03 (três) unidades, que correspondem aos *Campus* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, este último em fase de construção. Conforme ilustra a Figura 1:

Figura 1 – Instituições Federais de Educação Profissional no Estado de Pernambuco



Fonte: Ministério da Educação, 2009. Acesso em: 06/09/2011.

Legenda: 01 – Recife; 02 – Pesqueira; 03 – Ipojuca; 04 – Barreiros; 05 – Belo Jardim; 06 – Vitória de Santo Antão; 07 – Caruaru; 08 – Afogados da Ingazeira; 09 – Garanhuns. ○ = IF do Sertão Pernambucano; □ = Escola Agrícola D. A. Ilkas (UFRPE).



O IFPE possui atualmente uma área total de 3.120.000m<sup>2</sup>, dos quais 103.668m<sup>2</sup> são de área construída, utilizada para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão, desportos, lazer e cultura. (IFPE/PDI, 2009). É, portanto, um dos maiores IF do país, o quarto em área construída, sendo considerado como uma verdadeira Cidade Tecnológica.

A instituição da Lei nº. 11.892/08 também veio fortalecer a integração entre o ensino médio e o ensino profissional, ao afirmar no inciso I, do art.7º, que são objetivos dos Institutos Federais “ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos”. Verifica-se nessa determinação a abertura de possibilidades para o aluno concluinte do ensino fundamental – que poderá fazer um curso médio profissionalizante, o que lhe trará a oportunidade de chegar mais rápido ao mercado de trabalho, tendo em vista que terá uma profissão antes mesmo de cursar o nível superior – por outro lado, oportuniza àqueles que já concluíram o seu ensino médio, às vezes há muito tempo, mas precisam se qualificar profissionalmente em determinadas áreas.

Nesse contexto de ensino, o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI do IFPE foi elaborado (ainda não implantado pela Reitoria) com a participação da comunidade, mediante 06 (seis) Fóruns em diferentes *Campi*, com a representação maciça de cada segmento, havendo discussões sobre alguns eixos temáticos da Conferência Nacional de Educação – CONAE. (IFPE, 2011).

Com a nova legislação, o IFPE - que já oferecia cursos superiores e disponibilizava cursos de pós-graduação aos servidores – passa a atuar como entidade receptora nos programas de Mestrado Interestadual (MINTER) e Doutorado Interestadual (DINTER), como por exemplo Minter em Engenharia Elétrica na Universidade Federal de Campina Grande – IFPE/UFCG, Minter em Educação Brasileira na Universidade Federal de Alagoas – IFPE/UFAL, Dinter, em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina – IFPE/UFSC. (IFPE/PDI, 2010).

Como resultado dessas medidas, a qualificação do corpo docente e administrativo obteve um incremento significativo, fato que pode ser comprovado pelos dados expostos no quadro 07:

Quadro 7 – Avanços de Titulação dos servidores.

ANO	2009	2010	AUMENTO
GRADUAÇÃO	80	114	42%
ESPECIALIZAÇÃO	233	242	4%
MESTRADO	219	310	42%
DOCTORADO	47	70	49%

Fonte: Relatório de Gestão IFPE, 2009-2010. (IFPE, dez. 2010).

Outras iniciativas que podem ser elencadas são as que dizem respeito à concessão de bolsas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), exemplificadas pelas Bolsas Petrobrás, no quantitativo de 1.403 pelo valor unitário de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e Bolsas PIBEX<sup>30</sup>, cujo quantitativo ofertado passou de 10, no ano de 2009, a 55 em 2010. No âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPESQ) destacam-se as ações referentes à implantação e acompanhamento de alguns programas visando à consolidação da pesquisa, pós-graduação e inovação (PIBITI<sup>31</sup>, PIBIC<sup>32</sup>, BIA<sup>33</sup>, APQ<sup>34</sup> e BPQ<sup>35</sup>), além da disponibilização de recursos substanciais para a construção do Centro de Pesquisa do IFPE, que será construído no *Campus* Recife, e da Revista de Ciência, Tecnologia e Humanidade do IFPE. “A CIENTEC é um periódico *on-line*, com versão também impressa, que tem a missão de publicar trabalhos de natureza acadêmico-científica nas diversas áreas do saber”. (IFPE/CIENTEC, 2009, p. 6).

Enfim, é importante ressaltar que os resultados decorrentes dessa mudança não dependem apenas do MEC, dos Institutos envolvidos, do governo, ou das comunidades, mas de uma série de ações conjuntas que favoreçam a concretização dos objetivos propostos, por meio de um comprometimento mútuo cujo propósito maior seja a priorização do interesse público.

O apoio e adesão a esse processo de transformação projetam o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco, hoje denominado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco a um nível elevado, cujo futuro deve ser composto de ações que façam jus a essa nova posição, com vistas a atender os interesses da sociedade brasileira em sintonia com as exigências do mercado globalizado.

<sup>30</sup> PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão.

<sup>31</sup> PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

<sup>32</sup> PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

<sup>33</sup> BIA - Bolsa de Incentivo Acadêmico.

<sup>34</sup> APQ – Auxílio a Projeto de Pesquisa

<sup>35</sup> BPQ - Bolsa de Produtividade e Pesquisa.

### 2.3 Estruturação do *Campus Recife*: Processo de “Ifetização”.

A identidade do IFPE *Campus Recife* é consolidada pela sua capacidade histórica de se envolver com a sociedade, preservando com fidelidade à sua natureza e seus princípios. Assim, o pressuposto presente neste trabalho reporta-se ao IFPE *Campus Recife* como instituição social de educação profissional, científica e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável da sociedade que lhes são inerentes.

A história do IFPE *Campus Recife* teve início no século passado com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 23 de setembro de 1909. Em Pernambuco, a escola foi inaugurada no dia 16 de fevereiro de 1910, e denominada de Escola de Aprendizes e Artífices de Pernambuco. Instalada em um edifício no bairro do Derby, no Recife, onde hoje se encontram a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (Vê a informação correta) e o Colégio da Polícia Militar de Pernambuco (CPM-PE), a escola iniciou suas atividades tendo como primeiro Diretor Geral o Dr. Manuel Henrique Wanderley.

Inicialmente possuía 70 alunos matriculados, com idade entre 10 a 16 anos e tinha como objetivo formar operários e contramestres, através do ensino profissional gratuito destinado aos “menores desamparados e viciosos”. Considerando o baixo nível da formação cultural desses alunos, e o grande preconceito da sociedade que “não via com bons olhos” o trabalho manual, “a Escola caracterizou-se numa espécie de abrigo para crianças e adolescentes pobres”. (IFPE, 2009; CUNHA, 2000).

Em 1923, a Escola foi transferida para a parte posterior do Colégio Ginásio Pernambucano e permaneceu funcionando ali por dez anos. Na década de 20, o ensino tornou-se cada vez mais profissional e a cidade do Recife com muitas invenções modernas a exemplo da energia elétrica, nova rede de esgotos, os bondes elétricos, etc. Em 1933, a Escola muda-se para rua Henrique Dias, no Derby, no Recife, e tem sua inauguração em 18 de maio de 1934.

A instituição, que era vista como abrigo para crianças e adolescentes pobres, em 1937 passou a ser chamada de Liceu Industrial de Pernambuco, ofertando curso primário, até que, no ano de 1942, a organização do ensino industrial foi realizada em todo o país. A partir de então, mudanças significativas ocorreram no Liceu Industrial de Pernambuco – o ingresso passou a ser por meio de exames de admissão e o ensino passou a ser ministrado em dois ciclos: no primeiro, havia o ensino industrial básico, o de mestría e o artesanal; no segundo, o

técnico e o pedagógico. A instituição passa a ser, então, identificada como um forte catalisador do desenvolvimento em Pernambuco e no Recife.

Com tantas mudanças relevantes, o perfil dos alunos é alterado e o Liceu Industrial de Pernambuco passou a receber estudantes de todas as classes sociais, sendo transformado em Escola Técnica do Recife. O ensino industrial passou a ser vinculado à estrutura do ensino do país e os alunos egressos poderiam, a partir daquele ano, iniciar a formação superior em área equivalente à sua formação. Começam a configurar, a partir daí, as bases da Rede Federal de Estabelecimentos de Ensino Industrial. (IFPE, 2009).

Na década de 1960, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que trata o ensino técnico atrelado a Educação Básica. O ensino técnico sofre uma interrupção no seu desenvolvimento em consequência do golpe militar de 1964. Em 1965, a Escola Técnica do Recife transforma-se em Escola Técnica Federal de Pernambuco – ETFPE.

Com a Lei nº 5.692/71, as Escolas Técnicas Federais passaram a ofertar o ensino profissionalizante integrado com o ensino médio (antigo segundo grau), aumentaram expressivamente o número de matrículas e implantaram novos cursos técnicos, com o objetivo de formar técnicos sob o regime de urgência pra atender à demanda por profissionais especializados, que nessa época era muito grande. (CORDEIRO 2004).

Nos meados da década de 1970, o local onde se situava a sede da Escola Técnica Federal de Pernambuco - ETFPE, às margens do Rio Capibaribe, sofreu uma inundação que destruiu vários estabelecimentos e casas residenciais, inclusive a ETFPE, que perdeu vários documentos e teve sua memória comprometida. Com a necessidade de mudar de endereço, a instituição recebeu em doação um terreno localizado no bairro do Curado, iniciando-se, a partir daí, a construção da sua nova sede, que durou quase uma década. Em 17 de maio de 1983, a Escola Técnica Federal de Pernambuco deixa sua sede no Derby para se instalar numa área construída de 29.000m<sup>2</sup>, na Cidade Universitária, divisa com os bairros do Curado e do Engenho do Meio. As suas atuais e modernas instalações serviram de modelo para todo o país.

A instituição hoje está localizada na maior concentração de centros de estudos e pesquisas do Norte-Nordeste, na Cidade Universitária. A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), o Centro Regional de Ciências Nucleares (CRCN), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Centro Municipal de Educação Infantil Paulo Rosas e o Colégio Militar do Recife (CMR), subordinado a 7ª Região Militar do Exército. (IFPE, 2008).

Cabe ressaltar que neste mesmo ano iniciaram-se as instalações do *Campus Avançado* da ETF – Petrolina/PE, tornando-se mais tarde Unidade de Ensino Descentralizada – UNED. Em 1990, foi inaugurada a UNED de Pesqueira e a partir daí começa a surgir a construção da identidade de uma das Instituições mais importantes da região Nordeste, com o número de servidores e o quantitativo de alunos estando praticamente duplicado.

A ETFPE passou a ser referência na excelência e na qualidade do ensino profissional no estado e no Brasil. A solidez dessa marca continua forte até os dias atuais, visto que, mesmo passando pela marca do CEFET-PE e hoje IFPE, a comunidade externa, na maioria das vezes, identifica esta Instituição utilizando como referência a “antiga Escola Técnica Federal”. (CORDEIRO, 2004).

Seguindo o rumo das transformações, constata-se que a Lei nº 8.948/94 autoriza gradativamente as transformações das ETF em CEFET, mediante critérios estabelecidos pelo MEC junto o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

O Decreto Federal nº 2.406/97 exige em seu parágrafo 3º, artigo 6º, um projeto institucional, apreciado pelo MEC, e que este projeto “deverá, dentre outras condições, comprovar a compatibilidade das instalações físicas, laboratórios, equipamentos, recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento dos cursos pretendidos”, para conquistar o *status* de CEFET, o que não ocorreu com o CEFET-PE.

Para Cordeiro (2004, p. 99-100), “A transformação da ETFPE em CEFET-PE foi forjada por força política, sem plano de implantação, nem avaliação do MEC”. A autora reafirma essa corrida forjada para a “cefetização”, nos dizeres de Oliveira (2001a, *apud* CORDEIRO, 2004, p.100):

(...) No ano de 1992, existiam quatro CEFETs e até 1997 só houve a criação de mais um apesar da Lei 8.984/94, em seu artigo 3º, já apontar para a transformação das ETFs em CEFETs. Fica evidente que nos dois anos posteriores à implementação da reforma, ocorreu o processo de cefetização das escolas técnicas federais. Este aceleração na criação de CEFETs explicita o interesse do MEC, em forjar outros espaços de formação de nível superior, materializado na nova legislação educacional.

Em Pernambuco, essa transformação se deu através do Decreto Presidencial de nº 18, de janeiro de 1999. Desde então, o CEFET-PE ganhou autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica, científica e disciplinar. Foi vinculado ao MEC/SEMTEC e passou a ministrar cursos de diferentes níveis: cursos básicos, técnicos de nível médio, tecnológicos (superior) e pós-graduação. No mesmo ano, o Decreto Federal nº 2.208/97 chama a atenção no seu artigo 5º: “A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma

concomitante ou sequencial a este”. Essa determinação legal, da separação do ensino técnico do propedêutico, à época ocasionou uma lacuna na sociedade e um retrocesso na educação profissional.

A chegada do século XXI é marcada por grandes momentos históricos no campo da educação profissional, entre eles a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – *Campus Recife*, que recebeu como “certidão de nascimento” a Lei nº 11.892/2008, oriunda do Decreto nº 6.095/2007.

Ocupando a mesma área física do então CEFET-PE, o IFPE - *Campus Recife* oferece os cursos discriminados no quadro 08:

Quadro 8 – Cursos oferecidos pelo IFPE – Campus Recife - 2008.

MODALIDADES	QUANTIDADE DE CURSOS	CURSOS
Cursos Técnicos Integrados	07	Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica Industrial, Química Industrial, Saneamento Ambiental e Segurança do Trabalho
Cursos Técnicos Integrados - Modalidade PROEJA	03	Eletrotécnica, Refrigeração e Ar-Condicionado e Mecânica Industrial
Cursos Técnicos Subseqüentes	10	Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica Industrial, Química Industrial, Refrigeração e Ar-Condicionado, Saneamento Ambiental, Telecomunicações, Segurança do Trabalho e Serviços Turísticos de Eventos, Hospedagem e Agenciamento
Cursos Superiores Tecnológicos	05	Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Design Gráfico, Gestão Ambiental, Gestão de Turismo e Radiologia
Bacharelado	01	Engenharia de Produção Civil

Fonte: IFPE/PDI (2009-2013). Disponível em: <http://reitoria.ifpe.edu.br/userfiles/file/PDI.pdf>.

Com a ascensão do então Diretor Geral do CEFET-PE para a Reitoria do IFPE, a Direção Geral do IFPE - *Campus Recife*, bem como as demais Diretorias (Ensino - DEN, Extensão – DEX, Administração e Planejamento – DAP, e a de Pesquisa e Pós-Graduação – DPP) foram assumidas por professores indicados pelo novo Reitor *Pró-Tempore*, conforme a legislação.

Cabe destacar um fato que ocasionou um rompimento na estrutura do IFPE *Campus Recife*: Em observação ao § 1º. art. 16, da Lei nº 11.892/2008, e visando a integrar o quadro da Reitoria do IFPE, o Magnífico Reitor *Pró-Tempore* designou para assumir os cargos administrativos, inclusive os das Pró-Reitorias, na sua maioria os servidores do IFPE *Campus Recife*. Através de portaria, vários servidores ocupantes de Cargos de Direção (CD) passaram a compor o novo quadro dessa Reitoria e em sua “quase totalidade”, esses servidores pertenciam ao quadro efetivo do IFPE *Campus Recife*. Esse agravante se repetiu um ano e

quatro meses depois, quando aconteceu a primeira eleição para Direção Geral do IFPE *Campus Recife*. O novo Diretor Geral que iria ocupar o cargo por um mandato de doze meses, um dia após sua posse (20/05/2010), toma conhecimento através do Diário Oficial da União, de que 40 (quarenta) servidores efetivos lotados no IFPE *Campus Recife* foram transferidos para a Reitoria do IFPE, através de portarias do MEC, sem anuência prévia da Direção Geral do *Campus Recife*. Nesse panorama, o Diretor Geral empossado recebe a administração do IFPE *Campus Recife* com uma estrutura organizacional diferenciada, da administração da gestão anterior, com seu quadro funcional reduzido em mais de quarenta servidores e diversos Cargos de Direção - CD e Funções Gratificadas - FG extintos.

Segundo a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPE) do IFPE, o *Campus Recife* passa a ter a seguinte estrutura organizacional: Direção Geral do Campus Recife (DGCR); Chefia de Gabinete da Direção do *Campus Recife* (CGCR); Coordenação de Pesquisador Institucional (CPI), Coordenadoria Administrativa de Comunicação e Eventos (CACE); Diretoria de Ensino (DEN); Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPP); Diretoria de Extensão (DEX); Diretoria de Administração e Planejamento (DAP); Departamento de Gestão da Tecnologia da Informação (DGTI); Divisão de Administração de Pessoas (DIAP); Divisão de Esporte e Lazer (DIEL);

A Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) do *Campus Recife* passou a ser estruturada com seguintes setores: Departamento de Compras e Licitações (DCLI); Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF); Assistente de Administração da DAP (ADAP); Coordenação de Contratos (CCON); Coordenação de Contabilidade (CONT); Coordenação de Patrimônio (CPAT); Coordenação de Almoxarifado (CALM); Coordenadoria de Fiscalização e Acompanhamento de Contratos 1 (CFAC 1); Divisão de Administração e Manutenção (DIAM); Coordenadoria de Transporte (CTRA); Coordenadoria de Segurança Patrimonial (CSPA); Coordenadoria de Manutenção de Materiais e Equipamentos (CMME) e Coordenadoria de Administrativa do Protocolo (CPRO).

Com vistas a Expansão de sua Infra-estrutura o *Campus Recife* desenvolve algumas ações (preliminares) como: construção de uma nova Biblioteca; construção do Centro de Pesquisa; construção do arquivo morto; construção do Almoxarifado/Patrimônio; reforma e/ou construção da garagem; aquisição de equipamentos, móveis e novos livros para a biblioteca; melhoria da infra-estrutura física das salas de aula; ampliação e aquisição de novos equipamentos para os laboratórios de biologia, química, física, áreas industrial, informática e construção civil.

Nessa nova administração, o *Campus Recife* passa a contar como Órgãos de Apoio às Atividades Acadêmicas:

**No âmbito do ensino** o IFPE *Campus Recife*, junto a Diretoria de Ensino atua com: Coordenação de Apoio Administrativo (CAAD); Coordenação de Gestão do Controle Acadêmico (CGCA); Coordenação de Registro Acadêmico e Diplomação (CRAD); Divisão de Esporte e Lazer (DIEL); Coordenadoria de Esportes e Lazer (CAEL); Divisão de Assistência ao Estudante (DIES); Coordenadoria de Assistência Social e Psicologia (CASP); Coordenadoria de Serviço Médico-odontológica (CSMO); Coordenação de Disciplina (CDIS); Coordenadoria de Apoio Disciplinar 2 (CAD2); Divisão de Apoio ao Ensino (DIEN); Coordenadoria de Recursos Didáticos (CRDI); Coordenação de Biblioteca (CBIB); Coordenadoria de Turnos (CTUR); Coordenações Acadêmica dos Departamentos (Apoio à Gestão); Departamento Acadêmico de Cultura Geral, Formação de Professores e Gestão (DAFG); Coordenação de Ciências da Natureza e Matemática (CCNM); Coordenação de Ciências Humanas e Línguas (CCHL); Departamento Acadêmico de Sistemas, Processos e Controles Industriais (DACI); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Química Industrial (CACTQ); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Mecânica (CACTM); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Refrigeração (CACTR); Departamento Acadêmico de Ambiente, Saúde e Segurança (DASS); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico em Segurança do Trabalho (CACTS); Coordenação Acadêmica do Curso Superior em Radiologia (CACSR); Coordenação Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Sistema de Gestão Ambiental (CACST); Coordenação Acadêmica do Curso de Design Gráfico (CACDG); ; Departamento Acadêmico de Sistemas, Processos e Controles Eletro-Eletrônicos (DASE); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico de Eletrônica/Telecomunicações (CACET); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico de Eletrotécnica (CACTE); Departamento Acadêmico de Infra-Estrutura e Construção Civil (DAIC); Coordenação Acadêmica dos Cursos de Edificações e Engenharia de Produção Civil (CACPC); Coordenação Acadêmica do Curso Técnico de Saneamento Ambiental (CACTS). A Direção de Ensino atua ainda, junto à Organização Estudantil através da Promoção e incentivo às atividades culturais; Promoção e incentivo às atividades esportivas; Promoção de ações de integração e recepção de calouros; Garantia da participação estudantil nos conselhos deliberativos, consultivos e comissões temáticas da Instituição. (IFPE/PDI, 2009-2013).

**No campo da pesquisa** o IFPE *Campus Recife* atua com a Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação – DPP, sendo que esta tem como atribuição coordenar e avaliar as atividades



de pesquisa e pós-graduação, com base na política de pesquisa e pós-graduação definida pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

É também responsabilidade da DPP, no âmbito do IFPE *Campus* Recife, promover eventos de interesse da área acadêmica, como simpósios, cursos, seminários e outras programações de cunho científico e tecnológico; estimular a criação de grupos de pesquisa, bem como a produção científica e sua divulgação; representar a Diretoria junto à Direção Geral; definir um plano anual de atividades; acompanhar o desenvolvimento dos projetos de Pesquisa e dos Cursos de Pós-graduação; coordenar as atividades técnico-administrativas da Diretoria e de suas unidades; fazer relatório anual das atividades desenvolvidas. (PDI, 2009).

Um ponto relevante no campo científico do IFPE *Campus* Recife foi à aprovação na íntegra do Projeto da construção de um Centro de Pesquisa, que teve origem na chamada pública do MCT/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA-01/2009. A importância desse Centro de Pesquisa é que ele vai apoiar os outros *Campi* do IFPE a desenvolver e a promover transferência de tecnologia gerada na academia do IFPE e identificar parceiros para exploração dessas tecnologias.

Cabe ressaltar, nesse panorama científico do IFPE, o fato de que o *Campus* Recife, por ter sido considerado o maior *Campus* do Brasil, com seus 7.000 (sete mil) alunos matriculados em 2010, ter sido o *Campus* que abraçou a Reitoria do IFPE em seu espaço físico-estrutural, estar estrategicamente situado na capital de Pernambuco e possuir o maior número de docentes e pesquisadores concentrando, assim, o maior número de pesquisas, foi escolhido para sediar o Centro de Pesquisa do IFPE, a ser construído a partir do ano 2011.

Essa conquista contribuiu muito para o campo da pesquisa do IFPE, tendo sido aprovado também o projeto no Edital MCT/CNPq "Edital Universal" para o desenvolvimento do projeto "Criação de uma oficina para construção de modelos geométricos físicos e computacionais para uso em avaliações dosimétricas das radiações ionizantes".

A natureza do IFPE *Campus* Recife, com a implantação e acompanhamento de alguns programas visando à consolidação do ensino, da pesquisa, pós-graduação, inovação e extensão desses programas fortalece a gestão, criando vínculos de forma positiva para uma gestão democrática e participativa. Aponta-se ainda, que as mudanças trazidas pela "Ifetização" proporcionam aos docentes e técnico-administrativos incentivos e oportunidades de qualificação, trazendo um maior dinamismo às funções do profissional de educação enquanto formadores de opinião, que precisam se adequar aos tempos modernos. Percebe-se ainda, por outro viés, que a oferta de mestrados e doutorados para servidores faz parte da política de incentivos à qualificação, trazendo satisfação à comunidade interna.

**No âmbito da extensão**, a estrutura do IFPE *Campus* Recife é composta da seguinte forma: Diretoria de Extensão (DEX); Divisão de Extensão do *Campus* Recife (DIEX); Coordenação de Estágios e Egressos (CEEG); Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE).

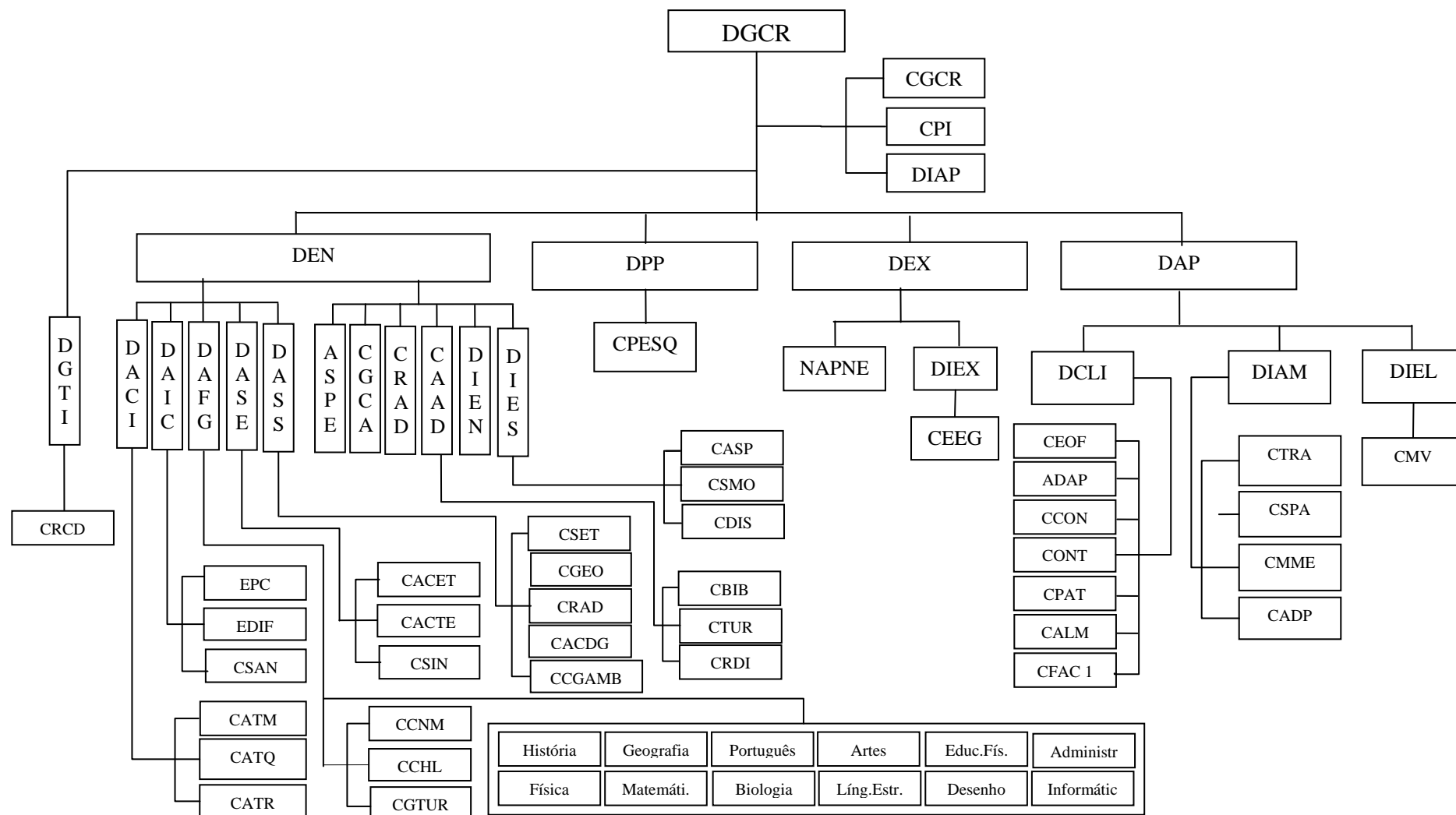
A DEX é responsável pelo desenvolvimento de parcerias com a comunidade, instituições e empresas, como por exemplo, os convênios para oferta de estágios e acordos de cooperação técnica. Articula também, programas de inclusão social com os conselhos comunitários, prefeituras e entidades representativas da sociedade civil organizada.

A DEX atua com o Programa de Estímulo à Permanência do Aluno da seguinte forma: Operacionalização do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais (NAPNE); maior integração da escola com a família do estudante, promovendo um intercâmbio de informações mais intenso, para melhorar o acompanhamento da aprendizagem e a assistência ao aluno de uma forma geral; criação do Fórum Permanente de Assistência Estudantil; criação de programa para melhoria da qualidade de vida (discussão de temas, orientações etc.); promoção de ações socioeducativas; promoção de debates sobre trabalho e o mercado; orientação afetivo-sexual; prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas; promoção de ações de interesse dos estudantes; seleção de alunos para os cursos ofertados pelo *Campus* Recife baseada no princípio da inclusão social.

Em relação ao Acompanhamento dos Egressos, a DEX atua juntamente com a DIEX visando: implantação de banco de dados para acompanhamento dos egressos; promoção do Encontro do Egresso (anual); implantação banco de currículos e vagas *online* e promoção de programas de acompanhamento dos egressos através de avaliação junto às empresas.

Com essa nova estrutura organizacional, a atual administração do *Campus* Recife constrói seu novo organograma, conforme figura 3.

Figura 3 – Novo Organograma do Campus Recife (maio/2010)



Fonte:Elaboração da Pesquisadora (2011).

Legenda do novo organograma do IFPE *campus* Recife

<b>DGCR</b> – Direção Geral <i>Campus</i> Recife	<b>ADAP</b> - Assistente de Administração DAP
<b>CGCR</b> – Chefe de Gabinete <i>Campus</i> Recife	<b>CCON</b> – Coord. de Contratos
<b>CPI</b> – Coord. Pesquisador Institucional	<b>CONT</b> - Coordenação de Contabilidade
<b>DIAP</b> – Divisão de Administração de Pessoal	<b>CPAT</b> - Coord. de Patrimônio
<b>DEN</b> – Direção de Ensino	<b>CALM</b> - Coordenação de Almoarifado
<b>DPP</b> – Direção de Pesquisa e Pós-Graduação	<b>CFAC1</b> - Coord. de Fiscaliz. e Acomp. de Contratos 1
<b>DEX</b> – Direção de Extensão	<b>CASP</b> – Coord.de Assistência Social e Psicologia
<b>DAP</b> – Direção de Administr. e Planejamento	<b>CSMO</b> - Coord.de Serviço Médico-Odontológico
<b>DGTI</b> – Depart. de Gestão da Tecnol. da Informação	<b>CDIS</b> – Coord. de Disciplina
<b>DACI</b> – Depart. Acad. de Sist.,Proc. Contr. Industriais.	<b>CBIB</b> - Coord. de Biblioteca
<b>DAIC</b> – Depart. Acad. de Infraestrutura e Constr. Civil	<b>CTUR</b> - Coord. de Turnos
<b>DAFG</b> – Depart. Acad. de Cult. Geral, Formação de Profs. e Gestão.	<b>CRDI</b> -Coord. de Recursos Didáticos
<b>DASE</b> – Depart. Acad. de Sist., Proc. e Controle Eletro-Eletrônicos.	<b>CACSR</b> – Coord.Academ.do Curso Sup. em Radiologia
<b>DASS</b> – Depart. Acad. de Amb. Saúde e Segurança.	<b>CACDG</b> - Coord. Academ. Curso Design Gráfico
<b>ASPE</b> – Assessoria Pedagógica	<b>CSGAM</b> - Coord. Academ. Curso Sup. em Gestão Ambiental
<b>CGCA</b> – Coord.de Gestão do Controle acadêmico	<b>CACET</b> - Coord. Acad. Curso Téc. Eletrônica/Telecomunicações.
<b>CRAD</b> - Coord. de Registro Acad. e Diplomação	<b>CACLG</b> – Coord. Acad.Curso Lic. Geografia
<b>CAAD</b> – Coord. de Apoio Administr.	<b>CAEPC</b> - Coord. Acad. dos Cursos de Edif. e Eng. de Prod. Civil
<b>DIEN</b> – Divisão de Apoio ao Ensino	<b>CACTS</b> - Coord. Acad do Curso Téc.de Saneamento Ambiental
<b>DIES</b> - Divisão e Assistencia ao Estudante	<b>CRCD</b> – Coord. de Redes de Comunicação de Dados
<b>CPESQ</b> – coord. de Pesquisa	<b>CACTM</b> - Coord. Acad. do Curso Téc. em Mecânica
<b>NAPNE</b> - Núcleo de Apoio a Pessoas com Neces. Especiais	<b>CACTQ</b> - Coord. Acad. do Curso Téc. em Química Industrial
<b>DIEX</b> – Divisão de Extensão do <i>Campus</i> Recife	<b>CACTR</b> - Coord. do Curso Téc. em Refrigeração
<b>CEEG</b> - Coord.Estágio e Egressos	<b>CCNM</b> - Coord.de Ciência da Natureza e Matemática
<b>DCLI</b> – Departamento de Compras e Licitações	<b>CCHL</b> - Coord. de Ciências Humanas e Línguas
<b>DIAM</b> – Divisão de Administração e Manutenção	<b>CACTE</b> - Coord. Acad. Curso Téc. Eletrotécnica
<b>DIEL</b> – Divisão de esporte e Lazer	<b>CTSIM</b> - Coord. Curso Téc. Sistema de Informação.
<b>CAEL</b> – Coord. Esporte e Lazer	<b>CEDIF</b> – Coord. Curso Téc. Edificação.
<b>CTRA</b> - Coord. de Transporte	<b>CTSAN</b> - Coord. Curso Téc. Saneamento Ambiental
<b>CSPA</b> - Coord. de Segurança Patrimonial	<b>CGTUR</b> - Coord.Curso Sup. Gestão de Turismo
<b>CMME</b> - Coord. de Manut. de Mat. e Equipamentos	
<b>CADP</b> - Coord. de Administr. do Protocolo	
<b>CEOF</b> - Coord. de Execução Orçament. e Financeira	

Para um melhor conhecimento quanto a atual estrutura física do IFPE *Campus* Recife, realizou-se um levantamento baseado nos dados do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/2009 - 2013, do IFPE, cujos principais dados apresentam-se no quadro 9.

Quadro 9 – Infraestrutura do IFPE - *Campus* Recife.

<b>INFRA-ESTRUTURA – Campus Recife</b>		
Área Construída	29.000 m <sup>2</sup>	
Área Total	13 ha	
<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Observação</b>
Biblioteca	1	Capacidade para 200 alunos, equipada com 30 computadores
Auditório	2	Um com capacidade para 300 pessoas e outro para 50 pessoas
Centro poliesportivo	1	campo de futebol com medidas oficiais
	1	ginásio poliesportivo
	1	quadra coberta poliesportiva
	2	quadras descobertas poliesportivas
	2	quadras de vôlei de praia
	1	pista de atletismo
	1	gaiola para arremesso (martelo, dardo e peso)
Consultório médico-odontológico	2	gabinete odontológico
	1	ambulatório médico
Restaurante	1	Terceirizado, com 80 lugares
Cantina	1	Terceirizada, funcionando em três turnos
Salas de aula	112	com 45 bancas cada sala
Laboratório de Informática	7	para uso de computação gráfica
Laboratórios dos Cursos Técnicos	55	em diversos campos de atuação
Veículos	9	02 Ônibus, 01 micro-ônibus, 02 vans, 03 carros de passeio, 02 <i>pick-up</i>
Informática para atendimento na área administrativa	1.000	computadores
	110	Impressoras
	1	página na Internet
	1	rede intranet
Estacionamento	1	com capacidade aproximada para 300 veículos

Fonte: IFPE - PDI 2009/2013.

Diante do exposto, verificadas tantas inovações no âmbito do IFPE *Campus* Recife, a compreensão das articulações e dos processos de mudança demanda uma análise, na percepção da comunidade que lhe representa que permita revelar as implicações ocorridas no ensino, pesquisa e extensão por conta do processo de “ifetização”. Isso será realizado no capítulo seguinte.

### 3 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS NO CONTEXTO DA “IFETIZAÇÃO”

A percepção é assim uma relação do sujeito com o mundo exterior e não uma reação físico-fisiológica de um sujeito físico-fisiológico a um conjunto de estímulos externos (como suporia o empirista), nem uma idéia formulada pelo sujeito (como suporia o intelectualista). A relação dá sentido ao percebido e ao percebedor, e um não existe sem o outro. [...] Portanto, o conceito de percepção pode ser caracterizado por ser um processo cognitivo em que os procedimentos mentais se realizam mediante o interesse ou a necessidade de estruturar a nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e conferindo-lhes significado (CHAUÍ, 2000, pp. 154-156).

#### 3.1 Repercussões do Processo de “Ifetização” na visão dos sujeitos entrevistados

Este capítulo situa o objeto de estudo no contexto da análise e interpretação dos dados coletados, avaliando as repercussões do processo de “ifetização”, na percepção dos gestores, docentes e técnico-administrativos do IFPE *Campus* Recife, a partir das informações coletadas na pesquisa de campo através das entrevistas semiestruturadas<sup>36</sup>.

Definiu-se como critérios para escolha dos sujeitos participantes da pesquisa<sup>37</sup> os servidores pertencerem ao quadro de pessoal efetivo do IFPE *Campus* Recife e estarem no exercício de suas funções e/ou cargos, entre 2007 a 2010. Justifica-se esse período por coincidir com a época em que aconteceram as mudanças referentes ao processo de “ifetização”, o qual foi vivenciado por esses sujeitos.

Em 2007, a CHAMADA PÚBLICA MEC/SETEC nº 002/2007 foi lançada pelo governo com o objetivo de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Iniciaram-se, assim, os debates que viabilizaram a construção do projeto no âmbito do CONCEFET, que “sucederam a apresentação da proposta de criação dos Institutos Federais, dentre as medidas contidas no Plano de Desenvolvimento de Educação (PDE), do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva”, motivando, assim, a publicação do Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que gerou a Lei nº 11.892/2008, criando os Institutos Federais. (MEC/SETEC, 2008, p.147). Esse fato causou uma grande discussão, conforme observa Domingos Sobrinho (2009, p. 1), no seguinte comentário:

---

<sup>36</sup> Roteiro de entrevista está disponível no Apêndice A.

<sup>37</sup> Considerou-se para os participantes da pesquisa: Gestor Docente – GD; Gestor Técnico-administrativo – GTA; Docente – D e Técnico-administrativo – TA.

A rede federal de educação profissional e tecnológica mergulhou num debate bastante acalorado, depois que o ministro Fernando Haddad editou o Decreto nº 6.095, de 24/04/07, que propõe a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando que a criação dessas novas entidades tem implicações sociais, culturais, políticas, pedagógica e outras.

Nesse sentido, pode-se observar que desde 2007, as discussões das políticas governamentais já sinalizavam para a criação dos Institutos Federais, cuja concretização implicaria na oferta de 50% de vagas para cursos técnicos, no máximo 30% para cursos de graduação e 20% para licenciatura, conforme determinação do MEC. Guimarães (2008, p. 287), deixa clara essa expectativa em pesquisa para sua tese de doutorado, ao entrevistar o Diretor Geral do CEFET-PE, como gestor representante dessa instituição nas discussões concernentes ao processo de “ifetização”:

Eu acho que nós **devemos aceitar** desde que seja uma coisa boa para a educação profissional, e não acho que a autonomia fique comprometida, apesar de saber que ela é, de certa forma, atingida. São medidas que vêm, realmente, **garantir o ensino técnico** na instituição, que deve mesmo existir, e garantir uma política do governo, como no caso da “Ifetização” com as licenciaturas. Se eles não colocarem **20% das vagas para as licenciaturas**, o país vai **continuar sem professores** de ciências na área de biologia, química, física, matemática. Acho que as políticas têm que **partir do MEC mesmo**. (CEFET-PE – Entrevista Diretor Geral – outubro de 2007, grifo nosso [da autora da Tese]).

De acordo com o posicionamento explicitado, observa-se que a questão da “Ifetização” já vinha sendo dialogada por articuladores da política da educação profissional, como forma de garantir uma política de governo mais adequada ao momento educacional que estava sendo vivenciado.

Em 2008, criaram-se, legalmente, os Institutos Federais, entretanto o período compreendido entre 2009 e 2010 foi de transição para consolidação dos Institutos Federais, processo esse ainda não concluído. É nesse período de transição que está focada esta pesquisa. Considerando a necessidade de atender satisfatoriamente aos objetivos deste trabalho, as entrevistas se pautaram nos temas destinados a esse fim e seu conteúdo foi delineado de forma a deixar clara a opinião de cada segmento entrevistado sobre os temas propostos.

Assim, com o objetivo de compreender as mudanças causadas pelo processo de “Ifetização” procura-se evidenciar os aspectos principais enfatizados pelos participantes, cuja vivência de todo o processo, ou mesmo de uma parte dele, tem muito a acrescentar em pesquisas que desenvolvem esse tema. A partir de então, os dados coletados permitiram agrupar em diversas categorias os resultados encontrados.

A partir das falas extraídas das entrevistas, foi possível selecionar categorias de análise, que, segundo Minayo (1999, p. 70), abrangem “elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionem entre si”. Já Berger (2010, p. 306-307) afirma

que “Categorizar é pôr em ordem um conjunto de elementos isolados. Ao fazer isso, produz-se uma forma de inteligibilidade, mas não se esgota a compreensão possível”. Para tanto, as categorias de análise encontradas e que serão analisadas foram as seguintes: o posicionamento diante da consolidação da rede de EPT; a perspectiva diante desse novo *status*; e, a postura diante das mudanças, particularmente no que concerne aos seguintes aspectos: a) inclusão das licenciaturas; b) expansão e valorização da educação à distância; c) expansão e interiorização dos cursos superiores; d) integração das EAF; e) aumento das responsabilidades adquiridas; f) preocupação com o foco e preparação do corpo docente.

Cabe salientar que todos esses temas que foram tratados têm importância fundamental porque a sua análise pode demonstrar a repercussão dessas mudanças também na comunidade compreendida pelos alunos e pela sociedade em geral que se utiliza de alguma forma dos serviços prestados pelos Institutos Federais de Educação Tecnológica.

Portanto, os dados levantados permitirão uma análise da repercussão geral dessa transformação e o embasamento para um estudo posterior no sentido de acompanhar o delinear das mudanças com a preocupação de buscar providências para reduzir os aspectos negativos e aprimorar aqueles que já sejam considerados como positivos, para que o processo geral de ifetização se transforme num projeto produtivo e vitorioso.

### 3.2 Interpretações e Perspectivas na ótica dos entrevistados

No início de 2009, o Brasil assiste a uma reconfiguração da rede da EPT, que instituiu no âmbito do sistema federal de ensino vários desafios como a expansão da EPT em todo país, o incentivo no campo da pesquisa em EPT, a experiência da cultura de “rede”, a implantação dos institutos federais, a consolidação da RFEPCT, dentre outros. Para Pacheco (2008, p. 14), “a comemoração do centenário da rede certamente se configura também numa perspectiva de realimentação dos objetivos da ‘rede’ e, como desdobramento, a afirmação de sua identidade”, como pode ser confirmado no depoimento do gestor a seguir:

[...] o positivo, que eu vejo, é **a consolidação da rede federal da educação profissional e tecnológica**. Porque a criação dos institutos, definitivamente ocupou, para a educação profissional, o seu lugar. Então ela **consolidou uma rede centenária**. (GD-2).

Um aspecto identificado na fala desse gestor foi a questão de que o processo de “Ifetização” favorece a consolidação da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, visto que a criação dos institutos federais implica no reconhecimento e na



valorização da educação profissional tecnológica, preservando o seu lugar de destaque como uma rede centenária.

Ratificando os dizeres acima, Domingos Sobrinho (2009, p. 7-8) faz a seguinte afirmação:

A rede federal de EPT, além de sua missão social, criou condições para assumir um lugar de destaque no desenvolvimento tecnológico nacional, na medida em que o aumento da qualificação do seu quadro de pessoal, a consolidação e ampliação dos seus grupos de pesquisa e a articulação com o mundo econômico, mas particularmente, regional e local, vem abrindo os espaços necessários à sua consolidação enquanto destacado produtor de pesquisa aplicada e inovações tecnológicas.

Nesse sentido, as mudanças trazidas pela “Ifetização” apresentam um interesse em fomentar o caráter essencial da educação profissional tecnológica na medida em que ampliam os espaços para a consolidação do seu perfil ao permitir a ampliação de cursos e incentivar a qualificação dos profissionais do instituto para que seja dado um melhor atendimento à sociedade, a nível federal, de ensino técnico profissionalizante. Sobre esse fato, Cisneiros (2010, p. 1) traz o seguinte comentário:

Em outras palavras, “ifetizar” significa poder criar os cursos que sejam demandados na região, tais como, cursos de graduação, pós-graduação, mais cursos técnicos, tecnológicos e conseqüentemente com a ampliação do quadro de professores e técnicos administrativos, a oferta de funções gratificadas com valores dignos para as pessoas que exercem os cargos de chefia, na área administrativa e pedagógica dentre outras coisas. Com isso a instituição emitirá seus próprios diplomas, possuindo os recursos financeiros necessários para implementação das ações planejadas com maior mobilidade para buscar seus parceiros sem depender de uma burocracia arcaica.

Verifica-se na explanação acima uma tentativa de resumir o significado da “ifetização”, trazendo alguns pontos importantes dessa transformação. Trata-se de uma tentativa porque há muito ainda a ser tratado no tocante às mudanças vivenciadas nesse processo, mas, antes de tudo, torna-se necessário conhecer, sob a ótica dos entrevistados, quais os motivos que justificaram a transformação do CEFETPE em IFPE.

Dentre as razões elencadas pelos entrevistados, destacaram-se as seguintes: oportunidade de expansão da oferta de ensino; interesse do governo em disseminar centros avançados de tecnologia no país e atender à demanda social que foi surgindo com o passar do tempo, conforme se observa nos depoimentos abaixo:

Imagino que os motivos foram estritamente políticos, no interesse da administração central, no caso o governo federal, de **criar centros avançados de tecnologia pelo país inteiro.** (D-4).

Eu acho que o principal motivo da transformação das antigas escolas, as Escolas Técnicas, para CEFET e, posteriormente, de CEFET pra IF, é a questão da **ampliação e do crescimento da necessidade de oferta de diversificação de cursos** de atendimento a uma demanda social que foi surgindo com o passar do tempo. (G D- 6).

Em minha opinião foi devido à expansão da rede federal de ensino, porque **com a ampliação dos institutos**, juntando os antigos CEFETs e as Agrotécnicas, **criou-se instituições maiores, consequentemente com maiores recursos**, mais força de negociação junto ao MEC. (GTA – 4).

Para **abrir um leque maior de opções** principalmente **no que tange à questão técnica**. (TA –2).

Diante das opiniões acima, percebe-se que todos os segmentos representados trazem, ainda que implicitamente, a idéia de expansão do ensino técnico como o principal motivo para a “ifetização”. Na visão dos depoentes, o processo de “Ifetização” se revela como uma intenção de o atual Governo Federal de garantir a formação da Educação Técnica Profissional no mundo do trabalho, considerando que no governo anterior aconteceu uma deficiência dessa procura nos CEFET por causa das determinações do Decreto 2208/97, que não permitia a integração entre o ensino médio e o técnico. Assim, os alunos do antigo CEFET optavam por cursar o ensino médio e partiam para o nível superior sem chegar a ter uma formação técnica. Com a revogação desse decreto, a situação começou a mudar, conforme Falcão (2010, p. 1) enfatiza, nas afirmações abaixo:

Uma das primeiras medidas do governo Lula na área da Educação foi revogar o Decreto 2.208/97. A revogação e a edição de um novo decreto (5.154/04) permitiram restabelecer a articulação entre o ensino médio e o ensino técnico de nível médio, sendo a principal delas a integração entre ambos. A integração resgata para os estudantes a chance de concluírem essa fase do ensino já com qualificação profissional para disputar uma oportunidade no mercado de trabalho. Assim, desde 2005, cada escola pode decidir se quer unir ou manter separados o ensino médio e o ensino técnico de nível médio. E cada estudante decide se quer cursar só o ensino médio ou seguir uma das outras três opções de articulação do ensino médio com o ensino técnico de nível médio: na mesma escola e com a mesma grade curricular, em escolas diferentes e em grades diferentes ou, então, após a sua formação no segundo grau. Ao final do curso, o estudante poderá então escolher entre utilizar o ensino médio como trampolim para a universidade e como preparação para ingressar diretamente no mercado de trabalho, graças à qualificação técnica de nível médio adquirida.

Foi nesse viés que a “Ifetização” veio para consolidar a rede da Educação Profissional Tecnológica, com a garantia do ensino médio técnico público e de boa qualidade e também, como uma forma de ‘freio’ para os CEFET que se preparavam para se tornar Universidade Tecnológica. (PACHECO, 2008). O governo Lula, para não entrar em conflito com os CEFET deu um novo *status* elevando-os a categoria de nível superior como Instituto e explicita na legislação a obrigatoriedade em 50 % (cinquenta por cento) destinada às vagas dos cursos técnicos e em 20% (vinte por cento) para os Cursos em Licenciatura, o que oportunizou credibilidade junto aos órgãos de fomento como FACEPE, CAPES, CNPq, entre outros, para investirem em pesquisa aplicada. Visto que, os CEFET já exerciam o direito de ofertar cursos superiores, inclusive, licenciaturas e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), mas não possuía a obrigatoriedade, conforme exige a lei vigente.

Diante desses aspectos, torna-se necessário conhecer como se deu em termos práticos o processo de “Ifetização” no âmbito do IFPE *Campus* Recife e o que mudou no cotidiano do antigo CEFETPE em meio a essa transformação na visão dos entrevistados que, ao serem indagados sobre como se deu inicialmente essa transformação do CEFETPE em IFPE, responderam da seguinte forma:

O processo da “Ifetização” **aconteceu de uma forma emergencial** de adequação do ensino médio federal, para ser gerido pelo governo federal, **sem nenhuma conscientização da comunidade.** (D<sup>38</sup>-7).

Eu acho que **houve uma imposição da transformação dos CEFETs em IFs.** Não houve muita possibilidade de escolha. (D-5).

[...] Ela foi **de cima para baixo, as coisas já vieram prontas...** Não houve espaço para a comunidade participar dessa mudança. (D-1).

Os depoimentos acima demonstram a forma impositiva como ocorreu essa transformação, sem a possibilidade de escolha pela comunidade por meio de debates ou discussões. Essa observação foi compartilhada pela maioria deles, o que denota certa insegurança e desconforto, nos três segmentos (docentes, gestores e técnico-administrativos) sobre essa questão.

A falta de comunicação e informação para a comunidade interna do então CEFET-PE e para a sociedade pernambucana veio promover uma “mancha” de insatisfação, em razão de que, primeiro a “Ifetização” chegou a forma de comunicado – uma reunião no auditório da instituição para comunicar aos servidores que o CEFETPE se tornou IFPE e que a logomarca da instituição teria outro formato – a reunião foi realizada em três turnos para que todos pudessem ter acesso, mas trazia no conteúdo do memorando o sentido de “convocação” e não simplesmente de um “convite”, deixando claro, inclusive, que haveria ata de presença e que os ausentes deveriam justificar o não comparecimento.

Durante a reunião, houve espaço apenas para a divulgação das mudanças, mas não ocorreu a oportunidade esperada pelos servidores presentes para as discussões necessárias com o objetivo de que a comunidade se apropriasse efetivamente de todo o processo. A expectativa, então, deu lugar à sensação de impotência porque, devido à insuficiência de esclarecimentos, não havia como formar uma opinião fundamentada sobre o processo de “ifetização”. A falta de informação para a sociedade também foi notória, tendo em vista que uma instituição com um nome reconhecido no mercado, com raízes, de origem tradicional, transformou-se repentinamente em outra sigla totalmente desconhecida como é o Instituto

---

<sup>38</sup> D = Docente.

Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFPE, sem que a sociedade tivesse conhecimento, como se observa nos depoimentos:

Chegou de repente, **com uma imposição, não houve uma discussão** por parte das autoridades competentes em discutir com a sociedade, quando digo sociedade, discutir **com os servidores da nossa instituição**. Falar apenas o que é o Instituto não foi suficiente para esclarecimento, mas a discussão deveria ser quais seriam os benefícios que a “Ifetização” traria. (TA-1)<sup>39</sup>.

Eu lembro que houve uma discussão muito próximo já de sair o decreto, que era uma forma, parece, de legitimar. Que no auditório a gente **teve uma reunião**, que foi bastante tumultuada, **que não era realmente assim, o cumprimento da chamada pública...** Eu acho que chamada pública envolvia toda uma discussão, esse não, **era só para legitimar**. O auditório estava cheio e aí **a gente não tinha elementos para argumentar ou contra-argumentar o que era posto**. Ficava só na revolta, não tinha argumentação para se contrapor ou argumentar. (GD-3)<sup>40</sup>

Em termos práticos, a primeira mudança visível na gestão do CEFET-PE com a sua transformação em IFPE *Campus* Recife foi à ascensão do Diretor Geral para Reitor, ocorrida automaticamente com a criação da Reitoria, acompanhada das cinco Pró-Reitorias: Ensino; Pesquisa; Extensão; Desenvolvimento Institucional; e a Pró-Reitoria de Administração e Planejamento, com suas Diretorias Sistêmicas. Porém, a criação da Reitoria do IFPE estava somente na Lei, pois o reitor continuou ocupando o mesmo gabinete que ocupava como diretor geral, e o papel das Pró-Reitorias coube às diretorias da administração superior do antigo CEFET-PE.

Outra mudança visível se refere à nomenclatura, considerando que, abruptamente, o CEFET-PE - Unidade Sede Recife passou a ser chamado de IFPE - *Campus* Recife, no qual foi composto por uma Diretoria Geral, indicada pelo Magnífico Reitor *pró-tempore*, diferentemente do processo anterior, cuja Direção Geral era eleita pela comunidade por meio de um processo eleitoral.

Além disso, a presença de uma Reitoria, que até então não existia, e que para compor seu quadro funcional foi removido, na grande maioria, os servidores do *Campus* Recife ocasionou uma falta de entendimento, sobre quem era servidor lotado na Reitoria ou lotado no *Campus* Recife, visto que os servidores da Reitoria foram lotados no mesmo espaço físico do *Campus* Recife.

Soma-se à situação o fato de não ter havido a construção e divulgação do novo organograma e do regimento interno especificando cada órgão e suas respectivas atribuições, considera-se ainda, que a administração superior continuava no comando da mesma equipe que até então administrava o antigo CEFET-PE.

---

<sup>39</sup> TA = Técnico-Administrativo.

<sup>40</sup> GD = Gestor Docente.

É válido lembrar, que por exigência do MEC, o Magnífico Reitor *pró-tempore* nomeia uma comissão para providenciar, nos tramites legais, a eleição para Diretor Geral do *Campus* Recife e para os demais *Campi* que até então não possuíam Diretor Geral eleito.

Em 08 de maio de 2009, a comunidade do *Campus* Recife comemora a vitória de um novo Diretor Geral eleito pelos três segmentos: Discentes, Docentes e técnico-administrativos. Passado o período de transição, em 19 de maio de 2010, o D.O.U publica a nomeação do Diretor Geral eleito, do *Campus* Recife, e o Magnífico Reitor *pró-tempore* marca a solenidade do Termo de Posse, para o dia 21 de maio de 2010.

Entretanto, no dia 20 de maio de 2010, um dia antes da posse do Diretor Geral eleito, o D.O.U publica que diversos Cargos de Direção – CD e várias Funções Gratificadas – FG e ainda, quarenta servidores do quadro efetivo do *Campus* Recife passam a integrar o quadro funcional da Reitoria do IFPE, por meio de Portarias assinadas *ad referendum* pelo Magnífico Reitor *pró-tempore*.

Nesse momento, a estrutura organizacional do *Campus* Recife sofreu mudanças significativas no seu quadro funcional, pois, ao tempo em que os servidores do *Campus* Recife passaram a executar os serviços dos que haviam sido designados para compor o quadro de pessoal da Reitoria, as tarefas nos setores do *Campus* Recife foram acumuladas. Os próprios setores passaram a dividir seus equipamentos, máquinas, mobiliários, materiais de expediente e espaços físicos com os servidores das diretorias sistêmicas da Reitoria do IFPE.

Na visão dos servidores do *Campus* Recife, essa fase ficou pendente de esclarecimentos, pois o colega de sala com o qual se estava acostumado a dividir o trabalho já não podia efetuar mais nem uma tarefa, nem mesmo protocolar ou assinar um livro de protocolo porque não mais pertencia aquele setor, embora permanecesse sentado na mesma cadeira, usando o mesmo computador e a mesma mesa, até com a mesma chave da porta da sala que usara até então. Isso fica nítido no depoimento abaixo:

Em níveis de estrutura física, não foi feito nada porque foi uma fusão de instituições, onde cada instituição entrou com sua estrutura de origem. E a reitoria, que seria a estrutura necessária para complementar, não era disponibilizada, então ela está em processo ainda de aquisição para a construção do prédio. (GD-2).

Como entender esse processo complexo de IFPE *Campus* Recife e IFPE Reitoria? Como continuar a ter a boa qualidade do atendimento ao público, se o servidor informa que não irá mais executar determinadas atribuições porque elas não lhe pertencem mais? Como explicar ao público o que estava acontecendo, ou para que setor ele devesse se dirigir para obter a informação solicitada, se nem mesmo o organograma da nova estruturação estava definido? Como saber até que ponto caberia sua responsabilidade nas tarefas do setor em que

se encontrava, se o Regimento Geral com suas atribuições não existia? E como solicitar ajuda do representante do seu segmento (técnico-administrativo, docente ou discente) no Conselho Diretor de certo processo, se o Magnífico Reitor *pró-tempore* não utilizou mais o Conselho Diretor (CONDIR) e nem instituiu o Conselho Superior (CONSUP)?

Saliente-se que, até então, para o CONSUP existir seria necessário acontecer um processo de eleição complexo, visto que os representantes docentes, discentes e técnico-administrativos deveriam ser escolhidos pelos seus pares, com a maioria dos votos de todos os *Campi* e isso demandaria uma Comissão indicada pelo Magnífico Reitor *pró-tempore*, que iria providenciar uma eleição para compor outra Comissão eleita pela comunidade dos *Campi*, para esta formalizar a eleição com os respectivos representantes e ainda formalizar ofícios convidando representantes dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica. O depoimento de alguns gestores reflete esse impacto, conforme abaixo:

Veio como **uma mudança radical**, não foi feita de forma gradual. **Um dia, de repente, nós mudamos para Instituto, através de uma legislação.** A comunidade não foi preparada para isso, pelo menos na nossa realidade, IFPE, a comunidade sentiu que mudanças radicais estavam acontecendo, mas não conhecia o conteúdo de todas essas mudanças. (GD-4).

O depoimento acima revela que os servidores não foram convocados para participar do processo, ou seja, eles tiveram que “aceitar a transformação” sem nem mesmo saber o que se pretendia. Percebe-se que, naquele momento, as mudanças chegaram de forma receosa, repleta de questionamentos, num mundo de incertezas por parte dos entrevistados, mas que já havia acontecido e nada poderia ser feito, a não ser aceitar.

Verifica-se, assim, que o impacto inicial da “Ifetização” deixou muitas perguntas que só foram respondidas paulatinamente, com o decorrer dos acontecimentos, uma vez que não houve tempo para um remanejamento adequado de espaço físico e de pessoas para receber a estrutura que precisava ser montada em atendimento à nova legislação.

No entanto, mesmo diante desses aspectos, há quem, mesmo vendo o processo de “Ifetização” como uma imposição, considera-o como uma medida importante, conforme se verifica a seguir:

[...] essa ação do governo, ela foi muito mais **imposta** do que consultada, mas, acho que **foi muito importante**, pois sair de CEFET para IF foi um passo à frente porque **permitiu a consolidação dos cursos de graduação e pós-graduação**, que como CEFET a gente estava tendo dificuldade. [...] **A principal falha que eu coloco, não é quanto ao mérito, eu acho que era necessário. Mas é quanto a forma.** A forma foi extremamente infeliz. Agora quanto ao mérito não. Eu acho que a ideia dos institutos, ela é excelente. Enquanto uma discussão de novos rumos, de um novo

cenário se constituir, ela é excelente. Ela é mais do que necessária. **Aí então a gente tem um choque entre a forma e o mérito.** (GD-5).

Foi neste cenário que a reconfiguração da EPT tomou forma dentro do IFPE *Campus* Recife. As discussões aconteceram “na cúpula” do SETEC/MEC e do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica – CONCEFET, só depois de processadas os servidores tomaram conhecimento na forma de comunicado, informativo, lei. Estes, ao receberem o pacote pronto não tiveram alternativas a não ser procurar formas, paulatinamente, de adaptação ao novo contexto. Dentro dessa ótica, Domingos Sobrinho (2009, p. 01) faz a seguinte referência:

[...] **o decreto foi editado sem prévio debate com a rede federal.** Esse fato suscitou, como seria de esperar, uma babel de reações semânticas, ideológicas, políticas e outras, típica dos processos de construção psicossocial, quando uma novidade se insere em determinado universo simbólico. Ora, antes do decreto, a discussão que vinha se desenrolando, em alguns espaços da rede, **dizia respeito à transformação de alguns CEFETs em Universidade Tecnológica.** Por essa razão, **a figura do Instituto passou a se constituir**, do ponto de vista representacional, numa **estranha novidade.**

Para este autor (*op. cit.*, p. 1), a constituição do Instituto se torna uma “estranha novidade” na medida em que a ideia que se tinha até então era a de que os CEFET se transformariam em universidade tecnológica por possuírem capacidade adequada, em termos de estrutura e oferta de cursos, para alcançarem esse objetivo:

[...] a representação social (o sentido coletivo) da instituição universitária e a configuração jurídica da mesma são sentidos “palpáveis” para a sociedade e a rede, em particular, porque produtos de uma construção histórica, o sentido social do **Instituto inexistente e a sua configuração jurídica é algo por construir.** Daí a sensação de “**estranhamento**” presente ainda hoje em muitas discussões sobre o assunto, pois, do ponto de vista perceptivo, representacional o desconhecido sempre assusta, como bem demonstrou o psicólogo social Serge Moscovici (1967), na sua obra fundadora da teoria das representações sociais.

Oportunamente, observa-se que o entrevistado abaixo enfoca a intenção do CEFET de se tornar uma universidade tecnológica, como segue:

**O Instituto Federal foi uma saída encontrada para contemplar o desejo de CEFET de passar para Universidade Tecnológica** sem passar para a Universidade Tecnológica. Ou seja, ainda está pendente, o desejo da comunidade de ser Universidade Tecnológica. Os institutos federais não contemplam isso. (GD-5).

Embora esse fosse o desejo demonstrado pelos CEFET, a ideia de transformá-los em universidade tecnológica não foi incentivada pelo governo Lula com a justificativa de que havia uma grande necessidade de suprir a carência de cursos técnicos, o que não seria possível com a transformação dos CEFET em universidades tecnológicas, porque estas não ofereceriam cursos técnicos, ensino médio profissionalizante e educação de jovens e adultos. (2009). Nesse sentido, Domingos Sobrinho (2009, p. 6) tem a seguinte visão:

Os Cefets não devem se transformar em universidades, desde que isto signifique reproduzir, no essencial, a configuração social e jurídica, a missão e práticas das instituições acadêmicas nacionais, modelo inadequado para uma rede de instituições historicamente comprometidas com a oferta de EPT a grupos e segmentos sociais com dificuldades de acesso e permanência nos sistemas formais de ensino e maior necessidade de engajamento imediato no mundo do trabalho e voltada para o desenvolvimento local e regional.

Para o entrevistado abaixo, a rede trouxe para o *Campus Recife* mais credibilidade, o direito de desenvolver educação tecnológica de pesquisa aplicada e de ofertar especializações, mestrados e doutorados. Quanto à oferta de licenciatura, em sua opinião, o percentual exigido pela legislação, passa a ser um desafio que o IFPE pode atender, conforme afirma em seu depoimento:

[...] o governo depositou mais credibilidade ainda nessa rede, passando pra ela a **missão de oferta de licenciatura**, o desenvolvimento de educação tecnológica de pesquisas aplicadas e a oferta de pós-graduação. E em relação à **inclusão da licenciatura**, eu acho que dentro do percentual de 20%, é muito pra o que a gente pode atender. Mas eu acho que, atendidas as exigências legais, o que está previsto em lei, de **contratação de professores** pra trabalhar nessa formação de atender algumas áreas mais, que a instituição se identifique mais, eu acho que ela consegue mais esse **desafio**. (GD-2).

Observa-se no comentário desse gestor uma preocupação no sentido de que o IFPE tenha o suporte suficiente para atender às novas responsabilidades que lhe são atribuídas pela nova legislação. Nessa perspectiva, evidencia-se um receio por parte desse e de outros entrevistados quanto à perda da identidade diante de um novo *status* da instituição, por ser esta uma entidade com uma trajetória centenária e de referência na educação profissional tecnológica. Segundo Rios (2009), a identidade institucional está constantemente em construção e articulada com a sociedade interna e externa. E visando entender qual a imagem que a sociedade tem sobre a instituição, após o processo de “Ifetização” observa-se a falta de informação para com a sociedade interna e externa, o que sinaliza para uma desconstrução ou perda de sua identidade e a construção de uma nova estrutura similar as Universidades Federais, conforme os diversos depoimentos a seguir:

**O nome “escola técnica” se sobressai, em cima de qualquer outra titularidade que foi imposta até hoje**, porque antes de ser cefet foi escola técnica e o peso muito forte desse instituto é o nome. Hoje a comunidade ainda está carente de informação pra saber o que é o IFPE, e qual o papel dele diante da sociedade. (TA-4).

[...] **a mudança destruiu a identidade da instituição** em termos de nomes e conceitos. Vejo as Agrotécnicas em termos de funcionalidade (...) foi cruel pra elas. **Se perdemos a identidade elas perderam totalmente a identidade**. (D-8).

Uma entidade, **uma instituição que tem mais de cem anos de criada. Ela deixa uma imagem muito visível na comunidade**. Na hora que você diz que não existe mais a instituição CEFET, que agora é Instituto Federal, isso cria um impacto muito grande, por que não reconhecem, não tem visibilidade o nome IFPE. (GD-5).



Dessa forma, percebe-se que diante de tantas inovações nessa nova estrutura como Instituto, é compreensível que o medo da perda de identidade e a insatisfação pudessem se fazer presentes na face dos servidores, nas conversas de corredor, nas reuniões com os chefes de setor, no desânimo e apatia de alguns, porém, reconhecer, se moldar e aceitar um novo *status* é fato e se torna necessário para o bom andamento do processo. A comunidade do IFPE *Campus* Recife, mais uma vez, preocupa-se com um panorama que insiste em ser alterado ao longo do tempo, sobretudo quando se trata de uma nova identidade a ser explorada, o que se comprova nos depoimentos abaixo:

[...] **a gente era uma unidade.** [...] E agora a gente fragmentou-se e não sente mais essa unidade, uma coisa é o *campus*, outra coisa é a reitoria [...] é uma coisa assim, que **creceu tanto que é como se tivesse perdido a visão dos limites, do próprio Cefet.** (GTA-3).

[...] Eu temo que a gente esteja **abrindo muito a estrutura orgânica** e a nossa capacidade de ensino tire um pouco o **foco histórico de ensino técnico**, no que diz respeito a ensino médio e, subsequente. (GD-1).

Ao olhar o processo de redefinição identitária da RFEPCT<sup>41</sup>, que se espelha no modelo das universidades, Domingos Sobrinho (2008, p.6) diz que chegou a hora de “darmos forma social e configuração jurídica à nova institucionalidade” e sugere três elementos para o debate e a ação: “dado o forte valor simbólico dessa instituição; dadas as relações que a rede mantém com a mesma; e o fato de os mestres e doutores, núcleo duro desse processo, terem sido formados (e modelados) por essa instituição”.

Para esse autor, os Institutos Federais devem procurar sua própria configuração, ou seja, colocar em destaque suas particularidades tornando-se singular diante do mundo acadêmico dando visibilidade e desenvolvendo a sua nova identidade dentro do campo científico, porque, segundo Bourdieu (1979, p. 79), em sua obra clássica *La Distinction* “uma identidade social se constrói e se afirma pela diferença”.

Ainda no campo da identidade, Pacheco (2008, p. 10) coloca que os Institutos Federais terão a formação profissional e tecnológica como uma das ações mais importantes na REPCT e estas serão trabalhadas no campo do ensino, pesquisa e extensão nos diferentes níveis da EPT, visando o desenvolvimento econômico, social e cultural de suas regiões, com parceria dos demais sistemas públicos, como enfatiza a seguir:

Os IFETs deverão construir sua identidade em harmonia com o universo em que se inserem, em consonância com os pólos geo-econômicos e os arranjos produtivos, sociais e culturais do Brasil. Trata-se de um processo de reconfiguração identitária das atuais instituições de EPT, que passa pela reafirmação de suas formas sociais, funções educacionais e administrativas sempre, porém, como esteios da oferta

---

<sup>41</sup> RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

pública de uma educação de qualidade, garantida pelo Estado enquanto direito inalienável da cidadania.

Cabe destacar que nesse contexto, a possibilidade de a “Ifetização” consolidar uma modalidade de ensino já tradicional, elevando os Centros Federais a qualidade de Instituições de Ensino Superior, e adquirindo, assim, um novo *status*, é explicitado nos depoimentos dos sujeitos entrevistados abaixo, de forma equivocada, visto que os CEFET já podiam ofertar cursos superiores e de pós-graduação.

Acho que a gente só ganhou com isso, até porque nos equiparou às universidades federais. [...] **fomos elevados a status de instituto tecnológico**, passamos a ter não só **cursos superiores**, como a área de pós. (GTA-4)<sup>42</sup>.

Vejo como positivo **um crescimento de status da instituição**, elevação de nível, crescimento de alunos, trazendo mais **cursos superiores**. (TA-5)<sup>43</sup>.

A Instituição **ganhou novos desafios**, possibilidade de **oferecer cursos não só superior mais a nível pós-graduação**. (D-10)<sup>44</sup>.

Um dos objetivos também dessa transformação dos Institutos é **criar cursos na área de licenciatura** para suprir esse mercado, principalmente onde nós sabemos que o povo tem maior dificuldade de acesso, que são nos interiores do Brasil. (GTA-2).

**A possibilidade de se ensinar no curso superior**, isso é um benefício... É mais trabalho? É. Mas é um benefício. Você está dando aula num **outro patamar**. (D-1).

Ressalte-se que a ênfase dada, pelos sujeitos entrevistados acima, quanto a inclusão dos cursos de licenciatura, se apresenta com um viés positivo quanto à elevação de *status* da instituição.

Por outro lado, nos depoimentos dos gestores abaixo entrevistados, percebe-se um foco preocupante no sentido de que o histórico centenário da metodologia da EPT não seja descaracterizado pelos parâmetros atuais, que determinam à nova estruturação, relatando ainda, como maior preocupação, a necessidade de instituir a função social, no tocante as ofertas de licenciaturas, como demonstram os comentários a seguir:

[...] Percebo nessa transformação, **um anseio, de se consolidar o ensino superior tecnológico**, algumas graduações, a exemplo tem aqui o engenheiro de produção e a pós-graduações também já temos ofertado. E a preocupação nisso tudo que o decreto põe, inclusive de dar uma intensidade de **uma missão social**, por exemplo, nós estamos obrigados, pelo decreto, **de oferecer licenciaturas**. E isso é **preocupante no que diz respeito a dar a uma escola eminentemente técnica, uma missão de formação de docentes**. A preocupação é realmente ter o corpo docente preparado para formar professores, essa talvez seja uma das preocupações. (GD-1)<sup>45</sup>.

Agora nós temos os cursos de **licenciatura como missão**, como obrigação, [...] Não desmerecendo a criação dos cursos de licenciatura, mas será que essa deveria ser também a nossa missão? **Será que isso não descaracteriza os 100 anos de educação profissional e tecnológica?** (GD-5).

<sup>42</sup> GTA – Gestor Técnico-administrativo.

<sup>43</sup> TA – Técnico-Administrativo.

<sup>44</sup> D – Docente.

<sup>45</sup> GD – Gestor Docente.

É notório que a oferta das licenciaturas é vista como um aspecto preocupante, um dos motivos argumentados foi à descaracterização do ensino técnico-tecnológico, com a inserção das licenciaturas adotada pelos instrumentos legais. Cria-se aí, uma desconfiança por parte da oferta das licenciaturas, visto que os cursos tecnológicos já vêm sendo ofertados em meio a uma estrutura sólida e tradicional da instituição.

Diante do exposto, cabe aqui uma indagação em relação à identidade do *Campus Recife*: será que os sujeitos entrevistados querem a mudança do CEFET-PE Unidade Sede para IFPE *Campus Recife* e seu parâmetro equivalente à Universidade? Ou eles não defendiam a Universidade tecnológica, resguardando a própria origem da EPT?

Tomando o viés do receio, como fruto de um processo imposto sobre o qual não foi convocado para discutir nem tampouco opinar sobre as diretrizes dessa nova reforma, é compreensível o fato de gestores sentirem-se receosos com a inclusão das licenciaturas, considerando a insegurança de um corpo docente despreparado para atender tal modalidade, como pode ser observado nos depoimentos dos gestores, abaixo:

O que noto é certa **dificuldade de ter um corpo docente aqui no *campus Recife***, pra atender biologia, física... Os próprios professores alegam que há uma carga horária excessiva no que diz respeito ao ensino técnico, ensino médio integrado, uma falta de disponibilidade e também uma falta de disposição para lidar com a licenciatura. Talvez pela **não preparação do corpo docente para essa modalidade**. (GD-1).

A **inclusão das licenciaturas** foi feita de cima pra baixo. [...] daqui a pouco elas vão ser implantadas porque **fazem parte do plano de meta**. [...] **nosso corpo docente não está preparado** para essa licenciatura, nós inclusive, temos que fazer novas contratações... (GD-4)

Surgiu aí uma pedrinha no sapato, é que 20% das vagas, têm que ser de licenciatura. **E não é licenciatura na área tecnológica, é só licenciatura, em geografia, matemática, em física...** Para preencher uma lacuna que o Governo Federal tem que atender. Os cursos de licenciaturas que as Universidades Federais estão abandonando cada vez mais. (GD-5).

De uma forma geral, de acordo com as falas dos sujeitos, a falta de preparação do corpo docente para com as licenciaturas deve-se ao fato de a comunidade do *Campus Recife* encontrar-se diante de uma reforma imposta, por um Estado que não dialogou com seus profissionais envolvidos e negligencia a experiência e o pensamento de quem lida com os problemas da EPT no dia-a-dia da instituição.

De fato, a obrigatoriedade da inclusão das licenciaturas se tornou mais um desafio a ser enfrentado pelo IFPE *Campus Recife*. Primeiro, porque a instituição precisa se preparar para oferecer essas licenciaturas em áreas que até hoje não eram o seu foco. Esse fato, se por um lado causa desconforto para os professores da área de biologia, geografia, física, química e matemática, acostumados a ministrar aulas na área de educação profissional tecnológica, por

outro lado oferece oportunidade para que esses professores se capacitem melhor, indo em busca de conhecimentos atualizados e de ponta, pois eles passarão a conviver com colegas das mesmas áreas, que possivelmente poderão estar munidos com uma experiência de conhecimentos atualizados por meio de formaturas recentes, mestrado, doutorado, e mais preparados para dividir dentre várias atividades uma turma, uma disciplina, uma feira de ciências, um projeto de iniciação científica. Portanto, o professor que, mesmo com anos e anos na instituição, acomodou-se com suas aulas para uma turma que tem mais interesse nas disciplinas técnicas que propedêuticas e não buscou maior capacitação por meio de especialização, mestrado ou doutorado, sentirá essa necessidade, provavelmente não de forma imediata e geral porque a lei demanda um percentual de 20% dessas licenciaturas para todo o instituto e isso não obriga que seja um em cada *campus*, vai depender da necessidade da região. O fato de a instituição não possuir um corpo docente preparado fará com que haja um estudo minucioso antes de se abrir um curso desses em determinado *Campus*.

Segundo, é um ganho para a sociedade porque possibilita a abertura de mais vagas nos cursos superiores, além das ofertadas pelas universidades. Esse fato também fará o IFPE trilhar novas experiências, fortalecendo-se diante da sociedade por ser uma instituição reconhecida pelo MEC e que transmite confiabilidade.

Ciente das problemáticas levantadas no que diz respeito à formação profissional e outras políticas institucionais, percebe-se que não houve a criação de mecanismos que permitissem um esclarecimento direto para a comunidade, como aponta o gestor abaixo:

Eu vejo um caso no nosso Instituto, **uma preocupação em instituir melhor as diretrizes, os nossos planos (PDI, projeto político pedagógico, regimento interno...)** que ainda se encontram em fase de consolidação, mostram um pouco talvez o atraso que o IFPE tem em relação a outros que é o caso do Rio Grande do Norte, do Paraná... Acho que falta avançarmos mais e consolidar as políticas e diretrizes institucionais. (GD-1).

Portanto, para uma instituição de ensino funcionar dentro dos novos padrões, demanda certo tempo, principalmente, para compreender e apreender as definições no que diz respeito à formação de professores, nessa perspectiva, Souza, Batista Neto e Santiago<sup>46</sup> (2009, p. 134-135) relata que:

O saber pedagógico, hoje institucionalizado na Universidade Brasileira, tem se firmado como um conhecimento específico, através do ensino, da pesquisa e da extensão. Atualmente, o saber pedagógico tem sido requerido para a prática de amplos setores da ação humana e não somente para a *práxis* escolar, no mundo

---

<sup>46</sup> Destaca-se como exemplo, o ensaio que se destina às provas do Concurso para Professor Titular do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, do Centro de Educação da UFPE realizado pelo Prof. João Francisco de Souza. Com objetivo de compreender e responder aos desafios da **práxis** pedagógica, da auto-formação e da formação, dos discentes de sua responsabilidade.

inteiro e não apenas no Brasil. Isso se deve, em grande parte, ao trabalho das universidades que tem contribuído para a constituição científica do campo intelectual da educação e da pedagogia.

Vale salientar que esse trabalho é realizado com o envolvimento de todos e uma parcela disto depende do gestor que está à frente administrando. E tendo que partir para a execução das mudanças sem mesmo ter noção dos novos rumos propostos questiona-se: como aceitar a construção de uma nova identidade institucional, se não foram conscientizados e não encontram argumentos convincentes para tal fato? Como entender as mudanças da “Ifetização” se todos foram forçados a se adaptar? Tem-se certeza de que esse tema passa por um campo mais psicológico, mas deixa-se aqui o registro de como a política educacional vem sendo encarada no Brasil.

Toda essa discussão em torno do assunto demonstra o grau de importância da formação dos professores, como se observa pelo comentário de Souza, Batista Neto e Santiago (2009, p. 134), a seguir:

Primeiramente, reafirmamos que a Universidade deve continuar como um *locus* privilegiado da formação de professores. A inserção da formação de professores na Universidade permitiu um avanço significativo em relação à produção científica no campo da educação, sobretudo na educação escolar, que tem se revelado estratégico no âmbito das políticas sociais.

Com intuito de compreender melhor as implicações causadas pelo processo de “ifetização”, torna-se necessário questionar sobre as contribuições que esse novo *status* traz para a melhoria no ensino, pesquisa e extensão, e, para a gestão no IFPE *Campus* Recife. Para responder a esse questionamento, destacam-se as falas dos entrevistados a seguir:

Não vejo **nada de positivo no ensino**, porque continuamos a fazer tudo do mesmo jeito que fazíamos quando CEFET, não vejo nenhuma mudança. (D-4).

Positivo eu só **vi na área de pesquisa**, na área ensino eu não enxergo ainda. (D-3).

[...] no caso dos cursos superiores e também em alguns cursos técnicos, o programa de vocação científica, o programa PIBIC com bolsa, **a própria bolsa tem estimulado a pesquisa**. [...] nós temos agora as agrotécnicas, então **chamar o IFPE para uma compreensão**, ela também precisa ser segmentada por escolas que foram agregadas. (GD-1).

Houve muitas mudanças no sentido da expansão do ensino, da interiorização do ensino, ao mesmo tempo, **agregaram as Escolas Agrotécnicas**, elas tinham um sistema separado específico para elas, e agora com a ifetização tudo isso ficou dentro de um conjunto, aí eu acho que **cresceu muito as responsabilidades do IFPE**, porque além de cuidar das partes específicas dos cursos da área industrial, da área de serviços, entrou no terreno da área agrícola, de onde vêm as escolas agrotécnicas. (GTA-3).

A gente percebe que já está existindo uma **valorização da pesquisa**. Na extensão [...] A gente conseguiu **maior interiorização do ensino técnico**, levando o aluno do interior, da comunidade rural, a não se deslocar para os grandes centros urbanos. Ele poderá fazer na própria região ou próximo. (D-2).

Nota-se nos depoimentos acima que no campo da pesquisa é visível certa valorização, quanto a investimentos de bolsas para programa de iniciação científica, mestrado e doutorado. Esse fato leva a crer que o desenvolvimento de educação tecnológica, de pesquisas aplicadas e a oferta dos cursos superiores, bacharelados, especializações, mestrados e doutorados faz com que a ampliação dos grupos de pesquisa fortaleça a instituição, destacando-a como produtora de pesquisa aplicada e inovações tecnológicas.

Já em relação ao processo de interiorização dos *Campi* do IFPE, a instituição procura operar com o mesmo profissionalismo em áreas novas, como é o caso da expansão do IFPE nas cidades de Afogados de Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, onde os cursos técnicos não existiam e passaram a ser procurados pelas comunidades daquelas regiões e, ainda, no caso da integração das Escolas Agrotécnicas e das Unidades de Ensino Descentralizadas que, apesar de já existirem, receberam uma nova roupagem na logomarca da instituição e passaram a ofertar cursos de licenciaturas, os docentes puderam participar de Mestrado interinstitucional - MINTER e Doutorado interinstitucional - DINTER, em alguns *Campi*, tornando-se dispositivos para desenvolver o poder da marca IFPE. A esse respeito às opiniões se dividem, como pode ser observado no depoimento abaixo:

Em minha opinião, as agrotécnicas jamais deveriam ser institutos. Elas jamais deveriam abrir seu espaço para cursos de nível superiores, porque elas perdem sua identidade. Os cursos superiores na área agrícola, dentro do estado de Pernambuco, a Universidade Federal Rural de Pernambuco cumpre muito bem esse papel, acredito que as Escolas Agrotécnicas deveriam permanecer com sua identidade produzindo profissionais com as competências necessárias para se manter no campo, e lá produzirem produtos tanto na área de laticínios como agrícolas de qualidade. (GTA – 4).

O posicionamento acima denuncia certa dificuldade em assimilar a integração das Agrotécnicas aos Institutos Federais nesse primeiro momento, pelo fato de que, quando se pensa em Agrotécnica de forma isolada, não se costuma associar as suas atribuições, atividades, responsabilidades e práticas. Sabe-se apenas que elas são voltadas para o cultivo da planta, criação de animais, e maquinários agrícolas, que possuem alunos internos, refeitórios, alojamentos-dormitórios, frigoríficos, e que fogem totalmente da realidade do CEFET propriamente dito, onde predominam as atividades voltadas para a indústria. Além disso, não se trata de competir com a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFEPE, mas de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior nessa área.

Porém, quando se pensa em Agrotécnica como uma instituição que veio para somar com o CEFET, com o intuito de oferecer oportunidades e atender melhor ao alunado, verifica-se que essa junção vem como um desenvolvimento e crescimento para o município, para o

estado e para o Brasil, além de uma oportunidade de crescimento pessoal pela possibilidade de acesso a uma realidade antes não vivenciada.

Mas assim, a gente tem muito o que construir nessa junção de agrícola com industrial, uns chegaram muito bem junto, outros tem umas arestas(zinhas) que a gente precisa cortar. Talvez seja uma alternativa criar uma pró-reitoria de ensino agrícola, não sei. Quem sabe? Só a gente tentando... (G D- 6).

Elas tem uma visão agro-industrias e a gente tem uma visão industrial. Agora, se investirem muito em pesquisa dentro das agrotécnicas, não sei de que forma, de qualificação ou contratando professor ou comprando equipamentos, agora se não investir, não vai valer. (GTA – 1).

Uma grande transformação para nossa instituição, que julgo que só trará benefícios. (TA –3).

Entre os entrevistados acima esse aspecto foi visto como algo positivo nesse processo de “Ifetização” e que trouxe mudanças favoráveis porque a integração das escolas agrotécnicas federais e a transformação das Unidades de Ensino Descentralizadas do CEFETPE também faz parte de projeto de interiorização dos cursos técnicos e superiores (tecnólogos, bacharelados e licenciaturas), pois esses cursos passaram a chegar a municípios distantes da capital onde, até então, os alunos teriam que se deslocar de seus municípios para a capital ou cidade mais próxima para cursá-los. Hoje o aluno pode encontrar esses cursos na sua cidade ou em cidades próximas e, com essa oferta, a instituição necessitou contratar mais professores substitutos e abrir concurso público em diversas áreas, inclusive para cargo de técnico-administrativo, o que gerou mais emprego para a comunidade.

Com a expansão dos *Campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns, o IFPE ganhou mais prestígio e reconhecimento da sociedade do Estado de Pernambuco. Essa integração com os *Campi* favoreceu, ainda, alguns eventos como: a construção do Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI, Eleição para o Conselho Superior, Eleição para Reitor, Realização de MINTER e DINTER, dentre outros, que proporcionam aos servidores conhecimentos de realidades distintas entre os *Campi*.

Porém, no *Campus* Recife, quanto às contribuições que esse novo *status* produziu, por conta da “ifetização”, no campo do ensino, os sujeitos entrevistados não conseguiram detectar nenhuma mudança, porque os alunos continuaram a frequentar as aulas normalmente, nas mesmas salas, nos mesmos horários, com os mesmos professores, como faziam até então, sem nenhuma alteração no conteúdo didático, apenas com algumas modificações, que passaram a acontecer lentamente no cabeçalho das apostilas, provas, panfletos, faixas, site da instituição, até mesmo na troca do fardamento etc.

Apesar da “Ifetização” trazer à tona várias inquietações, polêmicas e opiniões diferenciadas para a maioria dos servidores, um dos sujeitos entrevistados observou como

algo positivo esse processo de integração das Escolas Agrotécnicas Federais e das Unidades de Ensino Descentralizadas, quando depõe:

Eu acho que tem um lado, **para os alunos**, bem interessante, de **integração com os outros campi... no interior**. Então você já vê aluno dizendo "a gente faz uma seletiva, pra formar uma equipe, com alunos de outros centros". Então você vê que há um intercâmbio entre alunos, que eu acho que isso é muito positivo. Dá uma sensação de unidade. Para mim, **como professor**, eu acho que ficou, de certo modo, pior, porque a estrutura como um todo cresceu, então você **perdeu as coordenações**. Então não tenho mais o "coordenador de matemática". É um coordenador de área agora, que envolve matemática, física, etc. torna-se mais fria sua relação com a instituição. (D-6).

No entanto, este sujeito reconhece que a questão da integração do *Campus* Recife com outros *campi* é pertinente para uma interação entre alunos dos diversos *Campi*. Por outro lado, esse mesmo sujeito percebe como algo negativo o crescimento dessa estrutura, porque as coordenações que antes tinham um coordenador para cada disciplina, com a "Ifetização" elas foram aglomeradas por área.

Interessante notar que, os entrevistados concordam que as mudanças foram amplas e abruptas no que se refere à administração da instituição, mas em relação ao ensino não ocorreu nenhuma alteração que pudesse afetar o cotidiano dos alunos a não ser na identificação da instituição que estava impressa em seu material escolar. Em relação à pesquisa, não houve mudanças de imediato com a iniciação científica de pesquisas PIBIC e continua assim, visto não existir cursos de pós-graduação *strito sensu*. E na extensão também houve mudanças acentuadas, pois há um reconhecimento referente ao fortalecimento a essas áreas (ensino, pesquisa e extensão) trazido pela "ifetização", conforme o comentário a seguir:

Eu acho que agora **houve um fortalecimento da pesquisa e da extensão**. O ensino era normal, gradativo e consequente. O que está acontecendo com ele é o processo que ele tinha. Agora pesquisa e extensão não. Isso **deu um salto quantitativo muito grande**, hoje todos os campi do Instituto estão fazendo pesquisa e **todos os campi do Instituto estão fazendo extensão**. Quando isolado, você não tinha isso. As agrotécnicas tinham uma participação muito baixa, algumas não tinham nada. E hoje não, hoje se cobra a organização acadêmica, todos os documentos legais cobram o tripé: ensino, pesquisa e extensão. E isso só veio a partir da ifetização. (GD- 6).

O IFPE passou a capacitar seus servidores ofertando cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, cursos de pós-graduação *strito sensu* de mestrado e doutorado. Com isso a instituição também qualifica seu quadro de pessoal efetivo.

Esse fato trouxe motivação para os servidores do *Campus* Recife, visto que o próprio instituto passou a custear os cursos através de parcerias com universidades diversas, e órgãos de fomento como a CAPES e CNPq, o que veio beneficiar a auto-estima dos servidores, além de favorecê-los financeiramente pela inclusão desse título no seu plano de cargo e carreira, bem como quanto ao reconhecimento profissional, considerando que as chances eram para



todos, inclusive os técnico-administrativos que antes não tinham esse benefício, tendo que, se desejassem fazer um curso desses, arcar com as despesas com seu próprio orçamento e até mesmo compensar horários de trabalho. Hoje os cursos podem ser realizados através dos Mestrados Interinstitucionais - MINTER e Doutorados Interinstitucionais - DINTER e o servidor, após aprovação no Exame de Seleção, pode usufruir de afastamentos parciais, licença para capacitação, assistir aulas nas dependências do *Campus* Recife e receber bolsa de estudo durante o período de afastamento para cumprir o programa na instituição de origem do curso escolhido.

Importante considerar, também, os programas de inclusão social que são incentivados pelo projeto pedagógico atual, a exemplo do PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, e a disponibilização do sistema de cotas, como observam os depoimentos seguintes:

Dentro dos IFs, a pedagogia sempre foi tecnicista. Então agora é preparar a instituição, no seu conjunto - professores, administrativos... - para bem receber esses alunos. Isso é uma questão pedagógica. Isso envolve, não apenas a sala de aula, mas envolve toda a instituição. O exemplo do PROEJA, a maioria são alunos de idade, os que já estão na faixa de quarenta anos, até mais... Como é que esse aluno deve ser tratado? Igual a um aluno de quinze anos? Quatorze anos? Não só dentro da sala de aula, mas fora dela também. É impossível! Então isso requer uma adequação pedagógica e institucional. Não uma ação pontual de um professor, mas institucional. (D- 5).

Eu vou dizer que as ações afirmativas para esses grupos minoritários, isso é uma coisa boa, uma coisa de atendimento à demanda social. Não adianta colocar cotistas na escola, tem que dar condições para o cotista se manter na escola. Então hoje a gente não deve pensar “o cotista, os deficientes”, esses grupos minoritários, como a acessibilidade, como acesso. A gente tem que pensar também, tem que pensar como a permanência. E eu já presenciei casos aqui de alguns cotistas desistirem porque não tinha dinheiro para as visitas técnicas, porque não tinha dinheiro para a alimentação... Então as ações afirmativas em relação a esses grupos minoritários tem que melhorar muito. Agora não mais pensando no ingresso, mas pensando na permanência. (D-6).

Os depoimentos acima deixam claro o apoio dos entrevistados aos programas de inclusão social, mas enfatizam a necessidade de melhorias no sentido de adequação ao perfil de cada segmento estudantil e como também em pensar/propor formas de como mantê-los na instituição. Assim, os comentários remetem à reflexão sobre as ações práticas que podem ser implementadas para que esses e outros programas possam atender de forma mais efetiva à parcela da sociedade cujas necessidades podem ser enquadradas na oferta da instituição. Tais ações podem incluir medidas relativas à qualificação profissional daqueles que terão oportunidade de atuar em projetos desse tipo, o que denota mais um ponto favorável à vida profissional do docente ou técnico-administrativo que tenha acesso direto a esses programas.

A remoção de servidores de alguns *Campi* para o *Campus* de Recife também é considerado um aspecto favorável aos servidores que possuíam residência em Recife e trabalhavam nos interiores porque, com a abertura de novos concursos, através de permutas ou com a oferta de cargos comissionados – Cargos de Direção ou Funções Gratificadas – foi possível o reitor fazer essas remoções e, principalmente, pelo fato de o reitor possuir autonomia para deferir o ato por meio de portaria.

Todos esses fatos somam conhecimentos e oportunidades para os servidores, alunos e sociedade, transformando o IFPE em uma referência na Educação Profissional Tecnológica no Estado de Pernambuco e no Brasil.

O IFPE poder fazer a certificação de seus próprios cursos superiores, produzindo rapidez e agilidade na entrega dos diplomas faz com que a instituição tenha credibilidade junto aos egressos, e sintam-se mais confortáveis, pois anteriormente, quando um aluno concluía seu curso no CEFETPE, o diploma era expedido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e, no mínimo, passavam-se uns três meses para o aluno egresso recebê-lo. Com a autonomia que o IFPE recebe para certificar, esse processo torna-se mais ágil, porém atualmente existe uma maior preocupação pelo fato de certificar cursos de outras instituições, devendo haver um cuidado maior na veracidade dos cursos que chegarem para serem certificados.

Dentre os benefícios da “Ifetização” para o corpo docente e o corpo técnico administrativo, embora talvez não plenamente reconhecidos na atualidade, podem ser destacados os seguintes: elevação de *status* por trabalhar em uma instituição de nível superior, que tem credibilidade no mundo do trabalho; alteração salarial, por conta do Plano de Cargos e Carreira, após um curso de especialização, mestrado ou doutorado; oportunidade de vivenciar alguns eventos com os *campi*, o que fortalece os servidores e cria um vínculo de confiança entre os colegas de trabalho, sem contar com o conhecimento apreendido de uma realidade distinta.

Pelo exposto, percebe-se que as considerações trazidas pelos entrevistados denotam que a “Ifetização” foi compreendida por eles, resumidamente, como uma forma de o atual Governo Federal garantir a formação da Educação Técnica Profissional no mundo do trabalho. Sobre isso, Ramon de Oliveira (2009, p. 1) afirma:

Destacar a importância da articulação entre a formação geral e a formação profissional ainda se coloca como pedagógica e politicamente importante, uma vez que deve haver e vem existindo uma contínua e ininterrupta preocupação por parte daqueles que pesquisam na área de Trabalho e Educação e/ou Ensino Médio de reafirmar o quanto o processo de formação profissional não pode resumir-se apenas à apropriação de saberes práticos e úteis ao mercado de trabalho. Cada vez mais, a

luta política por um Ensino Médio que objetive a formação "integral" dos educandos impõe-se como necessária e consequente.

De acordo com os dados analisados, depreende-se que, apesar de tantas mudanças ainda serem assimiladas, o sentido geral da "Ifetização" já está sendo bem compreendido pelos sujeitos vivenciadores do processo, os quais têm um papel de extrema importância para a execução dos planos de ação que vão nortear a implementação das providências necessárias ao êxito do projeto. Embora sejam compreendidas todas as reticências levantadas pelos depoentes, é inegável o reconhecimento dos aspectos positivos dessa transformação, que se mostra como uma forma de restaurar o sentido do ensino profissional em sua essência para um melhor atendimento à sociedade.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade de criar mecanismos que possam concretizar de forma mais rápida a proposta estabelecida pelos Institutos Federais no que concerne ao IFPE *Campus* Recife, por meio de um esforço para que a sua estruturação, tanto em termos físicos como pedagógicos, seja concluída rapidamente, podendo dirimir a contento todas as dúvidas e anseios levantados pelos entrevistados, bem como atender às expectativas positivas de cada um deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi elaborado com o propósito de analisar o processo de “Ifetização” tomando como referência básica o caso do IFPE *Campus* Recife. Analisou-se, assim, a dinâmica das mudanças que se constituíram na estrutura do antigo CEFETPE para dar formato ao seu novo contexto como IFPE *Campus* Recife, procurando demonstrar como os fatos transcorreram desde a concepção da ideia de criação dos Institutos Federais dentro do momento político vivenciado até a concretização dessa transformação com todas as implicações que advieram ao cotidiano da instituição e, conseqüentemente, dos segmentos comunitários nela inseridos.

Pautando-se nos mecanismos necessários para o alcance do objetivo proposto, o estudo delineado com o acompanhamento de toda a trajetória da escola técnica profissional desde os seus primórdios até a situação atual possibilitou demonstrar como esse sistema de ensino vem se consolidando na formação de profissionais para o mercado de trabalho, contribuindo de forma significativa para o crescimento das atividades do setor produtivo.

O contexto político da base temporal do trabalho (2007-2010) deixa transparecer a real necessidade de reformulação desse sistema para atender a uma demanda diferenciada de acordo com as prioridades da atualidade, entre as quais podem ser citadas como exemplo a preocupação com o meio ambiente, mais latente nos dias atuais, embora haja uma preocupação no Curso Tecnológico em Gestão Ambiental em funcionamento há 10 (dez) anos, bem como o crescimento do ensino a distância, que vem se consolidando como um meio eficaz de prover uma necessidade há muito vivenciada.

Nesse sentido, a proposta da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vem fortalecer ainda mais os sistema qualificado já existente por meio de um reforço em sua autonomia e estrutura, o qual traz consigo grandes desafios a serem enfrentados nessa nova caminhada. Um desses desafios é a obrigatoriedade da oferta de licenciaturas em determinadas áreas do conhecimento, que se tornou motivo de preocupação, demonstrada nos depoimentos dos entrevistados, por se diferenciar do foco eminentemente técnico que a instituição sempre teve ao longo dos anos.

O *status* de Instituto trouxe ao antigo CEFETPE a possibilidade de ampliação de seus programas na medida em que a disponibilização de recursos financeiros para patrociná-los também cresceu diante das tantas atribuições que a Lei 11.892/08 trouxe para essas

instituições. Nesse contexto, as implicações da “Ifetização” se tornam bem visíveis no âmbito do IFPE *Campus* Recife, conforme evidenciam os depoimentos colhidos nas entrevistas semiestruturadas, os quais permitiram o conhecimento da visão das comunidades envolvidas sobre essas mudanças e como elas repercutiram no cotidiano da instituição, a fim de compreender a real dimensão dos efeitos que o processo de “Ifetização” trouxe para a sociedade.

Para facilitar essa compreensão, a análise das entrevistas semiestruturadas - por meio das quais foram obtidos os depoimentos de gestores, docentes e técnico-administrativos da instituição que presenciaram essa transformação - teve importância no contexto desta pesquisa porque permitiu a categorização dos pontos principais de todo o processo por meio dos aspectos levantados pelos segmentos entrevistados.

Como resultado dessa metodologia, o objetivo principal deste trabalho - analisar o processo de “Ifetização” no IFPE *Campus* Recife - foi alcançado. Na medida em que foi atendida a necessidade de esclarecimento sobre as iniciativas que deram início ao processo e os meios utilizados para a sua efetivação, abriu-se espaço, também, para o atendimento dos objetivos específicos, ao permitir a identificação efetiva da repercussão nas áreas de ensino, pesquisa e extensão da Gestão Educacional do IFPE *Campus* Recife por meio da análise das informações prestadas pelos segmentos entrevistados.

A pesquisa evidencia um modelo de expansão da rede de EPT que pode contribuir para o desenvolvimento da EPT no Brasil, considerando as dificuldades existentes nos interiores dos estados brasileiros para oferecer uma EPT de qualidade e gratuita, uma vez que esse processo vem assegurar historicamente essa modalidade de ensino, com as estruturas das Instituições de ensino tecnológico existentes e os novos Institutos Federais construídos em diversos Estados brasileiros.

Ressaltam-se as diferentes mudanças, essencialmente na estrutura física e organizacional entre os novos *Campi* e os modelos já existentes, principalmente na contratação de docentes e técnicos administrativos, através de concurso público, para ocupação de cargos efetivos e ainda na diversificação da criação de cursos para atender a demanda de mercado que vem crescendo vertiginosamente no Brasil, especialmente em Pernambuco. Essas mudanças indicam um avanço gigantesco e desafiador na política da educação profissional, visto as necessidades emergenciais de mão-de-obra qualificada, como evidenciam, por exemplo, os grandes investimentos no Porto de Suape, no Estado de Pernambuco, cujo desenvolvimento é extremamente emergente, como podemos citar a

construção da Refinaria Abreu e Lima, o Estaleiro Atlântico Sul, a Petroquímica Suape, a Ampliação do Porto de Recife e a Ferrovia Transnordestina, que necessitam de ações de qualificações profissionais imediatas para suprir essa demanda.

Essa reconfiguração na educação profissional tecnológica acontece por meio de política governamental e dos recursos que o governo vem disponibilizando para atender um novo cenário político e econômico do Brasil.

Formalizando esses aspectos, destaca-se que o processo de “Ifetização” teve início em 2007, por meio da Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, lançada pelo governo com o objetivo de analisar e selecionar propostas de constituição de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF. Em 2008, esses institutos foram criados com o advento da Lei 11.892/08, que cria esses institutos e institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Assim, o CEFETPE se transforma em IFPE *Campus* Recife e isso ocasiona muitas mudanças na instituição.

Os principais pontos que podem ser destacados de acordo com a análise dos depoimentos são os seguintes: a maioria dos entrevistados entende que o processo foi motivado pela intenção do governo em expandir o ensino técnico e consolidar a RFEPCT; todos concordam que o processo se deu de forma impositiva, sem consultar os profissionais que atuavam na instituição. Embora tenha sido comunicada sobre a efetivação das mudanças por meio de reunião, ocorrida em três turnos, nunca houve, no dizer dos entrevistados, uma maior explanação à comunidade sobre os detalhes do processo e as implicações dessa transformação, apenas comunicados superficiais.

Outro ponto de análise é a preocupação demonstrada nos depoimentos com a eventual perda da identidade da instituição no que concerne à sua origem voltada para o ensino técnico. Eles temem que essas mudanças curriculares, como a inclusão de licenciaturas e outros programas incluídos nessa concepção de instituto federal, acarretem a perda do foco no ensino técnico, que é uma característica tradicional e consolidada desde a época das chamadas “Escolas Técnicas”.

Cabe salientar, ainda, a percepção referente à integração das Escolas Agrotécnicas Federais com os Institutos Federais visto com surpresa inicial, mas que foi considerado como algo positivo pela maioria dos entrevistados. A interiorização do ensino, bem como a ampliação dos cursos a distância também tiveram seu papel de destaque no entendimento dos participantes, sendo consideradas como inovações positivas por trazerem oportunidades de acesso àqueles que moram longe sem necessidade de deslocamento, ampliando a oferta de

cursos para onde antes não existia, como é o caso dos *Campi* de Afogados da Ingazeira, Caruaru e Garanhuns.

Embora com a “ifetização”, o governo tenha impedido o CEFETPE de se tornar Universidade Tecnológica, a nova condição de Instituto trouxe ao antigo CEFETPE um *status* que se constituiu em algo positivo na interpretação dos entrevistados por ter conferido uma amplitude de atribuições e um grande reforço em sua estrutura, inclusive no tocante à disponibilização de recursos para a viabilização de seus projetos, dentre eles podem ser mencionados os que se referem à capacitação de seus docentes, bem como dos seus profissionais em geral, sendo beneficiados também os técnico-administrativos, com oportunidades de mestrado e doutorado, por meio do Minter e Dinter, entre outros projetos semelhantes.

A expansão da rede federal trouxe, ainda, a oferta de licenciaturas como obrigatoriedade nesse novo modelo, o que desencadeou certa preocupação demonstrada nos depoimentos, em especial, dos docentes, quanto ao suporte existente na estrutura atual do IFPE *Campus* Recife para garantir que essa determinação seja atendida a contento sem que haja prejuízo à qualidade de ensino que já é característica consolidada na instituição pelo decorrer de décadas de atuação.

Diante das informações apresentadas no decorrer da pesquisa, merecem destaque as seguintes observações: 1 – O processo de transformação do CEFET-PE/Unidade Sede Recife em IFPE *Campus* Recife – “Ifetização”– institucionalizou-se por força política, através de uma nova lei, sem nenhuma medida antecedente que preparasse o corpo docente e o corpo diretivo para esse novo desafio; 2 – O processo de “Ifetização” repercute nos processos pedagógicos e na gestão do IFPE *Campus* Recife quando a nova legislação sugere ampliação nas ações de ensino, pesquisa e extensão, para tanto é necessário investir nas políticas de inovação para uma melhoria da qualidade do ensino, na formação dos professores e dos servidores técnico-administrativos e de mais recursos para complementar o quadro gerencial e o de funções para permitir o bom desenvolvimento do *Campus* Recife; e 3 – Novas mudanças trazidas pela “Ifetização” proporcionaram aos docentes incentivos e oportunidades de qualificação, trazendo um maior dinamismo às funções do profissional de educação enquanto formador de opinião, que precisa se adequar aos tempos modernos.

Por fim, os dados verificados deixam clara a contribuição desta pesquisa para o conhecimento do processo de “Ifetização” no estado de Pernambuco, com ênfase nas suas implicações e repercussão nas comunidades respectivas. O conteúdo pesquisado, principalmente quando se consideram os dados apreendidos nas entrevistas semiestruturadas,

demonstra que há muito ainda a ser feito para que a concretização de todo o planejamento em torno da criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, especialmente no que concerne ao IFPE *Campus* Recife, seja concluído.

Conforme já mencionado, o Instituto se encontra em funcionamento no mesmo prédio do antigo CEFETPE, sem que qualquer reforma ainda tenha sido feita para abrigar a nova estrutura pedagógica instituída pela nova legislação. Além da questão de espaço físico, cumpre salientar a necessidade da adoção de providências capazes de trazer a essa instituição o suporte necessário para atender à demanda que deve acompanhar as atribuições que lhe são conferidas nesse novo modelo de atuação. Percebe-se como esta pesquisa abre campo para novos trabalhos que possam trazer informações sobre as ações empreendidas com esse propósito.

A importância histórica da criação desses Institutos torna necessária a implementação de novas pesquisas de campo com base temporal posterior a que fora objeto desta, com o intuito de avaliar os frutos dessa audaciosa transformação na vida dos alunos, dos docentes, dos gestores, enfim, de toda a sociedade que se interessa por um ensino técnico e profissional público de qualidade para todos.

Portanto, considero o desafio enfrentado na temática Educação Profissional Tecnológica, especificamente nas questões de “ifetização”, como sendo a “mola propulsora” de novos desafios e estudos nessa área, cujos desdobramentos têm interferência direta na educação técnica profissional brasileira, objeto desta pesquisa, cuja abordagem se delineou de forma dinâmica e esclarecedora, tornando-se uma rica fonte de informação para trabalhos futuros ou mesmo para a leitura de todos que se interessam pelos caminhos que a educação profissional brasileira tem percorrido ao longo do tempo.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, D. **O iluminismo**. Brasília: Recanto das Letras, 2008. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/redacoes/1351169>>. Acesso em: 13 maio 2011.
- ALBUQUERQUE NETO, A. S. de. Legislação e Política Educacional Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.76, n. 184, p. 699-734, set./dez. 1995.
- AMORIM, A. A revolução da educação tecnológica brasileira. **Diário de Natal**, Natal, 17 jun. 2009. Folha DN Educação. Disponível em: <<http://diariodenatal.dnonline.com.br/site/materia.php?idsec=2&idmat=162678/>>. Acesso em: 18 dez. 2009.
- ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2002.
- BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e estágio supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp. 2006.
- BERGER, M. A. (Org.) **A Pesquisa educacional e as questões da educação na contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: ed. PUF, 1979. Critique Sociale du Judgement. Paris: Minuit. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2459.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.
- BRASIL. CNE/CEB. **Parecer CNE/CEB nº. 04/99**, de 05 de outubro de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE\\_CEB04\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/RCNE_CEB04_99.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. CNE/CES. **Parecer CNE/CES nº 436**, de 06 de abril de 2001. Brasília, 2001. Cursos Superiores de Tecnologia – Formação de Tecnólogos. Disponível em: <[www.pen.uem.br/diretrizes/Parecer\\_CNE/CES\\_2001\\_0436.doc](http://www.pen.uem.br/diretrizes/Parecer_CNE/CES_2001_0436.doc)>. Acesso em: 07 jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 36. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **“Lei” Orgânica do Ensino Industrial**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942. **“Lei” Orgânica do Ensino Secundário**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 6.141, de 28 de dezembro de 1943. **“Lei” Orgânica do Ensino Comercial**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 8.529, de 02 de janeiro de 1946. **“Lei” Orgânica do Ensino Primário**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 8.530, de 02 de janeiro de 1946. **“Lei” Orgânica do Ensino Normal**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 8.621, de 10 de janeiro de 1946. **Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e dá outras providências**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 8.622, de 10 de janeiro de 1946. **Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº. 9.613, de 20 de agosto de 1946. **“Lei” Orgânica do Ensino Agrícola**. Disponível em: <

[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_leis\\_organicas\\_de\\_ensino\\_d\\_e\\_1942\\_e\\_1946.htm](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_leis_organicas_de_ensino_d_e_1942_e_1946.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 de abr. 1997. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 5154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 15 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 de ago. 1971. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>> Acesso em: 9 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 6.545, de 30 de junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 de jul. 1978. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.044, de 1982. **Altera dispositivo da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, referente à profissionalização do ensino de 2º grau**. Brasília, DF, 1982. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 9 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal da Bahia em Centro Federal de Educação Tecnológica e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 de set. 1993. Disponível em: <<http://br.vlex.com/vid/escola-tecnica-bahia-centro-tecnologica-34304500>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994. Transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológicas e dá outras providências. Brasília: MEC, 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 de jul. 1978. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 2 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In **Educação Profissional: Legislação Básica**, 5. ed. Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/>>. Acesso em: 24 maio 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica**. 6. ed. Brasília: SETEC, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. 2ª ed., Brasília: MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 10 de fevereiro de 2007. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 3 set. 2011.

BURKE, P. **Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO CEARÁ. **IFETs**. 2008 <<http://www.cefetce.br/cefetce.br/ifets/decreto.html>>. Acesso em: 18/04/2008.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE PERNAMBUCO. **Planejamento Estratégico do CEFET-PE – 2005-2010**. Recife: CEFET/PE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico do CEFET-PE – 2005**. Recife: CEFET/PE, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2005 do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco**. Recife: CEFET/PE, 2005. Disponível em: <<http://www.cefetpe.br>>. Acesso: 18/12/2010.

CHAUÍ, M. **Convite a Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHEVELIER, J-J. **As grandes obras políticas – de Maquiavel a nossos dias**. Rio de Janeiro: Agir, 1980.

CISNEIROS P. “**Ifetização**”: **Conceito e Vantagens** (prcv@hotmail.com.br). Disponível em: <http://codai-adm2010.blogspot.com/2010/12/ifetizacao-conceito-e-vantagens.html>. Acesso em: 18 dez. 2010.

CORDEIRO, E. P. B. **A reforma da educação profissional dos anos 90 no Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (CEFETPE)**. Dissertação (mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2004.

CUNHA, L. A. **As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira**. In: Revista da Faculdade de Educação da UFF (Niterói), ano 10, n.1-2, jan.-dez. 1983.

\_\_\_\_\_. L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

\_\_\_\_\_. L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2005.

DEYON, P. **O mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva. 1969.

ENGUITA, M. A longa marcha do capitalismo. In: **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FALCÃO, R. **A Reconstrução do Ensino Técnico Profissional**. Disponível em: <<http://ruifalcao.com.br/a-reconstrucao-do-ensino-tecnico-profissional/>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

FÁVERO, O. **A Educação nas constituintes brasileiras: 1824-1988**. 2. ed. rev. ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2001. – (Coleção memória da educação).

FERREIRA, T. L. **História da Educação Luso Brasileira**. São Paulo: Saraiva. 1966.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, M. L. Q.; COSTA, A. M. B. (Orgs.) **Proposta de Formação de alfabetizadores em EJA: Referenciais teórico-metodológicos**. Maceió: MEC e UFAL, 2007.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação contra a Educação**. 5 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1995.

FROMM, E. **The Crisis of Psychoanalysis. Essays on Freud, Marx, and Social Psychology**. New York: Holt, Rinehart and Winston. 1970.

GADOTTI, M. **Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido**. São Paulo: Cortez, 2002.

GALINDO, L. A. (2005) – **Monopólio cerealífero**. Disponível em: <[http://resistir.info/variados/monopolio\\_graneleiro.html](http://resistir.info/variados/monopolio_graneleiro.html)>. Acesso em: 18 jan. 2011.

GIDDENS, A. **A Terceira Via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da sociedade democrática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Edunesp, 1996.

GIORDANI, M. C. **História da Antiguidade Oriental**. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

GOUVEIA, K. R. **As Implicações da Reforma da Educação Profissional Brasileira da década de 90 na Escola Agrotécnica Federal de Barreiros – PE**. 2005. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

GUIMARÃES, E. R. **A formação técnica *profissional*: dos ruídos do “bate estacas” aos “bytes” da informática – estudo sobre a reformulação curricular do ensino da ETFPE**. 1998. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política de Ensino Médio e Educação Profissional: discursos pedagógicos e práticas curriculares**. 464 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, Recife, 2008.

HECKSCHER, E. F. **La poça mercantilista: historia de La organizacion y lãs ideas econmicas desde El final de La Edad Media hasta La sociedad liberal**. México: Fondo de Cultura Econmica. 1943.

HOUAISS, A. (1998), *Nova Enciclopédia Barsa*, Encyclopaedia Britannica do Brasil. ISBN Volume 4. ISBN 85-7026-484-4.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Agenda 2009: 100 anos - 1909-2009**. Recife: Tecnograf, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2005**. Recife: IFPE, 2010. Disponível em: <<http://recife.ifpe.edu.br/transparencia/re12005.pdf>> Acesso: 06 set. 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2009-2010**. Recife: IFPE, 2010. Disponível em: <<http://www.ifpe.br/relatoriodegestao/>>. Acesso: 18 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional – IFPE: 2009-2013**. Recife: IFPE, 2009. Disponível em: <<http://reitoria.ifpe.edu.br/userfiles/file/PDI.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**, Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/>>. Acesso em: 29 maio 2011.

\_\_\_\_\_. **Documento Referencia PPPI**. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br/>>. Acesso em: 29 maio 2011.

IRELAND, T.; MACHADO, M. M.; PAIVA, J. (orgs.). Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA. *In: Educação de Jovens e Adultos: Uma memória contemporânea 1996 – 2004*. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos).

JUCÁ, M.C. **A Reestruturação da Educação Profissional no Brasil e o Processo de Metamorfose dos Centros Tecnológicos Federais: Estudo de caso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas**. Tese (Doutorado) Bahia: UFBA, 2007.

KOSHIBA, L.; PEREIRA, D. M. F. **História do Brasil - Volume Único**. Editora: Atual. 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

LAUAND, J. L. Agostinho: dois sermões. **Cultura e educação na Idade Média: textos do século V ao XIII / seleção, tradução, notas e estudos introdutórios Luiz Jean Lauand**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, J. **A nova história**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LÊNIN, W. **Cahiers philosophiques**. Paris, Sociales, 1965.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA FILHO, D. L. De Continuidades e Retrocessos Históricos: Razões e Impactos da Reforma da Educação Profissional no Brasil. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação Profissional: Tendências e Desafios**. Documento Final do II Seminário sobre a Reforma do Ensino Profissional. Curitiba, SINDOCEFET-PR, 1999. p. 119-144.

LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2. ed. 2000.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. Tradução Pietro Nasseti. 10. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

MANACORDA, M.A. **História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez, Autores Associados. 1989.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARKERT, W. (org.). **Trabalho, qualificação e politecnia**. Campinas, SP: Papyrus, 1996. (Coleção Educação e Transformação).

MARRACH, S. **Outras histórias da educação: do iluminismo à indústria cultural (1823 – 2005)**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 286.

MARROU, H. I. **História da Educação na Antiguidade**. 5. reimp. São Paulo: EPU. 1990.

MARX, K.; ENGELS, F. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Moraes, 1983.

MEC/CONCEFET. **Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2007.

MINAYO, M. C. S.; CRUZ NETO, O.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e Criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONROE, P. **História da Educação**. 12 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse: son image et son public**. Paris: PUF, 1967

MOURA, T. M. M. Alfabetização e letramento(s) de jovens e adultos. In: FREITAS, M. L. Q.; COSTA, A. M. B. (Orgs.) **Proposta de Formação de alfabetizadores em EJA: Referenciais teórico-metodológicos**. Maceió: MEC e UFAL, 2007.

NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Org.) Salvador: EDUFBA, 2009.

NEVES, L. M.W. (ORG.) **A Direita para o Social e a Esquerda para o capital: Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010.

NETO, J. B.; SANTIAGO, E. (Orgs.). **Prática pedagógica e formação de professores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

NUNES, R. A. C. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: USP, 1979.

OLIVEIRA, M. A. M. **Políticas Públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos Cefets**. Campinas: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, R. **Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação. 2009**. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-7022009000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022009000100004). Acesso em: 26 out. 2009.

PACHECO, E. M. **Novas perspectivas para a rede federal de educação profissional e tecnológica**. Disponível em: < www.mec.org.br>. Acesso em: 14 fev. 2009.

\_\_\_\_\_, SETEC/MEC: **Bases para uma Política Nacional de EPT**. 2008.

\_\_\_\_\_, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. 2009. Disponível em [www.cefet.rj.br/setec/index.php](http://www.cefet.rj.br/setec/index.php). Acesso: 13 fev. 2009.

\_\_\_\_\_, E. M. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades**. 2010. Disponível em: [seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/1429](http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/1429). Acesso em: 06 mar 2011.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. **Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de Aprendizes artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. T & C Amazônia, Ano VII, n. 16 fev. 2009.

PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1973.

\_\_\_\_\_. **História da Educação Popular no Brasil**. 6ª Ed., São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PEREIRA, L. A. C. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Disponível em [portal.mec.gov.br/setec/index.php?](http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?) Acesso: 13 fev. 2009.

PILETTI, N. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PIMENTEL, A. O Método da Análise Documental: Seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa da UEL (Londrina)**, n. 114, p. 179-195. 2001.

PRADO JR, C. **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

PRASAD, Pushkala. **Crafting Qualitative Research: working in the postpositivist traditions** New York: ME. Sharpe, 2005.

PRICE, S. **A Arte dos Povos sem História**, (1996), p. 205-224. Disponível em: <[http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia\\_n18\\_p205.pdf](http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n18_p205.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2011.

PROENÇA FILHO, D. **Pós-modernismo e Literatura**. São Paulo: Ática, 1988.

RAMAL, A. C. **Histórias de gente que ensina e aprende**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun, 2008 - ). – Brasília: MEC, SETEC, 2008. Anual. ISSN: 1983-0408.

RIBEIRO, A. R. *In*:STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século. XX**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

RIOS, T. A. **Identidade da escola**. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/diretor/identidade-escola-autonomia-etica-valores-gestao-participativa-democratica-trabalho-equipe-escolar-515765.shtml>>. Acesso em: 7 maio 2009.



RIVERO, J.; FÁVERO O. **Educação de Jovens e Adultos na América Latina: Direitos e desafios de todos**. DF: Santilhanía/UNESCO, 2009.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 32. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

SANTOS, S. V. dos; NEVES, H. R. **Trabalho sobre Educação Profissionalizante: História e Memória**. (2005) <<http://tridisciplina.blogspot.com/2005/12/trabalho-sobre-educao.html>> acessado em 07 jul. 2011.

SEXTA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCACION DE ADULTOS - 6 CONFINTEA VI/MARCO DE BELÉM. **Aprocechar el poder y el potencial del aprendizaje y la educación de adultos para um futuro viable**. Belém: UNESCO, 2009. (Original: Inglês).

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2.ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008a. – (Coleção memória da educação).

\_\_\_\_\_. **A pedagogia no Brasil: História e Teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b. – (Coleção memória da educação).

SILVA, V. A. As contribuições do NPGED/UFS para a pesquisa sobre a produção dos saberes universais e a formação profissional *In*: BERGER, M. A. (Org.) **A Pesquisa Educacional e as questões da Educação na Contemporaneidade**. Maceió: EDUFAL, 2010.

SOBRINHO, M. D. **Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?** Disponível em: <[www.mec.org.br](http://www.mec.org.br)>. Acesso em: 14 fev. 2009.

SOUZA, J. F.; BATISTA NETO, J.; SANTIAGO, E. (Orgs.) **Prática Pedagógica e Formação de Professores**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século. XX**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. A. R. **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília: Liber Livro Editora, 2004. (Série Pesquisa em Educação, 4).

TAVARES, A. G. **O dilema da adesão**. Disponível em: <<http://asufpel.blogspot.com/2009/12/o-dilema-da-adesao.html>> Acesso em: 01 jul. 2010.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. São Paulo: Nacional. 1976.

WERMELINGER, M.; MACHADO, M. H.; AMANCIO FILHO, A. **Políticas de educação profissional: referências e perspectivas.** *Ensaio: aval.pol.públ.Educ.* [online]. 2007, vol.15, n.55, pp. 207-222. ISSN 0104-4036. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n55/a03v1555.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

WITTACZIK, L. S. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRICO.** 2008. Disponível em: <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/viewDownloadInterstitial/26/21>>. Acesso em 18 jan. 2011.

ZEQUERA, L. H. T. **História da educação em debate: as tendências teórico-metodológicas na América Latina** Campinas: Alínea, 2002.

## APÊNDICES

### APENDICE A – Proposta de roteiro de entrevista

Prezado(a) Professor(a),

Esta entrevista é um instrumento metodológico da pesquisa de mestrado “O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: a construção do IFPE *Campus* Recife”, desenvolvida por Mirian Pereira Lima e orientada pela professora Doutora Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no período de 2007-2010.

A entrevista trata de questões referentes a percepção dos gestores, docentes e técnico-administrativos em relação a “Ifetização” do IFPE *Campus* Recife.

Lembramos que sua participação é voluntária e que seu anonimato está assegurado.

A gravação da entrevista será posteriormente transcrita, de modo a respeitar o exato conteúdo de suas opiniões.

Comprometemo-nos, ao término da pesquisa, a divulgar seus resultados junto ao IFPE *Campus* Recife e afirmamos que sua colaboração é muito importante para o êxito desta atividade.

Agradecemos imensamente sua disponibilidade e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

1 – Em sua opinião, quais os motivos que justificaram a transformação do CEFETPE em IFPE?

2 - O que modificou na gestão dessa instituição com a transformação em IFPE *Campus* Recife?

3 - Quais os pontos positivos e negativos na transformação do CEFETPE em IFPE?

4 - Como você vê a obrigatoriedade da inclusão das licenciaturas?

5 - Como ficam as ações afirmativas para estudantes com questões de cotas, deficiência, oriundos de escolas públicas?

6 - Quais as contribuições que esse novo *status* traz para a melhoria no ensino, pesquisa e extensão?

7 - Como você vê a junção das Agrotécnicas aos institutos federais?

## APENDICE B – Carta aos Entrevistados

Como Pesquisadora é notório, para mim, a veracidade das palavras de Guimarães Rosa: “O real não está na saída nem na chegada, ele se dispõem para a gente é no meio da travessia”.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

Caros(as) Professores(as),

Sou MIRIAN PEREIRA LIMA, servidora do Quadro Permanente do Pessoal Técnico-Administrativo do IFPE *Campus* Recife, matrícula SIAPE nº 1110516, estou fazendo Mestrado em Educação, na Universidade Federal de Alagoas – MINTER UFAL/IFPE – cujo tema da minha Dissertação é: “INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO IFPE” e a metodologia desenvolvida será pesquisa qualitativa e exploratória com entrevistas semi-estruturadas.

Venho solicitar de V. S<sup>a</sup>., a sua participação voluntária e cooperação. Seu depoimento é muito importante para nós, pois ao longo de sua(s) experiência(s) os senhores (as) devem ter descoberto muitas informações sobre o tema acima citado. Gostaria de saber se poderia dispor de um tempo para uma entrevista, sem prejudicar seu trabalho ou seu descanso.

Informo-lhes desde já, que será garantido o direito ao anonimato, pois, o que for dito só eu e minha orientadora (Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira), teremos acesso e, no meu trabalho final usarei nomes fictícios, sem identificações dos participantes e apenas trechos de nossa conversa.

Segue, abaixo, um calendário de entrevista, gostaria que o Senhor(a) marcasse com um X no local do dia e hora disponível, para que pudéssemos realizar uma entrevista semi-estruturada, instrumento utilizado para pesquisa.

Atenciosamente,

Mirian Pereira Lima – Fone: (81) 8705-4737 – Oi/(82) 9937-0159 - Tim  
Mestranda em Educação Brasileira – Minter UFAL/IFPE  
Matrícula nº 2009M711012MI.

APENDICE C – Calendário para entrevistas

( ) Sim, gostaria de participar e cooperar com sua pesquisa.

NOME: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

CALENDÁRIO DE ENTREVISTAS						
DIAS/HORA	SEGUNDA _/_/_	TERÇA _/_/_	QUARTA _/_/_	QUINTA _/_/_	SEXTA _/_/_	SÁBADO _/_/_
08h às 09h						
09h às 10h						
10h às 11h						
11h às 12h						
12h às 14h	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
14h às 15h						
15h às 16h						
16h às 17h						
17h às 18h						
18h às 19h	Janta	Janta	Janta	Janta	Janta	Janta
19h às 20h						
20h às 21h						
21h às 22h						

OBS.: Utilize a última linha (em branco), caso deseje agendar outra data e horário.

## APÊNDICE D – Ficha Cadastro dos Professores

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado

Dissertação de Mestrado: INTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO *CAMPUS*  
RECIFE

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira

Mestranda: **Prof<sup>ª</sup>. Mirian Pereira Lima**

## CADASTRO PARA ENTREVISTA

---

Nome:  
E-mail:  
Fones:  
Graduação:  
Especialização:  
Mestrado:  
Doutorado:  
Instituição de Ensino:  
Tempo de admissão:  
Cursos em que trabalha:  
Disciplinas ou competências que desenvolve:

---

Nome:  
E-mail:  
Fones:  
Graduação:  
Especialização:  
Mestrado:  
Doutorado:  
Instituição de Ensino:  
Tempo de admissão:  
Cursos em que trabalha:  
Disciplinas ou competências que desenvolve:

---

Nome:  
E-mail:  
Fones:  
Graduação:  
Especialização:  
Mestrado:  
Doutorado:  
Instituição de Ensino:  
Tempo de admissão:  
Cursos em que trabalha:  
Disciplinas ou competências que desenvolve:

---

## ANEXOS

ANEXO A – Dados Gerais sobre o IFPE *Campus* Recife.

<b>DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA</b>	
<b>Nome do Órgão</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – <i>Campus</i> Recife.
<b>Sigla</b>	IFPE - CR
<b>CNPJ</b>	10.475.689/0001-64
<b>Natureza Jurídica</b>	Autarquia Educacional
<b>Vinculação</b>	Ministério da Educação (PE-MEC) / Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
<b>Endereço</b>	Av. Prof. Luís Freire, nº 500, Cidade Universitária, Recife - PE
<b>Fones</b>	(081) 2125-1600/ 1619 – fax: 2125-1674
<b>Endereço da Página (Sítio) Institucional na Internet</b>	www.ifpe.edu.br
<b>Código e nome do órgão</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – <i>Campus</i> Recife. – UG 15215
<b>Norma de Criação da Unidade Jurisdicionada</b>	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.
<b>Tipo de Atividade e Situação</b>	Autarquia Educacional em plena atividade

Fonte: Relatório de Gestão (2009-2013) - Disponível em: < [recife.ifpe.edu.br/transparencia/rel2010.pdf](http://recife.ifpe.edu.br/transparencia/rel2010.pdf) >

## ANEXO B – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFAL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

### Parecer Consubstanciado

Registro CEP/UFAL: 022337/2010-07

Título: O processo de transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a construção da identidade do IFPE

Pesquisador Responsável: Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira

Orientanda: Mirian Pereira Lima

Unidade Acadêmica: Centro de Educação

Trata-se de Projeto de Mestrado Curso proposto por Mirian Pereira Lima e orientada pela Dra. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira. O projeto apresenta relevância social e científica, apresentando referências teóricas e metodológicas.

Apresenta como **objetivo geral**: "investigar a repercussão do processo de transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (ifetização), nas ações de ensino, pesquisa e extensão, como contribuintes da identidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), através do olhar de gestores e docentes" (p. 04). Os **objetivos específicos** são: "identificar as implicações do processo de ifetização nas ações de ensino, pesquisa e extensão que vinham sendo desenvolvidas no CEFET-PE; analisar as repercussões das mudanças nas ações de ensino, pesquisa e extensão através da percepção da Gestão Educacional; analisar a percepção dos docentes em relação às repercussões das mudanças nas ações de ensino, pesquisa e extensão (p. 05).

Após justificar a relevância da pesquisa, são trazidos conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa, tais como legislação, educação profissional no Brasil, PDE. A pergunta da pesquisa é enunciada na página 8, a saber: "como se deu o processo de transformação dos Centros Federais de Educação, Tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia?".

A pesquisa é qualitativa e exploratória, sendo realizada a partir de análise documental e entrevista semi-estruturada. Conta como sujeitos docentes e gestores da instituição.

É apresentado cronograma, orçamento, currículo das pesquisadoras, modelo de TCLE

O projeto está bem redigido, porém alguns dados precisam de maior detalhamento:

- qual a forma de recrutamento e de acesso aos participantes da pesquisa?
- qual o número previsto de sujeitos participantes da pesquisa?
- falta carimbo na declaração de aceite de realização da pesquisa por parte do IFPE

O projeto apresenta relevância, consistência teórica e preocupação com procedimentos éticos com relação às participantes da pesquisa, porém é necessário readequar os itens solicitados acima.

Sendo assim, considera-se o projeto COM PENDÊNCIA.

Maceió, 07 de dezembro de 2010.

Protocolo de Pesquisa  
com Pendência

Prof.ª Deise Juliana Francisco  
Coordenadora do Comitê de  
Ética em Pesquisa - UFAL

Resposta a terciria

Protocolo APROVADO

09/12/2010

Prof.ª Deise Juliana Francisco  
Coordenadora do Comitê de  
Ética em Pesquisa - UFAL



## ANEXO C – Resposta ao Comitê de Ética



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA, E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO  
DIREÇÃO GERAL DO *CAMPUS* RECIFE

**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaramos, em atendimento as normas do Comitê de Ética da UFAL, que estamos cientes e concordamos que a aluna mestranda MIRIAN PEREIRA LIMA, matriculada sob o nº 2009M711012MI, no Curso de Mestrado em Educação Brasileira – MINTER - UFAL/IFPE, realize no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) - *Campus* Recife, desenvolvimento de pesquisa relativa ao seu projeto de dissertação.

Recife, 13 de janeiro de 2011.

Prof. Me. FRANCISCO DE MELO GRANATA

-Diretor Geral do IFPE *Campus* Recife



## ANEXO D – Continuação da Resposta ao Comitê de Ética. (08/07/2012)

## AO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Resposta ao Parecer Consubstanciado referente ao Registro CEP/UFAL: 022337/2010-07

Atendendo a esse Comitê apresentamos abaixo detalhamentos para as readequações dos itens solicitados:

1 – Qual a forma de recrutamento e de acesso aos participantes da pesquisa?

Os sujeitos da pesquisa serão consultados anteriormente e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (cf pp. 18-19, do Projeto). Os mesmos serão recrutados, aleatoriamente, nos três segmentos (Gestores, Docentes e Técnico-Administrativos) e deverão atender aos seguintes critérios:

- a) pertencerem ao quadro de pessoal efetivo do Instituto Federal<sup>1</sup> de Pernambuco - IFPE *Campus* Recife e na condição de servidores (gestores, docentes e técnico-administrativos);
- b) Estar no exercício de suas funções e/ou cargos de confiança (CD e/ou FG), entre 2007 e 2010;

As entrevistas semiestruturadas serão gravadas em locais reservados para não sofrer interferência quanto ao áudio, nem prejudicar o desenvolvimento do estudo. Estas ocorrerão junto aos Gestores, Docentes e Técnico-Administrativos do IFPE *Campus* Recife.

A pesquisa será realizada nas dependências do IFPE *Campus* Recife, sito a Av. Prof. Luis Freire, 500, Curado, Recife/PE, CEP.: 50740-540. Telefone: (81) 2125-1600. A mesma será aprovada pela autoridade máxima da Instituição, conforme declaração anexa.

2 – Qual o número previsto de sujeitos participantes da pesquisa?

Por fazerem parte de diferentes momentos históricos do processo de “ifetização”<sup>2</sup>, participarão da pesquisa 20 (vinte) sujeitos que atendam aos critérios identificados no quadro abaixo:

QUANT.	SEGMENTO	CD/FG	GESTÃO
02	Gestor Docente	CD	Anterior
04	Gestor Docente	CD	Atual
04	Gestor Téc.-Adm.	FG	Mista
06	Docente	-	-
04	Técnico-Administrativo	-	-

Fonte: Própria autora (2011).

<sup>1</sup> Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram nomeados apenas de Institutos Federais, por muitos profissionais e gestores no âmbito dessa modalidade da educação.

<sup>2</sup> Denomina-se “ifetização” o processo de transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.



## ANEXO E - Continuação da resposta ao Comitê de Ética em Pesquisa - UAFAL

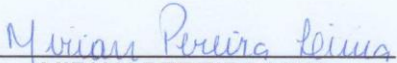

As informações acima prestadas são justificadas pelos seguintes tópicos:

- 02 (dois) diretores da gestão anterior, por terem acompanhado todo o processo de “ifetização”, os mais indicados para avaliar a amplitude das repercussões deste processo, tanto aqueles responsáveis pelo processo administrativo como um todo, como os que ficaram à frente do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão do IFPE *Campus* Recife;
- 04 (quatro) diretores da gestão atual<sup>3</sup> (2010), por aglutinarem a função de gestores, possuírem formação acadêmica e experiência de docentes, como também, por conviverem de perto com essas novas mudanças no corpo diretivo;
- 04 (quatro) Coordenadores/Chefes por suas vivências no processo de “ifetização”, enquanto docentes e técnico-administrativos, na administração da gestão atual;
- 06 (seis) docentes por serem responsáveis pelas mudanças pedagógicas e pela reestruturação do ensino e possuírem a experiência do processo de “ifetização” na gestão anterior e na atual;
- 04 (quatro) servidores administrativos que puderam acompanhar no dia-a-dia, junto aos gestores e aos docentes todo o processo de “ifetização”, como também, vivenciaram esse processo durante as duas gestões (anterior e atual).

3 – Falta carimbo na declaração de aceite de realização da pesquisa por parte do IFPE.

A citada declaração segue anexa, com o referido carimbo.

Recife, 08 de julho de 2011.

  
MIRIAN PEREIRA LIMA  
Matrícula nº 09130242  


<sup>3</sup> Em maio de 2010 houve eleição para Diretor Geral do *Campus* Recife e uma nova diretoria assumiu o comando administrativo do IFPE *Campus* Recife, por um mandato de 01 (um) ano.

## ANEXO F – Aprovação do Comitê de Ética (16/12/2011).



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Maceió – AL, 16/12/2011

Senhor (a) Pesquisador (a), Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira  
Mirian Pereira Lima

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em 09/12/2011 e com base no parecer emitido pelo (a) relator (a) do processo nº 022337/2010-07 sob o título: **O processo de transformação dos Centros Federais de Educação tecnológica em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: a construção da identidade do IFPE**, vem por meio deste instrumento comunicar a aprovação do processo supra citado, com base no item VIII.13, b, da Resolução nº 196/96.

O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS 196/96, item V.4).

É papel do(a) pesquisador(a) assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – junto com seu posicionamento.

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e sua justificativa. Em caso de projeto do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o(a) pesquisador(a) ou patrocinador(a) deve enviá-los à mesma junto com o parecer aprovatório do CEP, para serem incluídas ao protocolo inicial (Res. 251/97, item IV. 2.e).

Relatórios parciais e finais devem ser apresentados ao CEP, de acordo com os prazos estabelecidos no Cronograma do Protocolo e na Res. CNS, 196/96.

Na eventualidade de esclarecimentos adicionais, este Comitê coloca-se a disposição dos interessados para o acompanhamento da pesquisa em seus dilemas éticos e exigências contidas nas Resoluções supra - referidas.

Esta aprovação não é válida para subprojetos oriundos do protocolo de pesquisa acima referido.

(\*) Áreas temáticas especiais

Válido até: dezembro de 2012

*Prof.ª Dr.ª Denise Juliana Francisco*  
Coordenadora do Comitê de  
Ética em Pesquisa - UFAL

ANEXO G – Ata da defesa emitida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Alagoas.

Ata da 233ª Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2011 foi instalada a 233ª sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, às 09:00 horas, na Sala de Seminários, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas, a que se submeteu a mestranda **MIRIAN PEREIRA LIMA**, da linha de pesquisa História e Política da Educação, apresentando o trabalho: “O Instituto Federal de Pernambuco: a construção da identidade do *Campus Recife*”, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, conforme o disposto no regulamento deste Programa, e tendo como Banca Examinadora já referendada pelo Colegiado do Curso, Profa. Dra. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira (CEDU-UFAL), Prof. Dr. Moacir Martins Machado (IFPE) e Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (CEDU-UFAL) e sob a presidência do orientador Profa. Dra. Maria Antonieta de Albuquerque (CEDU-UFAL).

Analisando o trabalho a Banca atribui a seguinte menção:

APROVADO

REPROVADO

OBSERVAÇÕES: A mestranda deve atender às observações da banca após a apresentação da cópia final. Recomenda-se a publicação do trabalho

Maceió, 22 de setembro de 2011.

*Maria Antonieta Albuquerque*

Profa. Dra. Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira  
(orientadora - CEDU-UFAL)

*Moacir Machado*

Prof. Dr. Moacir Martins Machado (IFPE)

*Inalda Maria dos Santos*

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (CEDU-UFAL)